

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**DE QUEM É O PRIMEIRO BEIJO DAS MOÇAS? A Condição Feminina
em Estudo Residual d' *A Normalista*, de Adolfo Caminha**

MAURÍCIO VIANA DE SÁ

MANAUS
2018

MAURÍCIO VIANA DE SÁ

**DE QUEM É O PRIMEIRO BEIJO DAS MOÇAS? A Condição Feminina
em Estudo Residual d’*A Normalista*, de Adolfo Caminha**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Letras – Estudos Literários.

Orientadora: Professora Doutora Cássia Maria Bezerra do Nascimento.

MANAUS
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

DEDICATÓRIA

Dedico profundamente este meu trabalho aos meus filhos Larissa, Sartre e Vivian, em especial à memória do meu tio Luís Carlos. Sigo a vida pensando em você sempre. Você proporcionou a humanização em mim através dos livros. Sou eternamente grato. Gostaria que estivesse comigo nessa grande jornada. Gostaria que soubesse que cheguei até aqui...

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus pais Adoram Portela e Maria Eliana, os quais, com muita luta, deram-me a verdadeira educação de que um filho precisa – respeitar o outro, conquistar a vida e conquistar a mim mesmo. Aos meus filhos Larissa, Sartre e Vivian, que me instigam a ir à luta, a ousar e ao amor pela vida. Ao meu tio Luís Carlos, por ter tornado possível eu conhecer os livros de sua tão rica e preciosa biblioteca, por ter despertado em mim a paixão pelos livros e por ter me conduzindo ao mundo literário. Sua demasiada atenção em se dedicar aos meus estudos para que eu pudesse viver o valioso mundo dos livros foi, sem dúvida, minha felicidade. À minha tia Maria Aparecida, a qual, com as suas palavras de carinho e de compreensão, contribuiu para que eu pudesse vencer. À Professora Doutora Cássia Maria Bezerra do Nascimento, que me orientou com muita competência e profissionalismo. Ela convidou-me a participar do grupo de pesquisa Literatura em Estudos Transdisciplinares e Residuais (LETRAR), que me proporcionou muitas perspectivas nas pesquisas e amadurecimento intelectual no que se refere às literaturas. Ao professor Doutor Roberto Pontes, que, em alguns encontros pessoais, nas suas inquietações poéticas, preocupadas em estender a mão ao outro, fez-me entender as relações humanas em todas as épocas no presente. À professora Doutora Elizabeth Dias, pelas pujantes palavras de apoio, importantíssimas ao meu trabalho. À professora Doutora Nícia Zucolo, a qual, em suas aulas enriquecedoras, pôs-me a pensar, de forma instigante, a condição feminina. Ao professor Doutor Otávio Rios, pelas essenciais palavras e observações acerca da minha dissertação. Por fim, ao meu professor de Filosofia Artur Freitas Hidalgo, que hoje se tornou meu amigo, e com quem, inúmeras vezes, aprendi e sigo aprendendo acerca de literatura e de filosofia acadêmica.

Não desci, e acrescentei um versículo ao Evangelho: - Bem-aventurados os que não descem, porque deles é o primeiro beijo das moças. Com efeito, foi no domingo esse primeiro beijo de Eugênia, - o primeiro que nenhum outro varão jamais lhe tomara, e não furtado ou arrebatado, mas candidamente entregue, como um devedor honesto paga uma dívida. Pobre Eugênia! Se tu soubesses que ideias me vagavam pela mente fora naquela ocasião! Tu, trêmula de comoção, com os braços nos meus ombros, a contemplar em mim o teu bem-vindo esposo, e eu com os olhos em 1814, na moita, no Vilaça, e a suspeitar que não podias mentir ao teu sangue, à tua origem... (ASSIS, 1990, p. 54).

“O sol é um só. Por toda parte caminha”.
Não o darei a ninguém. Ele é coisa minha.
Nem por um raio. Nem por um olhar. Nem por um instante. A ninguém. Nunca.
Que morram as cidades numa noite constante!
Nos braços vou apertar, que não possa girar!
Faço as mãos, os lábios, o coração queimar!
Se desaparecer na noite infinita, no encalço hei de correr...
Meu sol! A ninguém o darei!”.(Marina Tsvetáieva)

RESUMO

A literatura do século XIX delega às mulheres o lugar de submissão. Os romances apresentam mulheres frágeis e silenciadas. Nossa inquietação sobre essa Literatura nos levou à escolha da personagem Maria do Carmo, do livro *A Normalista*, de Adolfo Caminha. A menina-mulher, assediada e abusada pelo padrinho, enquanto representação da mulher ocidental, vive sob a violência física, psicológica e social na sociedade cearense. As práticas de dominação do homem obtiveram êxito em muitos séculos e ajudaram a massacrar muitas mulheres acusadas de bruxaria e/ou de pacto com o demônio. Uma certa ginefobia alastrou-se e conseguiu mutilar a vida de milhares de mulheres. A virgindade, para esse estudo analítico, também é apresentada como papel simbólico, que continua a servir como objeto lucrativo para muitas famílias, integrada às bases econômicas e sociais, numa teia ideológica sistematizada que insufla nos homens um sentimento de apetite sexual incondicional, criando no homem um sentimento de poder acerca do corpo da moça e da família com a qual se relaciona. Nesse contexto, o menino, desde a infância, educado para ser forte, ser esperto, ser ágil, imerso num círculo de superioridade, adquire um pensamento mordaz capaz de forjar uma mentalidade demasiadamente patriarcal que compromete o futuro das mulheres – esse é o herói romântico; enquanto cabe à menina o lugar de submissão. Por meio da Literatura, estudamos sobre a menina-mulher – com ênfase na moça, na virgem, na virgindade – para entender de quem é o primeiro beijo das moças na sociedade falocêntrica e como isso ocorre para que muitas mulheres aceitem a sua condição submissa. Este é um estudo diacrônico no que diz respeito à menina-mulher nos romances brasileiros (romantismo, realismo e naturalismo).

Palavras-chave: Maria do Carmo, *A Normalista*; Feminino; Patriarcalismo; Residualidade.

ABSTRACT

The literature of the nineteenth century delegates to women the place of submission. The novels feature fragile and silenced women. Our restlessness about this Literature led us to choose the character Maria do Carmo, from Adolfo Caminha's book *The Normalist*. The girl-woman, adolescent and abused by the godfather, while representing the western woman, lives under physical, psychological and social violence in the society of Ceará. Man's subordination practices have been successful in many times and have helped to massacre women accused of witchcraft and / or pact with the devil. A certain gynophobia spread and managed to maim the lives of thousands of women. Virginity for this analytical study is also presented as a symbolic role, which continues to serve as a profitable object for many generations, integrated to the economic and social bases, in a systematized ideology that instills in men a feeling of unconditional sexual appetite, creating in man a feeling of power over the body of the girl and the family with which she relates. In this context, the boy, from childhood, educated to be strong, to be smart, to be agile, immersed in a circle of superiority, acquires a scathing thought capable of forging an overly patriarchal mentality that compromises the future of women - this is the romantic hero, while the girl is the place of submission. Through Literature, we study the girl-woman - with an emphasis on the girl, the virgin, the virginity - to understand who the first kiss of the girls in the phallogentric society is and how it happens for many women to accept their submissive condition. This is a diachronic study with regard to the girl-woman in the Brazilian romances (romanticism, realism and naturalism).

Keywords: Maria do Carmo, *The Normalista*; Female; Patriarchy; Residualidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - NATURALISMO EM ESTUDO LITERÁRIO E CULTURAL	18
1.1 RESIDUALIDADE LITERÁRIA E CULTURAL ENQUANTO ABORDAGEM TRANSDICPLIPLINAR.....	22
1.2 O GOSTO E O BELO NO ROMANCE NATURALISTA	32
1.3 NATURALISMO E TEORIA LITERÁRIA: O ARGUMENTO CIENTÍFICO.....	37
CAPÍTULO 2 – O SÉCULO XIX: A MULHER SUBMISSA NA LITERATURA.....	42
2.1 A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XIX.....	47
2.2 A MULHER DOS ROMANCES ROMÂNTICOS AOS ROMANCES NATURALISTAS...	51
2.3 RESÍDUOS PATRIARCAIS: O VERSÍCULO MACHADIANO	59
CAPÍTULO 3 – A MENINA-MULHER NO ROMANCE A NORMALISTA, DE ADOLFO CAMINHA	68
3.1 MENINAS-MULHER EM ESTUDO COMPARADO	68
3.2 MARIA DO CARMO EM ROMANCE DE DOMINAÇÃO MASCULINA.....	74
3.3 DE QUEM É O PRIMEIRO BEIJO DAS MOÇAS?	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS.....	102

INTRODUÇÃO

A mulher, na sociedade ocidental, ocupa “um espaço muito restrito, definido pelos papéis que a natureza lhes havia determinado e pela moral imperante na época. Todo e qualquer desvio de comportamento poderia gerar críticas, desqualificação e, até mesmo, marginalização social” (SCOTT, 2012, p. 21). É preciso destacar que esse comportamento sobre o feminino é visivelmente esclarecedor, uma vez que muitas famílias ainda oferecem suas filhas como objeto lucrativo, restringindo sua vida ao lar e às obrigações impostas pela moral patriarcal. Dessa forma, uma certa identidade conformista se naturaliza, obedecendo a princípios que ajudam a criar um pensamento assombroso e definitivo.

O trecho de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, que escolhemos para título, extraído do breve episódio sobre Brás e a jovem Eugênia (primeira epígrafe deste trabalho), é o mote de nossa escrita, é a pergunta que se repete em nossa memória a cada leitura sobre a condição da mulher nos romances do século XIX; e que nos impulsiona para a necessidade de realizarmos uma investigação sobre o feminino, na menina-mulher, com ênfase na moça e no lugar que a sociedade ocidental lhe oferece, sob a prática da violência física, psicológica e social.

O que a vida reservou para a jovem Eugênia após perder-se no beijo cedido a Brás? Partimos do princípio de que muitos romances, da Literatura brasileira do século XIX, nos apresentam inúmeras personagens com esse perfil: humilhadas, subjugadas, excluídas, abandonadas e, acima de tudo, esquecidas. Notamos que muitas, provenientes de famílias pobres, são obrigadas a seguirem o mesmo caminho da mãe, obedecendo aos mandamentos do pai. Essas relações foram institucionalizadas por meio de um poder coletivo que cada sociedade estabelece através de uma linguagem ideológica. Um mecanismo importante, no qual jorra o exercício do poder coletivo durante séculos, é o sexo.

Michel Foucault (2015), no livro *A Microfísica do Poder*, uma coletânea de artigos, debates, cursos e entrevistas, mostra como funcionam as relações de poder presentes nas sociedades modernas. Cabe apontar que esse poder é transmitido em redes de relacionamentos, não advém do Estado, não existe numa única voz. As instituições sociais se entrelaçam e geram um microdispositivo capaz de envolver tudo e a todos. Assim, ninguém descobre quem exatamente detém o poder sobre quem. Dito de outro modo: todos controlam a todos.

Esse fenômeno se faz presente no romance *A Normalista*, pois as personagens, controladas pelo poder que gira em torno de todos, criam um caos determinante que macera suas vidas. Não podemos deixar de apontar também a *História da Sexualidade (A vontade de*

Saber), no qual Foucault também analisa o poder no corpo mediante a sexualidade. Isso foi essencial para se entender como a violência no corpo ajudou a controlar e a inibir a sexualidade, reprimindo seu processo natural, condenando as práticas sexuais inerentes ao ser humano. Consideramos útil apontar que instituições como igreja, família, escola, hospitais, centros psiquiátricos, etc. foram o principal fio condutor do manejo do poder de natureza política. Em função disso, Maria do Carmo sente pudor quando Lídia, sua amiga, fala de alguns relacionamentos promíscuos da vizinhança.

Nas palavras de Michel Foucault, “proximidades que se apresentam como procedimentos de vigilância e funcionam como mecanismos de intensificação; contatos indutores. Assim é a família, ou melhor, assim são as pessoas da casa, os pais, os filhos e, em certos casos, os serviçais” (2015, p. 51). Essa reflexão trata-se de *prazeres-poderes*, da prática do sexo para inserção do poder no corpo, que, de alguma forma, penetra as instituições e gera comportamentos resignados, reprimidos e isolados nos indivíduos. Ora, durante muitos anos esse *prazeres-poderes* foram exercidos na virgindade da mulher.

Yvonne Knibiehler (2016), na *História da virgindade*, numa contextualização acerca do tema, explica minuciosamente como a virgindade virou objeto precioso no mercado da sexualidade, estimulando-lhes poder. A causa de muitas mulheres se sentirem excluídas da sociedade porque foram defloradas anunciou o mistério desvendado no curso da história do nosso estudo. Maria do Carmo, quando é deflorada por João, sente-se suja, envergonhada e se pensa dominada e pertencente a ele.

Vale dizer que a virgindade era preservada pela conduta moralista do homem para que tivesse um domínio sobre ela. Uma certa *fragilidade* fora criada para manipular o pensamento feminino e fazê-lo acreditar que o homem pode e deve tudo. Nas classes pobres, a menina é vendida como objeto de consumo e “a violação, repetimos, é um negócio entre os homens” (KNIBIEHLER, 2016, p. 115). Em poucas palavras, a virgindade termina sendo seu próprio cárcere privado no centro desse relacionamento. E não resta dúvida de que “é verdade que os preconceitos e as representações inscritas no inconsciente coletivo se modificam apenas lentamente e que a virgindade feminina permanece antes de tudo um lugar de expressão da dominação masculina, em que rivalidades entre homens estão em jogo” (KNIBIEHLER, 2016, p. 116). Enfim, essa injunção comportamental colaborou em demasia para o pensamento dominante e avassalador do homem.

De nossa parte, enfatizamos também que a teoria feminista de Simone de Beauvoir (2016), no seu livro *O Segundo sexo (a experiência vivida)*, é importante porque nos embasa a analisar a forma através da qual as instituições religiosas, familiares e educacionais conduzem

a educação da criança. Recapitulemos que Maria, quando pequena, presenciara a mãe costurando, desenvolvendo as atividades domiciliar e isso a conduziu à repetição desse comportamento servil ao homem, porque essa herança das atividades domésticas foi direcionada somente às mulheres, criando, assim, um comportamento submisso que molda e desmembra a identidade política. As mulheres são criadas para obedecer; os homens, para mandar, autorizar, legislar.

Dito brevemente, escolhemos este tema porque ficamos intrigados ao terminar a leitura do romance. Maria do Carmo e outras mulheres são brutalmente massacradas pela ditadura masculina que se normaliza na sociedade cearense no século XIX. Procurar entender o porquê da naturalização dessa violência simbólica exercida pelo homem, e bem assim como isso segue se enraizando na sociedade brasileira foi o que nos instigou a iniciar a pesquisa. Nela iniciamos o estudo sobre a menina-mulher no Naturalismo: como sua vida é inferiorizada, planejada e modelada desde criança, por que a virgindade desperta desejo no homem e um sentimento de poder sobre a mulher, qual a simbologia por trás das leis patriarcais e como a educação religiosa, familiar e educacional ajudam a estruturar esse perfil alienante, cujo uso da palavra “eu” é extinguido em alguns personagens.

Recorrendo a Histórias da Literatura para confirmar a grande relevância do romance e de seu escritor, trazemos Sânzio Azevedo (1976), Alfredo Bosi (2006) e Afrânio Coutinho (2004). Sânzio Azevedo (1976), por exemplo, afirma que Adolfo Caminha escreveu, de forma cáustica, o romance para se vingar da sociedade fortalezense, que tanto o julgou mal devido a um relacionamento conturbado. A justificativa de Caminha foi que uma sociedade tão hipócrita e doentia como Fortaleza não poderia julgar seus atos. Daí o motivo pelo qual, como resposta de Caminha ao povo do Ceará, seus personagens são ridicularizados e vistos como escória, analisados sob o prisma do Naturalismo. Assim, “*A Normalista*, entretanto, bastaria para garantir, ao seu autor, lugar dos mais destacados entre os romancistas da corrente, não só na literatura do Ceará, mas no panorama das letras nacionais” (AZEVEDO, 1976, p. 119).

Alfredo Bosi também se refere a Adolfo Caminha e seu romance como “a crença na fatalidade do meio e do gosto dos temas escabrosos. *A Normalista* e *O Bom Crioulo* centram-se em casos de corrupção que a marcha da narrativa mostra como inevitável” (BOSI, 2006, p. 193-194). Mais que tudo, Bosi destaca que, mesmo que tenha sido inspirado por Aluizio Azevedo e Eça de Queiroz, Adolfo Caminha deixou um toque muito peculiar, imprimindo, no romance, uma pessoalidade intensa.

Outro escritor que salienta a preciosidade da literatura voraz de Adolfo Caminha na literatura brasileira é Afrânio Coutinho (2004). Em termos gerais, ele afirma que o

“temperamento singularmente combativo, Adolfo Caminha, desaparecido aos trinta anos, é o último, em data, dos grandes naturalistas brasileiros. E, em certo sentido, o mais audaz” (COUTINHO, 2004, p. 85). Naturalmente que Adolfo Caminha, mesmo diante de uma vida curta, é um dos mais expressivos escritores naturalistas brasileiros, porque “de qualquer modo, seja no conto, forma que cultivou no começo da vida, seja sobretudo no romance, em que firmou sua verdadeira vocação de ficcionista, foi na tendência realista e naturalista que se realizou Caminha” (COUTINHO, 2004, p. 88).

Buscando pesquisas acadêmicas mais recentes, deparamo-nos com os trabalhos de Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra (2009), uma tese de doutorado, e de Benigna Soares Lessa Neta (2011), uma dissertação de mestrado. A tese de doutorado do pesquisador Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra (2009) apresenta Adolfo Caminha como polígrafo e escritor da literatura da época, criticado e agraciado pelo público leitor, com o título *Adolfo Caminha – um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897)*. É importante sublinhar que a vida curta e a produção intelectual de Adolfo Caminha foram reflexões importantes para a literatura cearense. Ele, rapaz precocemente dotado de um refinamento literário prolífero, produziu uma literatura cáustica nos seios da sociedade frustrada e abandonada em valores éticos e morais:

Adolfo Caminha é um crente da literatura como arte civilizadora. Em seus textos críticos são muitos os exemplos dessa sua crença. Igualmente intencionada foi a sua participação no movimento republicano, notadamente no Ceará, movimento político que ele fez questão de representar em seus romances *A normalista* e *Tentação* (BEZERRA, 2009, p. 23).

A pesquisadora Benigna Soares Lessa Neta (2011), em sua dissertação de mestrado intitulada *A menina e a província: a espera do progresso no romance A Normalista, de Adolfo Caminha*, também analisa o romance, mas por outro viés. Podemos afirmar que, no essencial, a sua preocupação é entender como os personagens anseiam, embora pobres e ignorantes, pelo progresso que lentamente se desenvolve na província cearense, e bem assim como o processo de modernização urbana influencia em seus comportamentos. Conforme a pesquisadora aponta, esses personagens são moldados por meio do crescimento urbano e do poder burguês, e essa ideologia é desenrolada paulatinamente na estrutura traçada por Adolfo Caminha na narrativa do romance.

Destacando esses estudos feitos sobre a obra de Adolfo Caminha, há boas razões para acreditarmos que, com a análise traçada nesta dissertação, a respeito da condição da menina-mulher, poderemos contribuir para a fomentação de mais pesquisas sobre a obra caminhiana, assim como a construção de uma *Fortuna Crítica* do autor. Ler a inquietação de Adolfo

Caminha, no romance, e mostrar a posição que era dada à mulher na época foi imprescindível, uma vez, que para ele, “a literatura não seria uma mera experiência do devaneio, uma atitude singularmente escapista, mas um campo possível de redescoberta do humano, através da qual escritores teriam a missão de regenerar comportamentos e valores daquela época” (BEZERRA, 2009, p. 128-129). Logo, é pertinente enfatizar que Caminha percebeu o valor que a literatura poderia exercer através do romance *A Normalista*, naquela sociedade que preservava uma falsa moral fecundante, porque era visível a vida medíocre a que sujeitavam a mulher. Ao fim e ao cabo, responder a essas inquietações foi desafiador e instigante.

Escolhemos, para esta dissertação, a personagem Maria do Carmo, do livro *A Normalista*, de Adolfo Caminha. É uma personagem que representa o feminino fragilizado, domesticado e vítima da cultura do estupro vigente que ainda segue sua disseminação patrilinear. Convém observar que Maria do Carmo é entregue ao padrinho, assim como muitas meninas resgatadas em comunidades e guetos. Sob uma educação autoritária e machista introjetada em sua consciência, tem comportamentos servis que revelam sua condição social, econômica e cultural: “Criara-a desde pequena, era como se fosse pai, tinha direito sobre ela; podia mesmo beijá-la – sem malícia, já se deixa ver – nas faces, na testa, nos braços e até, porque não, na boca?” (CAMINHA, 2010, p. 13). Seu destino parece estar traçado. A afilhada passa a ser propriedade de João, passa a ceder aos seus caprichos e, sem perceber, torna-se seu prazer carnal.

Maria do Carmo ficou sob os cuidados de João da Mata. Desde pequena era acariciada e mimada. O padrinho a vestia de beijos, dando-lhe a crer que era querida. Ela retribuía em demasia esses gestos. Dessarte, no mais inusitado ápice da fragilidade, apagada, encerrada em si mesma, sentindo-se de ninguém e de todos, fora estuprada por João da Mata. Desse ato infame nasce o filho de Maria. Justamente na hora do parto, como trágica conclusão, a criança morre ao cair das mãos da parteira. Nesse contexto, já podemos conjecturar que tipo de sociedade era a sociedade cearense na época e a excessiva marginalização das mulheres.

Dessa compreensão introdutória, buscaremos responder algumas questões acerca da mentalidade sobre a moça na sociedade ocidental, a quem pertence o beijo das moças e como explicar os acontecimentos na vida de Maria do Carmo – incluído as mulheres de seu convívio na narrativa: Lídia e sua mãe, dona Amanda, assim como dona Teresinha, esposa de João da Mata – em comparação a outras personagens femininas, como, por exemplo, a personagem Pombinha, do romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo (1998); Lúcia, de *Lucíola*, de José de Alencar (2000), bem como outras, seja na Literatura Brasileira, seja na Estrangeira

Abordamos a submissão feminina como revelação do machismo, do autoritarismo, do homem que, por definição, se insere na causa da corrupção das mulheres e de si mesmo como

praticante dessa demonização patrilinear. Afinal de contas, desde muito cedo, incutem no menino um comportamento superior ao da menina e isso o faz pensar que é detentor dela. Importa sublinhar que esse pensamento, encontrado na Idade Média, é perpetuado pela sociedade, pelos pais e pelos educadores.

Vamos entender, igualmente, que o próprio pênis é simbólico para pensarmos esse aspecto, ou seja, que o macho manifesta-se e impõe-se porque “mães e amas perpetuam a tradição que assimila o falo à ideia de macho” (BEAUVOIR, 2016, p. 15). Assim, insuflar a prática da virilidade perpetua uma castração na qual a menina “se acha situada no mundo de um modo diferente do menino e um conjunto de fatores pode transformar a seus olhos a diferença em inferioridade” (BEAUVOIR, 2016, p. 16). A esse respeito é que vamos entender como e por que a mulher segue sendo criada e educada para ser submissa. E mais: até que ponto isso pode ajudar a reprimir suas sensações, suas emoções e suas paixões e seguir multiplicando uma obediência excessiva e brutal que interfere em seu convívio social e a mantém refém da sua própria condição feminina.

Muitos aspectos abordados permitem o esclarecimento de tais atos desumanos no livro, como o caráter sórdido de João da Mata, a coisificação de Maria do Carmo e a morte de seu filho. Esses aspectos são de suma importância para pensar o poder, a sexualidade e o patriarcalismo, os quais estudamos recorrendo à Teoria da Residualidade literária e cultural, cujos conceitos operacionais de resíduo, cristalização, mentalidade, hibridação cultural, imaginário, com seus periscópios analíticos, podem nos proporcionar uma importante perspectiva. Reconhecemos que há resíduos no século XIX que assolam a sociedade e que reiteram a existência da prática desses atos virulentos na literatura e na cultura.

Justamente por isso também vamos entender que a personagem Maria do Carmo carrega, no próprio nome, submissão porque permite pensarmos numa alusão ao nome Maria, mãe de Jesus, que entregou seu filho para a crucificação. Maria Madalena é outro exemplo dessa sujeição feminina. Suas lágrimas na entrada do túmulo de Cristo são manifestações de amante, de apaixonada. O ato de ajoelhar-se para beijar os pés de Cristo demonstra certa humilhação. Nenhuma mulher podia participar de alguma atividade na qual estivesse presente algum homem. Caso estivesse ali, era para servi-los de alguma forma. Era uma hierarquia absoluta. Portanto, o nome Maria do Carmo carrega consigo uma servidão histórica, e, protagonista do romance *A Normalista*, tem todas essas características.

Com base no que expusemos acima, entendemos que o livro *A Normalista* é simbólico em muitos aspectos mencionados sobre exploração e corrupção da mulher. Por fim, esse tema ajuda a entender como e por que a mulher continua a ser vítima do patriarcado. Essa

investigação propõe subsídios para uma percepção particular da obra de Adolfo Caminha e, consequentemente, a importância desse romance para a Literatura Brasileira.

A pesquisa é desenvolvida por meio de levantamento e leitura de textos ligados ao tema para fundamentar e analisar esse processo no livro *A Normalista*. Nessa ótica, pontos centrais, aqui, foram desenvolvidos por sentir a preocupação de trazer à tona mais contribuições à literatura, principalmente em Adolfo Caminha. Portanto, os teóricos relacionados a esse processo sobre o mundo feminino ajudam a entender como o tema vem sendo desenvolvido diacronicamente.

Desse modo, iniciamos uma relação com a literatura e com os textos bíblicos para melhor esclarecer nosso pensamento. A pesquisa aborda a posição de Maria do Carmo como personagem que representa as moças da família brasileira no século XIX, conduzidas pelo discurso patriarcal e seduzidas pela imposição de um *universo feminino* criado pela cultura patrilínea como norma padrão a ser vivida, sendo o tema da menina-mulher no naturalismo brasileiro. É possível ousar dizer que essa é uma perspectiva que ajuda a entender como esse pensamento varonil se instalou na cultura em Fortaleza, assim como em outros espaços, e seguiu se cristalizando até o século XXI. Trata-se, pois, de uma abordagem para uma nova compreensão literária e residual no que toca ao estudo acerca das mulheres na literatura.

Dentre as leituras essenciais para a construção da investigação, estão: *As Damas do Século XII*, de Georges Duby (2013); textos sobre a teoria da *Residualidade Literária e Cultural*, de Roberto Pontes (2015); *As Mentalidades*, de Jacques Le Goff (1995); *Hibridismo Cultural*, de Peter Burke (2003); *A Interpretação das Culturas*, de Clifford Geertz (2015); *A cabeça bem-feita (repensar a reforma. reformar o pensamento)*, de Edgar Morin (2015); *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana*, de Edgar Morin (2003) *História da Sexualidade (A Vontade de Saber)*, de Michel Foucault (2015), *A Microfísica do Poder*, de Michel Foucault (2015); *Nova História das Mulheres no Brasil*, cujas organizadoras são Carla Bassanezi e Joana Maria Pedro (2012); *História das Mulheres no Brasil*, obra organizada por Mary Del Priore (2015), *História da Virgindade*, de Yvonne Knibiehler (2016); *A Dominação Masculina*, de Pierre Bourdieu (2014), *O Segundo Sexo (Vol. 2 A Experiência Vivida)*, de Simone de Beauvoir (2016); *O Martelo das Feiticeiras (Malleus Maleficarum)*, de Heinrich Kramer e James Sprenger (2015).

É necessário dizer que nosso trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *Naturalismo em Estudo Literário e Cultural*, trata de como a literatura é importante para o nosso processo humanizador e por que ela deve despertar consciências e romper com o poder dominante normalizado no cotidiano. Ocupa-se da teoria e método da complexidade em

Edgar Morin, numa conexão com A Teoria da Residualidade Literária e Cultural. Ambas necessitam das relações transdisciplinares, assim como fomentam e defendem essa ideia para a criação de um sujeito global e universal no sentido das relações, das interações científicas que o tornem complexo, no sentido inteiro da palavra.

A literatura Comparada também está inserida nesse contexto analítico a respeito do qual refletimos em nosso estudo. Até porque o interrogatório literário que ela faz a vários textos literários permite o perpassar por vários campos da arte literária, da cultura, da história e, mais uma vez, nos permite entender que as fontes científicas interdisciplinares se compõem nesse campo reflexivo.

O segundo capítulo, o qual recebe o título *O século XIX: a mulher submissa na Literatura*, analisa a condição da mulher no contexto histórico e cultural, sua ascensão como leitora de romance, como escritora, sua emancipação na sociedade e como isso se desenvolve, e ainda como tal mentalidade acerca dela chegou à sociedade cearense do século XIX de forma resignada.

E finalmente, no terceiro e último capítulo, *A menina-mulher no romance A Normalista, de Adolfo Caminha*, fazemos um estudo comparativo com referência à menina-mulher Maria do Carmo e suas fases trágicas na trama do romance. E mais: sob que aspecto Maria do Carmo está sujeita à dominação masculina? E ainda: De que modo as moças são impelidas por algum afago nos exigindo a saber *De quem é o primeiro beijo das moças?*, na sociedade brasileira do século XIX.

CAPÍTULO 1 - NATURALISMO EM ESTUDO LITERÁRIO E CULTURAL

A teoria literária não pode ser entendida apenas como uma estrutura da arte literária que auxilia na função do seu organismo; mais que isso, trata-se de um processo histórico e político que nos ajuda a romper com o senso comum. Ela carrega consigo profundas reflexões acerca da nossa vida, além de qualquer outro campo do conhecimento. Se falamos sobre a morte, por exemplo, pensamos em religião; se falamos sobre trabalho, pensamos em nossa relação social e sua estrutura econômica; se falamos sobre instituições familiares e educacionais, pensamos

no processo ideológico construído no ventre dessas instituições. Em outras palavras, a política, esse conjunto de relações de poder que se estabelecem pelo convívio social, constantemente é aduzido nos campos teóricos da literatura mais do que suspeitamos:

A literatura, impondo-nos uma consciência dramática da linguagem, renova essas reações habituais, tornando os objetos mais ‘perceptíveis’. Por ter de lutar com a linguagem de forma mais trabalhosa, mais autoconsciente do que o usual, o mundo que essa linguagem encerra é renovado de forma intensa (EAGLETON, 2006, p. 5-6).

A política, portanto, está ligada à literatura com seu periscópio analítico para auxiliá-la no seu desenvolvimento histórico e cultural. Finalmente, “as teorias literárias não devem ser censuradas por serem políticas, mas sim por serem, em seu conjunto, disfarçada ou inconscientemente políticas” (EAGLETON, 2006, p. 294-295).

Não podemos negar que esta fundamentação teórica permite um maior esclarecimento no que diz respeito às suas políticas relativas ao indivíduo, desde que estejam engajadas com o processo histórico, político, econômico e social. A abordagem de uma obra literária, por exemplo, traz consigo inúmeras reflexões históricas do dado momento percebido pelo autor. Isso significa que essa estrutura narrativa só poderá ser entendida no momento em que foi escrita a obra? Decerto que não, porque ela será refletida no tempo e no espaço; será instigada e instigará muitos leitores.

Logo, vale dizer que sua política imbricada, crescida e desenvolvida faz parte do crescimento do homem dentro de sua cultura, das relações com o outro e, principalmente, consigo mesmo. Alguns indivíduos, de acordo com suas práticas históricas e culturais, fazem disso um exercício consistente para procurar entender sua condição de ser no mundo. E isso significa que a literatura, esse universo instigante, confabula conosco de forma exigente para que possamos captar sua essência artística e reelaborá-la para um fim humanizador.

Não podemos deixar de entender que a literatura reflete nossas dores e felicidades porque somos sua fonte de inspiração. Nossa existência é refletida nas estruturas teóricas, cria noções de valor acerca da reflexão do mundo, exige fundamentos que só nós podemos criar com nossas inquietações, nossas insatisfações e nossas incertezas sobre a vida. Por conseguinte, a literatura é o homem e o homem é a literatura no seu fiel modo de entender a complexidade artística. A excessiva insatisfação dele alimenta inúmeros modos de usar a literatura como sua versátil oficina poética para tentar explicar suas inquietações sobre a nossa existência. Ernst Fischer (1963) nos faz refletir neste excerto:

Evidentemente que o homem quer ser mais do que apenas ele próprio. Quer realizar-se como homem *total*. Não lhe satisfaz ser um indivíduo isolado; além do prazer da sua vida individual aspira a uma ‘plenitude’ que sente e que exige, uma plenitude da vida que a sua condição individual com todas as suas limitações lhe frustra, um mundo mais compreensível e justo, um mundo que *tenha um sentido*. Revolta-se perante a ideia de se consumir nos limites de sua própria vida, nas limitações efêmeras e fortuitas da sua própria personalidade. Quer relacionar-se com algo mais do que o ‘Eu’, alguma coisa exterior a si mesmo, mais que lhe é essencial. O homem deseja ardentemente absorver o mundo que o rodeia, torná-lo seu; anseia por prolongar, graças à ciência e a tecnologia, o seu ‘Eu’ curioso e faminto de mundo (FISCHER, 1963, p. 10).

Indubitavelmente que essa afirmação está na definição dos vários conceitos do que pode ser literatura na argumentação que dela o homem adquire pelas suas inquietações humana, porque mostra a insatisfação profunda do homem, e a literatura nasce disso. E se a teoria da literatura se preocupa em explicar sua importante função, passando por vários campos do conhecimento, apresentando sua versatilidade, é porque seus mecanismos são necessários para analisar as exímias reflexões que o homem cria pelo viés da sua escrita significativa.

Mas mesmo assim, no meio de tantos esclarecimentos, questionamos junto com Compagnon: “Quais valores a literatura pode criar e transmitir ao mundo atual? Que lugar deve ser o seu no espaço público? Ela é útil para a vida?” (COMPAGNON, 2009, p. 20). Essas indagações, sob muitos aspectos, continuarão pertinentes no século XXI, como também, sem dúvida, nos séculos vindouros. Em vista desses confrontos investigativos, “a realização de si, julgava Proust, acontece não na vida mundana, mas pela literatura, não somente para o escritor que se consagra a ela inteiramente, mas também para o leitor que ela emociona durante o tempo em que ele se dá a ela” (COMPAGNON, 2009, p. 21).

Antoine Compagnon, no sentido geral da palavra literatura, por meio da máxima de Proust, exemplifica um entre vários conceitos de excelência acerca do que é literatura. Não podemos determinar um conceito exato, como se conceitua uma cadeira, porque cadeira é um objeto no tempo, ao passo que a literatura está na correnteza da diacronia, faz parte da tessitura da vida. Cada época tem sua definição e sua maneira de pensá-la. Entrementes, para termos uma dimensão maior da essência da vida, dos valores humanos absorvidos através dela, mais uma vez Antoine Compagnon, em seu livro *Literatura para quê?*, esclarece que “somente pela arte, continuava Proust, podemos sair de nós mesmos, saber o que enxerga outra pessoa desse universo que não é igual ao nosso, e cujas paisagens permaneceriam tão ignoradas de nós como as por acaso existentes na lua” (COMPAGNON, 2009, p. 21).

Nesse excerto, urge dizer que a ênfase de Antoine Compagnon quanto à importância da arte literária ressignificada por Proust permite ao homem se fundamentar e entender que a sensibilidade artística do outro nos faz conhecer outros mundos diferentes do nosso e isso torna-

nos o emblemático devir. A linguagem de uma obra literária reflete as inquietações e as insatisfações universais, fala o código de todas as raças numa só língua e se refaz para nunca repetir-se na fragilidade do tempo. À vista disso, Terry Eagleton (2006, p. 5-6), subversivamente nos diz a respeito:

A literatura, impondo-nos uma consciência dramática da linguagem, renova essas reações habituais, tornando os objetos mais ‘perceptíveis’. Por ter de lutar com a linguagem de forma mais trabalhosa, mais autoconsciente do que o usual, o mundo que essa linguagem encerra é renovado de forma intensa [...] o discurso literário torna estranha, aliena a fala comum; ao fazê-lo, porém, paradoxalmente nos leva a vivenciar a experiência de maneira mais íntima, mais intensa.

Sendo assim, entender essa linguagem como forma de ativar a vida e sua necessidade de experiência requer um exercício detalhado de que a teoria literária pode nos dar. E se a teoria perpassa no campo da política, quando fala de várias áreas do conhecimento, significa que envolver-se discursivamente dessa forma é perceber, com precisão, que tudo isso faz parte da vida de qualquer indivíduo, pois todo indivíduo é um cosmo, uma pluralidade cultural, uma poliexistência.

A vida do indivíduo é um relato diversificado de sua comunidade, dos discursos apreendidos nela, dos costumes que o fazem senti-la. É necessário todo o envolvimento científico que o conhecimento tem para formar um sujeito complexo. Como afirma Edgar Morin (2005), “o ser humano é ao mesmo tempo singular e múltiplo. Dissemos que todo ser humano, tal como o ponto de um holograma, traz em si o cosmo, devemos ver também que todo ser, mesmo aquele fechado na mais banal das vidas, constitui ele próprio um cosmo” (MORIN, p. 57).

É exatamente essa complexidade da qual fala Morin (2005) que mencionamos a respeito do sujeito e suas numerosas faculdades. Todo esse arcabouço teórico e prático, toda essa complexidade a literatura germina. Dessa forma, ela contribui ininterruptamente para o desenvolvimento imaginativo de uma geração inteira. Damos também por aceito que ela ajuda a formar concepções importantes, desperta desejos e paixões que há muito estavam entorpecidos pelo cotidiano mascarado de farsa ideológica. Noutros termos, cada obra traz em si um todo múltiplo de consciência política, de assuntos os mais variados possíveis, e quando isso ocorre, cada sujeito em contato com ela cresce e desfaz o caminho desfalecido, bem como destrói a morte subjetiva que andava vasculhando suas esperanças mancadas. Ler literatura, pois, significa se ressignificar, renascer, remoçar o espírito, ressurgir, restabelecer-se, reconfigurar-se, retornar à vida, tomar nas mãos o controle de si mesmo, rescrever sua história e amar todas as ações existentes que a arte pode proporcionar ao mundo.

1.1 RESIDUALIDADE LITERÁRIA E CULTURAL ENQUANTO ABORDAGEM TRANSDICPLIPLINAR

Edgar Morin (2015) afirma que não é mais suficiente afirmar que é necessário inter-relacionar as áreas do conhecimento e as disciplinas para a construção de um novo pensamento. Essas áreas ainda continuam a perpetuar apenas as relações disciplinares, aglomerando ideias, responsabilizando cada parte desse processo para um fim perigoso que irá formar cabeças tolas e confusas. As Universidades continuam fragmentando saberes e disciplinas, trabalhando os saberes separados, afirma Morin. Dessa maneira, o conhecimento continua sendo estudado em pedaços, partes que acabam se identificando como ponto de partida para a constituição do saber humano. Por isso que “a reforma de pensamento exige a reforma da Universidade” (Morin, 2015, p. 83). Assim, a transdisciplinaridade¹, na qual propõe o teórico, significa e representa mais do que relação disciplinar: exige interação, contato, soma, ampliação de todas as áreas do conhecimento que ajudam a mudar o pensar. Morin ratifica isso, ao afirmar que:

O ser humano, ao mesmo tempo natural e supranatural, deve ser pesquisado na natureza viva e física, mas emerge e distingue-se dela pela cultura, pensamento e consciência. Tudo isso nos coloca diante do caráter duplo e complexo do que é humano: *a humanidade não se reduz absolutamente à animalidade, mas, sem animalidade, não há humanidade.* [...]

O ser humano nos é revelado em sua complexidade: ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural. Cérebro por meio do qual pensamos, a boca, pela qual falamos, a mão, com a qual escrevemos, são órgãos totalmente biológicos e, ao mesmo tempo, totalmente culturais[...].

Nossas atividades mais culturais – falar, cantar, dançar, amar, meditar – põem em movimento nossos corpos, nossos órgãos; portanto, o cérebro. (MORIN, 2015, p. 40).

Em essência, essas faculdades que desenvolvemos só é possível na relação afetiva e cultural com o outro. Somos seres dialógicos, precisamos das diversidades culturais, das relações mútuas, das políticas sociais que nos transformam em cidadãos. Essa relação cultural implica uma certa ação das habilidades de cada ser para reformular o pensamento. Negar esse processo é permitir a desconstrução dele. Bem por isso que a versatilidade do historiador Peter

¹ Recorremos a Morin para a noção de complexidade e, portanto, de transdisciplinaridade, num reconhecimento de pesquisa acadêmica em literatura que urge transcender limitações simplificadoras. Reforçamos, para a literatura, a necessidade da pesquisa (e da prática docente que, em nossa pesquisa, não está em evidência, mas que ganha com esse reconhecimento) que não se limite ao objeto em si, mas que se estabeleça pelo diálogo. Nossa proposta é mais um passo nos estudos trazidos por Ivani Fazenda (1979, p. 99), o qual, partindo da educação (da prática de professores na escola), alerta também sobre “a necessidade de se explorar com mais cuidado a questão da metodologia do trabalho interdisciplinar, bem como a maneira mais adequada de proceder à formação do pessoal que efetiva a interdisciplinaridade”. Ora, se em 1979, Fazenda desperta nas pesquisas, na USP, o olhar para a interdisciplinaridade, algo que parecia novo e utópico, alertamos para a necessidade urgente, a partir do que nos aponta a Teoria da Literatura, de pesquisa agora transdisciplinares. E que essa noção também chegue às escolas.

Burke (2003), quanto ao *Hibridismo Cultural*, também é valorosa e ratifica, como podemos observar, a teoria moriniana sobre a complexidade:

O que resolvi apresentar aqui, no entanto, não é um estudo de história da cultura, mas um ensaio tão híbrido quanto seu assunto, interessado no presente assim como no passado, em teorias assim como em práticas e em processos gerais assim como em acontecimentos específicos. Embora processos de hibridação possam ser encontrados na esfera econômica, social e política, para não mencionar a miscigenação, este ensaio se restringe a tendências culturais, definindo o termo *cultura*, em um sentido razoavelmente amplo, de forma a incluir atitudes, mentalidades e valores e suas expressões, concretizações ou simbolizações em artefatos, práticas e representações (BURKE, 2003, p. 16-17).

Devemos notar que Burke nos aponta a necessidade de uma abordagem híbrida na construção dos valores morais e éticos presentes na cultura, na política, na economia, na religião, isto é, em todas as áreas que fundam a nossa faculdade humana. Mesmo sua afirmação acerca da cultura não resta dúvida de que, na hibridação cultural, há uma extensão que favorece o envolvimento e o crescimento da mentalidade humana acerca da coletividade. Nessa concepção, pertencer a isso é estar conectado, de alguma forma, às instituições sociais que formam a nossa identidade. Essa é a complexidade da qual insiste defender Morin. E com Burke vamos refletir que tal característica está em todas as esferas da vida humana, que as culturas confabulam globalmente e universalmente entre si e que, em razão disso, o homem torna-se múltiplo e versátil.

É fundamental entender que não é apenas vivenciar a cultura, mas transformá-la em símbolo representativo da sua existência, entendendo, a partir desse viés, a construção do todo, do humano, porque:

A missão desse ensino é transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre. Kleist tem muita razão: “o saber não nos torna melhores nem mais felizes”. Mas a educação pode ajudar a nos tornarmos melhores, se não mais felizes, e nos ensina a assumir a parte prosaica e viver a parte poética de nossas vidas (MORIN, 2015, p. 11).

Entendemos que o ensino atual transmita ao aluno a ideia de fragmentação do saber, como se história e sociologia, antropologia e literatura fossem de mundos diferentes e que, em razão disso, não devessem manter contato para não haver desconstrução e desequilíbrio de suas intenções no ato da prática do processo de formação do indivíduo. Apenas mais um engodo institucionalizado pelo sistema educativo. Não obstante, quando conhecido o pensamento de Morin a respeito das transformações, das metamorfoses no interior das instituições e das conexões estabelecidas como pontos constitutivos de cada ser – a transdisciplinaridade –, a

prática passa a exercer e centuplicar a máxima que carrega o método complexidade, do qual tanto reverbera o educador.

Esse método exige a unificação do todo para compor as partes e as partes para compor o todo. “É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto” (MORIN, 2015, p. 89). Resumindo, “a reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento, e a reforma do pensamento deve levar à reforma do ensino” (MORIN, 2015, p. 20). Portanto, entendemos que ultrapassar o dado para um futuro aberto é fundamental na construção de pesquisas e habilidades que superem nossas expectativas.

Na busca por uma abordagem que permita a investigação transdisciplinar na Literatura, encontramos a Teoria da Residualidade Literária e Cultural. Em bom rigor, esta, sistematizada por Roberto Pontes, leva-nos a compreender essas indagações que se perpetuam nas raízes de cada povo, na cultura de cada país e na literatura de cada sociedade. É uma teoria que traz, desde o tronco semântico de sua definição, a complexidade cuja importância é favorável à nossa análise d’*A Normalista*, de Adolfo Caminha.

Como ponto de partida, podemos perguntar: como isso ocorre? Ora, os conceitos operacionais com os quais a teoria trabalha nos ajudam a entender que:

O *resíduo* é aquilo que resta de alguma cultura. Mas não resta como material morto. Resta como material que tem vida, porque continua a ser valorizado e vai infundir vida numa obra nova. Essa é a grande importância do *resíduo* e da *residualidade*. Não é reanimar um cadáver da cultura grega, da cultura medieval, e venerá-lo num culto obtuso de exaltação do antigo, do morto, promovendo o retorno do passado, valorizando a melancolia e a saudade, como fizeram os portugueses durante a fase do Saudosismo literário; não é isso. A gente apanha aquele *remanescente dotado de força viva* e constrói uma nova obra com mais força ainda, na temática e na forma. É aí que se dá o processo de *crystalização*. Não posso dizer onde começa nem onde termina a *crystalização*. Só posso dizer que é assim. Poderá alguém dizer quando começa a se fazer o casulo da borboleta? Ou se está no meio do se fazer ou se chegou ao fim do seu processo? É preciso compreender este processo como um todo (PONTES, 2006, p. 9).

Hibridação cultural é expressão usada para explicar que as culturas não andam cada qual por um caminho, sem contato com as outras. Ou seja, não percorrem veredas que vão numa única direção. São rumos convergentes. São caminhos que se encontram, se fecundam, se multiplicam, proliferam. A *hibridação cultural* se nutre do conceito de *hibridismo* comum à mitologia. Que é um ser híbrido? É aquele composto de materiais de natureza diversa (PONTES, 2006, p. 5-6).

A *mentalidade* tem a ver não só com aquilo que a pessoa de um determinado momento pensa. Mas um indivíduo e mais outro indivíduo e mais outro indivíduo, a soma de várias individualidades, redonda numa mentalidade coletiva. E essa mentalidade coletiva é transmitida através da História. Por meio da mentalidade dos indivíduos, a mentalidade coletiva se constrói. E esta última é transmitida desde épocas remotas, e mesmo remotíssimas, a épocas recentes (PONTES, 2006, p. 13).

Os conceitos operacionais da teoria – resíduo, cristalização, hibridação cultural, mentalidade, imaginário – são a prova clara de uma teoria que abarca a percepção que há sobre a valorização do humano e do todo no que corresponde à análise da obra literária. Seu desenvolvimento foi “a partir de estudos de diversos autores originários dos campos da História, Sociologia, Antropologia, Filosofia e Literatura” (PONTES, 2015, p. 12). São conceitos que atravessam várias áreas do conhecimento para “preparar as mentes para responder aos desafios que a crescente complexidade dos problemas impõe ao conhecimento humano” (MORIN, 2015, p. 102).

À vista disso, a Teoria da Residualidade possibilita nossa compreensão humana, nossa ubiquidade, está aqui e além de nós. Em poucas palavras, ela explica que nada na cultura é novo, que tudo emana de tempos remotos e que, por essa razão, ajuda-nos a perceber sua dimensão teórica como elemento central na análise literária e cultural da qual precisamos para este estudo. Disso absolutamente não se segue ou não significa dizer que não há mudança; mas, sim, que, através dessa teoria, podemos identificar de onde surgiram e como surgiram certos pensamentos e comportamentos, maneiras de sentir e de viver que se renovam na cultura. É preciso se renovar, se recriar para combater o ardiloso convencionalismo. Conforme o que expressa Pereira (2010), em texto basilar:

Cabe à *residualidade* buscar o conjunto de substratos de comportamentos espontâneos enraizados pelas heranças culturais, enaltecendo os traços comuns de formas de pensamento que se tornaram basilares à formação dos povos, retransmitidos e recriados através da ação do *imaginário*, em caráter identificador destes povos em formação. Em outras palavras, a *residualidade* busca os símbolos ancorados no tempo (*mentalidade*) em manifestações segmentadas (*imaginário*), matizadas pelo *espírito* do indivíduo (*identidade*) que, como ser social, reflete em sua forma de pensar os símbolos e significados de seu grupo que, por sua vez, são marcados pelos ditos “símbolos ancorados no tempo”, ou seja, *mentalidade*, em um processo de reificação significativa (PEREIRA, 2010, p. 25).

Nessa concepção, é necessário repensar a cultura para um entendimento global sobre seu processo de formação intercultural, e essa relação se forma através da substância chamada de resíduos.

Tenhamos presente que, como a Teoria da Residualidade abrange uma vasta relação prática e multidimensional, porque proporciona pluriformas para o entendimento cultural e literário de uma obra, assim como sua relação com o passado e com o futuro, queremos, aqui, afirmar a necessidade de sua aplicação através de método e teoria. Para tanto, precisamos evocar Morin, o qual explica que:

Uma teoria não é o conhecimento, ela permite o conhecimento. Uma teoria não é uma chegada, é a possibilidade de uma partida. Uma teoria não é uma solução, é a possibilidade de tratar um problema. Uma teoria só cumpre seu papel cognitivo, só adquire vida, com o pleno emprego da atividade mental do sujeito. E é essa intervenção do sujeito o que confere ao *método* seu papel indispensável.

Na perspectiva complexa, a teoria, como um engrama, é composta de traços permanentes, e o método, para ser posto em funcionamento, precisa de estratégia, iniciativa, invenção, arte. Estabelece-se uma relação recursiva entre método e teoria. O método, gerado pela teoria, regenera a própria teoria. [...]

Na perspectiva complexa, a teoria não é nada sem o método, a teoria quase se confunde com o método, ou melhor, teoria e método são os dois componentes indispensáveis do conhecimento complexo (MORIN, 2007, p. 24).

É assim que Morin nos instiga e dá alicerce a práticas que são de estimado valor para a importância das análises literárias, no que profere seu método e aplicação da teoria. Pensamos e compreendemos bem, por consequência, que essa relação é fulcral, até porque ambas estão de mãos dadas com a Complexidade.

Todo indivíduo é a configuração de um dado momento. E tudo o que há na cultura ele absorve, pois as relações dadas nessa “pedagogia ética” o conscientizam politicamente no espaço onde vive. Antes de mais nada, é preciso lembrar que a coletividade é seu instrumento habitual que lhes ensina a interpretar o meio com o qual se relaciona, com o qual aprende, experimenta, sente e interpreta os costumes, as crenças, bem como os valores morais e éticos. Nas palavras de Terry Eagleton:

Cultura será, então, tudo o que não é transmitido geneticamente. Trata-se, tal como afirma um sociólogo, da convicção de que os seres humanos ‘são o que lhes é ensinado’. Stuart Hall oferece uma igualmente generosa ideia de cultura como ‘práticas vitais’ ou ‘ideologias práticas que permitem a uma sociedade, a um grupo ou a uma classe, experimentar, definir, interpretar e entender as suas condições de existência’ (EAGLETON, 2000, p. 52).

Isso significa que sentimos a intimidade da nossa cultura e a dominamos. Se nos distanciarmos dela, nos sentimos estranhos, expatriados, porque outras culturas não fazem parte do nosso domínio, das nossas emoções, das nossas sensações e experiências, mas estão entrelaçadas em nós ininterruptamente. Assim, “as pessoas que pertencem a um mesmo lugar, profissão ou geração não constituem, por esse facto, uma cultura; fazem-no apenas quando começam a partilhar hábitos de linguagem, folclore, formas de agir, quadros valorativos, uma auto-imagem colectiva” (EAGLETON, 2000, p. 56).

Por seu turno, podemos afirmar também que somos histórias passadas, contadas no presente, reassumindo nova característica e nova identidade. Diante disso, é lícito perguntar: somos criadores de nossa própria cultura? Não é o que parece, uma vez que “exemplos de hibridismo cultural podem ser encontrados em toda parte, não apenas em todo o globo como na

maioria dos domínios da cultura – religiões sincréticas, filosofias ecléticas, línguas e culinárias mistas e estilos híbridos, na arquitetura, na literatura ou na música” (BURKE, 2003, p. 23).

O Brasil é um país multicultural e carrega consigo uma hibridação que define singularmente nossa cultura, porque “de qualquer forma, acho convincente o argumento de que toda inovação é uma espécie de adaptação e que encontros culturais encorajam a criatividade” (BURKE, 2003, p. 17). Igualmente, Clifford Geertz nos alicerça:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões enigmáticas na sua superfície (GEERTZ, 2015, p. 4).

Entendemos que essa estrutura superposta, ou seja, comportamentos que continuam se repetindo por existir nas estruturas culturais e se sobrepõem aos nossos comportamentos. Cada indivíduo atua conforme sua relação com o ambiente. Noutros termos, é uma manifestação estrutural do comportamento que ele adquiriu na cultura. Entrementes, requer uma interpretação dos códigos que ele utiliza para comunicar-se, códigos esses que são conhecidos no ambiente e se fazem presentes nas relações entre os indivíduos e exigem interpretações contínuas. Em outras palavras, “a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade” (GEERTZ, 2015, p. 10). É o comportamento do comportamento. É a interpretação da interpretação. Portanto, a cultura, como ciência das interpretações, facilita, de qualquer forma, a identificação das ações de cada sujeito, o motivo que o leva a pensar e a agir, a sentir e amar.

Isso quer dizer que somos seres de uma formação atuante, que a cultura molda nossos comportamentos através de gestos simbólicos que denunciam o que representamos.

O historiador inglês Peter Burke (2003), no seu livro *Hibridismo Cultural*, nos permite entender que essa dinâmica faz parte do desenvolvimento de todo crescimento cultural. Nas construções arquitetônicas, nas traduções literárias, na música, nas artes plásticas, no cinema, o hibridismo cultural está presente e fortalece o modo de pensar de um povo. Desse modo, as culturas se autoconsumem, fazem umas das outras o seu próprio alimento. Por isso chegamos a pensar que alguns comportamentos são imitações de outras culturas; todavia, são comportamentos que vêm à superfície para afirmar a versatilidade que esse processo híbrido desencadeia no crescimento cultural das sociedades: “Práticas híbridas podem ser identificadas

na religião, na música, na linguagem, no esporte, nas festividades e alhures” (BURKE, 2003, p. 28).

Podemos argumentar, dessa maneira, que Burke nos adverte que esse hibridismo está multiplicado nos corpos numa só unidade representativa, o qual – por sua vez – reflete o pensamento do imaginário coletivo em sociedade. Esse esclarecimento multicultural possibilita o andamento das potencialidades individuais. É fazer do geral o seu particular. É utilizar vários temperos para dar um só sabor. Burke evoca muito oportunamente essa ideia, ao escrever que:

É que devemos ver as formas híbridas como o resultado de encontros múltiplos e não como o resultado de um único encontro, quer encontros sucessivos adicionem novos elementos à mistura, quer reforcem os antigos elementos, como no caso da visita de Gilberto Gil a Lagos para dar à sua música um sabor mais africano (BURKE, 2003, p. 31).

Assim sendo, utilizamo-nos do seguinte pensamento para corroborar o eixo interdisciplinar presente nos resíduos que se atualizam de acordo com as relações culturais, fomentadas nas relações humanas.

Podemos afirmar, no essencial, que entender que a Teoria da Residualidade Literária e Cultural reúne todos esses meios na construção transversal que propõe o método complexo é começar a conceber uma análise no campo literário que ajudará a construir um dos pontos defendidos no livro *O Demônio da Teoria*: “A teoria não pode se reduzir a uma técnica nem a uma pedagogia” (COMPAGNON, 2014, p. 10).

É oportuno lembrar, ainda, que quando afirmamos que a Teoria da Residualidade Literária e Cultural é fundamental para a nossa pesquisa, significa que sua contribuição à pesquisa literária é fiel àquilo que Compagnon defende. Afinal de contas, o mote que propõe Compagnon é combater esse conformismo, se opondo a todo e qualquer engodo que leva à destruição da necessidade, da grandiosidade que tem a teoria como forma de valorizar a obra literária. Examinemos a afirmação de Compagnon:

Porque não é do lado teórico ou teológico, nem do lado prático ou pedagógico, que a teoria me parece principalmente interessante e autêntica, mas pelo combate feroz e vivificante que empreende contra as ideias preconcebidas dos estudos literários, e pela resistência igualmente determinada que as ideias preconcebidas lhe opõem (COMPAGNON, 2010, p. 15-16).

Ora, tenhamos presente que a prática expressa no pensamento de Compagnon é valiosa para que entendamos qual o grau de veracidade impresso nesse excerto. Resistir e relutar contra o pensamento comum que ainda há no campo das análises literárias, promovida pela pujança

teórica, é saber que esse ato é preciso; caso contrário, o campo teórico se transformará num exercício perdido como criticou o teórico na década de 60 e 70 na França.

Finalmente, do ponto de vista instigante que nos toca Morin sobre método e teoria, sobre transdisciplinaridade e complexidade, assim como Compagnon, quando expõe o suprasumo de sua abordagem teórica como superação de todos os males institucionais, acadêmicos e literários, entendemos que a teoria sistematizada por Robertos Pontes (2015) é de grande relevância para a pesquisa nesta dissertação, pois ela permite uma visão histórica, cultural e literária. Em vista de nossa afirmação, analisemos o que nos diz a pesquisadora Soares a respeito da teoria da residualidade:

Mas outros teóricos já não trataram anteriormente desse princípio da remanescência de elementos de um tempo em outro, ou de um espaço em outro? Sim, mas nenhum conseguiu sistematizar uma teoria com todos os aparatos e conceitos operatórios que nos permitam colocar os elementos, as culturas, as literaturas, os objetos a serem estudados, em cima de uma maca pronta para ser por nós, pesquisadores, dissecados, comparados e analisados. A Teoria da *Residualidade* deu-nos a tesoura e o bisturi que faltavam aos estudiosos de cultura e de literatura (SOARES, 2015, p. 19-20).

Em outras palavras, nela encontro o casamento das ciências humanas que intensificam e multiplicam as relações entre cultura, literatura e história, ou seja, possibilita ao homem criar elementos de outros tempos e espaço que numa outra linguagem permanecem vivos. Isso é chamado de resíduo. Temos, por assim dizer, que eles ajudam na atualização da construção cultural, se responsabilizam pela originalidade do resto do qual descendem, criando um todo. O novo se faz na cultura através do antigo, se atualizando. A isso nós chamamos de cristalização.

Com isso em tela, retomamos o que dissemos anteriormente com este excerto de Morin: “A educação para a compreensão está ausente do ensino. O planeta necessita, em todos os sentidos, de compreensão mútua” (MORIN, 2000, p.16-17). Dessa maneira, segundo sugere Compagnon (2010), a teoria como força demoníaca capaz de mudar o ambiente acadêmico, ainda que mostre traços cômodos, se define subversiva e dilaceradora dos feitos cometidos contra a literatura. Não há como se esgotar de tanta afirmação para valorar a teoria da Residualidade. Ela busca, na análise literária e cultural da obra, encontrar o que delimita, o que a define como representação da sociedade vigente, o porquê de tais conceitos ainda permanecerem no tempo e no espaço. O que nos importa salientar é que as mentalidades edificadas por meio desses resíduos se formam paulatinamente no cerne da cultura.

Em síntese, nossa análise segue as práticas teóricas, complexas e metodológicas as quais disseminam Morin e Compagnon na construção acerca do conhecimento. Isso “humaniza em sentido profundo, porque faz viver” (CANDIDO, 2011, p. 176).

Convém observar que a Teoria da Residualidade Literária e Cultural é um desdobramento dos estudos de literatura comparada e nela se fundamenta. Esse método comparativo proporciona subsídios no *corpus* teórico da Literatura Comparada, pois essa ótica possibilita a visão de interdisciplinaridade essencial à abordagem do texto literário e das confluências históricas, sociais e culturais implicadas aqui. Seus critérios e conceitos de convergência permitem abarcar uma percepção que ajuda a entender todo esse processo de relações disciplinares que o conhecimento complexo de Morin (2015) exige.

Esse entrelaçamento importante entre a Teoria da Residualidade e a Literatura Comparada se faz útil, não apenas por comparar, mas pela construção de uma análise que contribua para novas investigações literárias.

Pela ótica da autora Tania Franco Carvalhal (2006), fundamentamos nosso pensamento acerca da abordagem produzida aqui, quando ela diz que “literatura comparada é uma forma específica de interrogar os textos literários na sua interação com outros textos, literários ou não, e outras formas de expressão cultural e artística” (CARVALHAL, 2006, p. 74).

Ao escolher a Residualidade e Literatura Comparada como métodos desta investigação, reconhecemos que permite a conexão com outras abordagens literárias e culturais determinantes no indivíduo e constituinte de suas mentalidades cristalizadas. Dentro da proposta residual e comparatista, percebemos o diálogo com a formação do homem e sua estrutura determinante no que diz respeito à história, à antropologia e à literatura como partes integrantes da identidade do ser. Noutros termos, isso nada mais é do que um estudo comparativo de diferentes culturas e épocas jorradadas ininterruptamente na literatura.

Particularmente, é preciso levar em conta que quando Roberto Pontes (2015) afirma que os conceitos operacionais da teoria se conectam com várias áreas do conhecimento, isso significa que a teoria está transitando no campo da transdisciplinaridade. Esse apontamento emerge exatamente no que a literatura comparada faz. Com efeito, Soares (2015, p. 56) evidencia que:

[...] as maiores contribuições do comparatismo são: primeiramente, a luta pela interdisciplinaridade, pelo estudo das relações entre a literatura e as outras artes e também entre a literatura e os outros saberes, considerando aqui a literatura simultaneamente como arte e como saber; e, além disso, a luta pela independência cultural.

Importa sublinhar que Literatura comparada não é equiparar textos literários ou obras; ao contrário, será melhor dizer que é estudar e relacionar literatura e cultura, estabelecer ligações sistemáticas com outras áreas do conhecimento e afirmar sua sólida expressão metódica para a elaboração transversal que contribui nos estudos literários. Acreditar nisso é entender que o comportamento coletivo é composto por todo esse mundo de estudos para se entender a queda e o voo do homem durante toda a sua caminhada na linha do tempo. A prática é além da literatura comparada e teórica residual, é a vida do homem no sumo da vida universal.

É preciso afirmar que, ao recorrermos à Teoria e Método em Residualidade Literária e Cultural, propomos habilidades essenciais que possibilitem convergências no campo do conhecimento para ampliar nossa perspectiva analítica, bem como propor, acima de tudo, novas práticas que contribuam para o crescimento das pesquisas no terreno literário. Finalmente:

A Residualidade não tem interesse em comparar duas culturas, dois espaços ou dois tempos apenas por comparar, sem uma real função. Ao contrário, o objetivo da Teoria é comparar para estabelecer as semelhanças e as diferenças entre elas, explicando as possíveis relações entre quaisquer tempos, espaços, culturas e literaturas, caminhando para trás ou para frente na linha temporal.

A Residualidade é, portanto, uma eficaz corrente teórica comparatista que abrange todos os âmbitos possíveis nos estudos de cultura e literatura. Surgida no final do século XX no Brasil, no seio de uma universidade cearense, hoje se propaga pelos estudos acadêmicos de todo o Brasil e, inclusive, já nos estudos de Portugal, através de livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado (SOARES, 2015, p. 57).

Conforme Carvalhal, sobre teoria e método:

O estudo comparado de literatura deixa de resumir-se em paralelismos binários movidos somente por “um ar de parença” entre elementos, mas compara com a finalidade de interpretar questões mais gerais das quais as obras ou procedimentos literários são manifestações concretas. Daí a necessidade de articular a investigação comparativista com o social, o político, o cultural, em suma, com a História num sentido abrangente (CARVALHAL, 2006, p. 86).

Assim, partimos das orientações acerca da teoria da complexidade, de Edgar Morin, a qual apresenta a transdisciplinaridade e, ao trazê-la para os estudos Literários, encontramos consonância nos argumentos de Antoine Compagnon (2010) e da Literatura Comparada, dentro da qual se define a teoria da Residualidade. Eis o resultado elucidado da grande contribuição da qual a teoria se apropria. Sem dúvida, não temos a pretensão de dizer que ela deva substituir outras práticas; entretanto, admitimos que deve ajudar a ampliar novas maneiras de pesquisas no meio acadêmico, uma vez que deixamos a necessidade de estarmos abertos a novas práticas e destacamos a Teoria da Residualidade como perspectiva para novas descobertas no campo da pesquisa literária.

Outro ponto a ser destacado é que, para Compagnon, “há teoria quando as premissas do discurso corrente sobre a literatura não são mais aceitas como evidentes, quando são questionadas, expostas como construções históricas, como convenções” (COMPAGNON, 2010, p. 17). É preciso combater esse discurso convencional. As estruturas estão deflagradas e, por essa razão, há urgência de querer outras formas de pesquisa, outros métodos para melhor traçar planos importantes dentro da pesquisa comparada sobre literatura brasileira.

1.2 O GOSTO E O BELO NO ROMANCE NATURALISTA

Antes de iniciar alguns esclarecimentos no que concerne o gosto e o belo no naturalismo, é preciso entender o quanto o naturalismo conseguiu literatizar as teorias científicas: determinismo, positivismo, evolucionismo etc., para um possível estudo no que diz respeito ao homem, à raça e ao meio. À vista disso, não é supérfluo afirmar que o naturalismo conseguiu transformar-se numa ciência que estuda a condição do homem, usando seus métodos de observação e experimentação como conclusão do estudo proposto por Émile Zola (1982) no romance experimental. Por isso difere-se do realismo: porque seu manuseio com as ciências reflete melhor as práticas experimentais da fisiologia no corpo social, produtor do homem e suas taras. Essa maneira mais versátil de procurar entender o homem tornou o naturalismo um movimento literário capaz de explicar por meio do romance quais as causas patológicas determinantes que contribuem para o definir dele.

Antes de tudo tornamos manifesto que a nossa escolha do gosto e do belo acerca do romance naturalista como literatura se deu pelo fato de procurarmos entender essa relação estética que o texto literário traz consigo, junto à exploração política que esse movimento explora em seu contexto histórico e cultural. Prevalentemente, essas são questões que nos ajudam a entender que a literatura é a ciência mais completa que permite relacionar-se com inúmeras áreas do conhecimento para melhor fundamentar-se a respeito do estudo humano.

Diante dessas afirmações, trazemos o seguinte questionamento: é o gosto que decide o que é o belo? Mais: o belo é subjetivo, universal ou seletivo? E ainda: como entender esses dois julgamentos da estética? Como teremos perfeitamente notado, são questões intrigantes e também indagações que precisam ser provocadas. Nas palavras de Greuel (1994, p. 147), “a arte e o belo podem ser tratados e investigados basicamente em três sentidos: 1. A obra; 2. O artista (ato de produção); 3. O apreciador”. Dessa forma, tentaremos explicar o belo no Naturalismo literário do século XIX a partir do artista e de sua produção literária.

Definir o gosto como padrão de definição do belo é reduzir a estética a uma única visão. Não podemos criar um padrão do gosto. O que pode surgir é uma linguagem ideológica capaz de institucionalizar esse gosto, gerando uma certa ojeriza às opiniões.

O fato de não gostar de um livro ou de um quadro não significa que seja ruim. Minha subjetividade não pode ser o instrumento de definição do todo, pois, de certa forma, isso implica uma universalização do gosto, uma norma padrão estabelecida a partir da coletividade. Essa observação estética e esse julgamento pautado naquilo que exigimos que seja foge do cenário da arte e impõe um decreto do gosto com relação ao belo, como se fosse uma teoria ou um conceito, mas não é. “Ora, o Juízo-de-gosto é um juízo estético, isto é, tal que repousa sobre fundamentos subjetivos, e cujo fundamento-de-determinação não pode ser nenhum conceito, tampouco o de um fim determinado” (KANT, 1984, p. 228). Portanto, nenhuma norma ou modelo pode definir exatamente o que é o belo. Universalmente, o belo desperta paixão e não precisa ser conceituado.

Agora, passemos a entender de maneira metaforizada que “belo é o que refina o rude filho da natureza e ajuda a educar o homem meramente sensual, tornando-o um homem racional” (SCHILLER, 2009, p. 107). Partindo dessa premissa, devemos ter em consideração que o naturalismo buscou analisar questões das relações sociais para uma melhor abordagem científica do sujeito no campo da arte literária. Sua expansão explica: “O espírito de objetividade e imparcialidade científicas faz com que o naturalista introduza na literatura todos os assuntos e atividades do homem, inclusive os aspectos bestiais e repulsivos da vida, dando preferência às camadas mais baixas da sociedade” (COUTINHO, 2001, p. 190). Sendo assim, a ciência, ferramenta minuciosa do naturalismo, que analisa o homem e seus fenômenos históricos e sociais, científicos e culturais, trouxe, para a arte literária, uma linguagem transdisciplinar.

De qualquer modo, aqui devemos lembrar que o belo atinge as sensações adquiridas na contemplação do belo dadas pelo gosto, de certa forma nos ajuda a compreender o naturalismo como objeto de estudo literário – principalmente quando este se vê inquieto – e norteia sua pesquisa literária-científica para explicar o homem na sociedade. Como conclusão deste enunciado, destacamos que “no belo não se trata de saber se o objeto é deleitável ou se é bom, pois o agrado produzido pelo belo independe de todo interesse sensível ou racional ligado ao objeto” (BOURDETTE, 2008, 163). A sensação sentida em contato com o belo não precisa de nenhuma explicação, de nenhum conceito: simplesmente acontece na subjetividade do indivíduo ou no objeto. Portanto, além de ser considerado um Realismo visceral, composto por inúmeras teorias, o naturalismo é uma realidade hostil do mundo dos conflitos e dos absurdos,

da consciência e da percepção do homem a respeito da sua condição no mundo, e nisso está o belo na produção do artista, na composição da arte criada como reflexão do mundo; ou seja, “a arte é o pensamento por imagens”. Esse é o ponto a reter.

Nesse mesmo espelho o belo surge e é sentido pelo homem como efeito das sensações causadas por ele no ato de escrever o mundo. Ora, quando admiramos uma pintura de Modigliani e nos encantamos, esse encantamento é produzido pelo belo que já existe no quadro e meu juízo de gosto, que sempre faz o julgamento da obra assistida, desperta essa contemplação no objeto. Encaremos isto: é por essa razão que Immanuel Kant afirma que o gosto não pode ser a legislação primeira para definir o que pode ou não ser belo:

Não pode haver nenhuma regra de gosto objetiva que determine por conceitos o que é belo. Pois todo juízo desta fonte é estético; isto é, o sentimento do sujeito, e não um conceito de um objeto, é seu fundamento-de-determinação. Procurar um princípio do gosto, que fornece o critério (*Kriterium*) universal do belo por conceitos determinados, é um exemplo inútil, porque o que é procurado é impossível e em si mesmo contraditório (KANT, 1984, p. 230-231).

Convém observar que o escritor “Zola cunhou o termo ‘naturalismo’ com o objetivo de descrever uma forma especial e radical de realismo, distinguindo-a de toda espécie de produtos que os loucos bem pensantes de então procuravam impingir como literatura ‘realista’” (FISCHER, 1963, p. 89). Com isso, podemos perceber que o artista quer reconfigurar-se, refazer-se, ressignificar a vida e, assim, reconhecer-se responsável no mundo por via da sua arte. “O objeto, portanto, não é consumido materialmente, mas contemplado enquanto uma forma que se doa” (BOURDETTE, 2008, p. 163). Neste caso, é importante distinguir que o leitor, enquanto apreciador da obra do artista, é tocado pela beleza que a arte carrega consigo, pois a sensibilidade e a emoção alimentam seu pensamento através do objeto artístico.

Hegel (2001), no seu Cursos de Estética, esclarece que o julgamento que todo homem faz em relação à definição da arte é a partir do conhecimento que traz consigo. Ratificamos neste excerto:

[...] a verdade é que sempre cada homem julgará obras de arte, caracteres, ações e acontecimentos na medida de seus conhecimentos e de seu ânimo. E uma vez que a formação do gosto apenas se dirigia ao que era exterior e escasso e, além do mais, tomava igualmente suas prescrições apenas de um círculo estreito de obras de arte e de uma formação estreita do entendimento e do ânimo, sua esfera era insuficiente e incapaz para capturar o que é interior e verdadeiro e para aguçá-lo e para aguçar o olhar na consideração das obras de arte (HEGEL, 2001, p. 40).

Nossos entendimentos artísticos devem estar equilibrados para não exercer as práticas que podem aflorar variadas formas de preconceito em relação a alguma obra literária. O olhar universal no que concerne a uma obra de arte deve ser compreensivo e não manipulador, pois

cada obra apresenta uma dimensão artística e isso deve ser respeitado. O gosto acaba sendo também o respeito pelo todo que a obra carrega consigo, suas significações construídas para o mundo, conectando fronteiras e pluriculturalizando sua estética atemporal. Isso significa afirmar que movimentos artísticos surgidos pela necessidade que o homem tem da arte como representação do real também serão uma forma de gosto educado pelo meio cultural em que vive, uma forma de entender que o contexto social, histórico, cultural, político e econômico é construtor do processo pelo qual é submetido e aperfeiçoado o gosto.

O homem aperfeiçoa seu gosto por meio da cultura na qual está inserido historicamente. Esse aperfeiçoamento foi permitido porque o incessante contato com a arte se estabeleceu; isto é, foi possível mediante sua experiência. Afirmar, por conseguinte, que um homem não tem bom gosto para a arte é inferir uma opinião particular como modelo para tal conclusão. Seguramente que é necessário que o indivíduo exercite sua prática com uma boa literatura, com escritores clássicos no requisito *condição humana*, porque assim aguça sua experiência literária e afirma seu gosto praticado, não pelo ideal, mas pelo universalizado, no que concerne à universalidade da obra literária naturalista.

Em outras palavras, poderíamos formular a questão assim: existe um padrão para o gosto? Hamilton Santos (2013), em sua dissertação de mestrado, esclarece que:

Hume diz que faz parte da natureza humana procurar um padrão de gosto, mas não garante que ele exista. Caso tal padrão possa mesmo ser encontrado, é certo que: (a) ele reconcilie os diferentes sentimentos humanos; (b) ele permite a avaliação de gostos diferentes, possibilitando uma qualificação, isto é, adquirindo o poder de dizer que um gosto é preferível a outro. Sem dúvida, não se trata de uma tese modesta, mas está longe de ser uma pretensão surpreendente - afinal, a filosofia moral de Hume nos autoriza afirmar que, para o filósofo, alguns homens são, sim, “melhores” do que outros. Se homens são, por que gostos não seriam? (SANTOS, p. 35).

Isso nos leva a crer que, no processo seletivo dos gostos, há homens que têm gostos mais apurados que outros devido ao seu contato com a arte, ou seja, o conhecimento empírico consolidado na arte é fundamental para uma elaboração qualitativa das percepções do indivíduo, dependendo do meio cultural em que ele está. Seu conhecimento cresce, se intensifica; contudo, o seu gosto pode não sofrer alteração. Edmund Burke (1993), no que tange ao gosto, diz:

Um homem pouco familiarizado com a escultura vê um manequim para peruca ou alguma peça comum de estatuária; fica imediatamente impressionado, porque está diante de algo semelhante a uma figura humana e, inteiramente atraído por essa semelhança, não percebe seus defeitos. Ninguém o faz, creio eu, quando vê pela primeira vez uma obra de imitação. Suponhamos que algum tempo depois esse noviço se depare com uma obra mais elaborada da mesma natureza; agora, ele começa a olhar com desprezo para aquela que anteriormente o maravilhara, não porque a tivesse

admirado mesmo então por sua dessemelhança com um homem, mas ao contrário, devido àquela analogia geral, embora inexata, que ela mantinha com a figura humana, aquilo que o impressionou nessas figuras tão diferentes em diversas ocasiões, é precisamente a mesma coisa, e, embora seu conhecimento tenha se aperfeiçoado, seu gosto não se alterou. Até então, seu engano deveu-se ao escasso conhecimento da arte, provindo de sua inexperiência (BURKE, 1993, p. 28).

Esse excerto de Burke esclarece que homens sem conhecimento prévio da arte terão conclusões precipitadas sobre o objeto identificado e, conseqüentemente, serão ludibriados pela falsa conclusão pronunciada no ato. Explicando melhor esse ponto, é pertinente afirmar que o gosto pode ser aguçado, estimulado, apresentado às grandes obras literárias, à arte em geral. Em essência, como afirma o autor, “vários exemplos provam que o gosto crítico não depende de um princípio superior existente nos homens, mas de um conhecimento maior” (BURKE, 1993, p. 28).

Por outro lado, há uma questão inexorável dentro desse campo da arte que caminha com o gosto: o Belo. Respeitante a isso, é muito verdadeiro afirmar que não temos nenhuma pretensão de definir esses dois conceitos acerca da estética, mas apenas a necessidade de tentar encontrar uma explicação para entendermos seu processo no interior da arte literária do artista, como perspectiva elucidativa do gosto para conceituar o belo.

Em bom rigor, o belo, no sentido mais agressivo do termo, pode ser um instrumento usado para admoestar corpos, mutilar sensações e opiniões coletivas. Ele pode ser uma heresia, quando confronta a universalização da opinião coletiva. O modismo provocado pelo belo não aceita compartilhar diversos juízos de valor. Sendo assim, cabe indagar: somos todos iguais? Por que tanta gente com gostos diferentes tem o mesmo pensamento no que diz respeito ao belo?

Isso representa, sem dúvida, uma teia perniciosa que comanda esses valores e que perpassa no campo do belo. Equacionando tal aspecto da questão, podemos dizer que quando alguém se enfurece porque muitos não concordam com sua ideia de beleza significa que ela já faz parte do engodo ideológico, pois atribui à universalização à sua opinião, particularizando o universal. Agudizando, se afirmamos que Adolfo Caminha é tão bom quanto Aluísio Azevedo, e isso não condiz com a opinião coletiva, seremos vítimas de um bombardeio ininterrupto porque estamos fora do padrão do belo engessado por muitos. Em suma, a literatura naturalista como “obra de arte deve cativar o público não através de uma identificação passiva, mas de um apelo à razão que obrigue à ação e à decisão” (FISCHER, 1963, p. 13).

Julgar o belo através de conceitos não é pertinente à conclusão. Porém, o leitor pode ser um provocador por intermédio da literatura naturalista, perceber o belo como elemento

reflexivo fundamental presente nessa escola literária. Para ser mais exato, apropriamo-nos desta instigante argumentação:

Belo, na natureza, é o que aparece como algo mais do que o que existe literalmente no seu lugar. Sem receptividade, não existiria uma tal expressão objetiva, mas ela não se reduz ao sujeito; o belo natural aponta para o primado do objeto na experiência artística subjetiva. Ele é percebido, ao mesmo tempo, como algo de compulsivamente obrigatório e como incompreensível, que espera interrogativamente a sua resolução. Poucas coisas se transferiram tão perfeitamente do belo natural para as obras de arte como este duplo caráter. Sob este aspecto, a arte é, em vez de imitação da natureza, uma imitação do belo natural. (ADORNO *apud* NASCIMENTO, 2015, p. 222).

Salientamos que neste fragmento há um aprendizado instigante, necessário ao crescimento cognitivo do indivíduo e suas potencialidades ao perceber o belo na obra do artista. E, nesse caso, a arte literária, alimento da reflexão, através do belo, cria mecanismo capaz de resgatar o homem e direcioná-lo à aurora da vida. Isso é possível na ciência estética do belo. As formas com as quais essa arte trabalha assume valores éticos e morais essenciais ao crescimento intelectual do sujeito. Portanto, as pulsações vitais incitadas pela literatura iluminam nosso mundo e exigem uma tomada de consciência.

1.3 NATURALISMO E TEORIA LITERÁRIA: O ARGUMENTO CIENTÍFICO

O romance naturalista se justifica no fim do século XIX porque não faz da realidade uma idealização como se justifica o Romantismo. Os romances românticos atendiam a um projeto da burguesia acerca da mulher, insuflando a emoção, a paixão e o sentimento, deixando de lado a razão. Os romances realistas e naturalistas, por sua vez, aproveitam a aceitação do gênero narrativo pelos leitores para a apresentação de um novo projeto de crítica ao fingimento romântico. Indo mais adiante, eles recorrem ao científico para agregar riqueza de conhecimento aos romances e apresentar uma nova crítica aos valores sociais vigente da época. Vale salientar que semelhantes características serviram de pano de fundo para uma nova criação literária refletida na exacerbação da realidade apoiada pelo cientificismo.

Ora, notemos que “as ciências possuem todas, se não um método próprio, pelo menos procedimentos especiais, e além disso, servem de instrumentos umas às outras” (BERNARD In ZOLA, 1982, p. 60). A partir desse pensamento, vamos abordar a relação da literatura com o pensamento científico e se o argumento científico, em literatura, é literatura, e bem assim como o romance naturalista se afirma como literatura.

Como bem nós vemos, são questões pertinentes que merecem um levantamento no campo da teoria literária e da teoria da complexidade em Edgar Morin (2008), pois assim a formação humana se constitui integralmente, estabelece uma conduta artística consciente, integrada à ética e à moral do homem na formação do indivíduo e na humanização da sociedade. Portanto, pensar a arte literária e a teoria da literatura vinculada à ciência fisiológica, tal como pensou Zola (1982), quando escreveu sobre a importância da mesma na construção do romance, é pensar no homem complexo, revelado na literatura no século XIX e início do século XX.

Enfim, iniciamos com esta máxima moriniana, de importância basilar:

[...] o romance (Balzac em França e Dickens na Inglaterra), mostra-nos seres singulares nos seus contextos e no seu tempo. Mostra que a vida mais quotidiana é, de facto, uma vida onde cada um representa vários papéis sociais, segundo o que é na sua casa, no seu trabalho, com amigos ou com desconhecidos. Vê-se que cada ser tem uma multiplicidade de identidades, uma multiplicidade de personalidades nele próprio, um mundo fantasmas e de sonhos que acompanham a sua vida (MORIN, 2008, p. 84).

Começamos a entender que a construção do pensamento está ligada às relações que cada indivíduo tem em sociedade e vice-versa. De modo algum isso pode ser fragmentado e servir como pensamento representativo de uma sociedade. É dessa forma que validamos, por meio de uma teoria, o verdadeiro significado da junção de diversas áreas do conhecimento. E sem titubear, será ainda melhor dizer que cada romance escrito a partir do reflexo do escritor e de seu contexto permite criar vários personagens que universalmente estão concatenados com o fluxo de consciências que o momento histórico e cultural lhes permite exhibir. Isso é possível porque “a relação antropológica é complexa, porque o todo está na parte, que está no todo. Desde a infância, a sociedade enquanto todo entra em nós através das primeiras interdições e das primeiras injunções familiares: de limpeza, de sujidade, de boas maneiras e depois as injunções da escola, da língua, da cultura” (MORIN, 2008, p. 110).

Na realidade, o romance, como gênero literário, teve vários períodos na história da literatura. Todos esses períodos ajudaram a formar, de uma certa forma, dentro da sua estética, valores concernentes à sua época, embora tenha também entrado em crise, como o romance no século XVIII, acusado de corromper o homem, envolvido demais com a leitura:

Durante o século XVIII aumentaram as objeções utilitaristas e mercantilistas à alfabetização das classes mais desfavorecidas. Com sua habitual franqueza Bernard Mandeville expressou a atitude usual em seu *Essay on charity and charity schools* [Ensaio sobre a caridade e as escolas de caridade] (1723): “Ler, escrever, contar são [...] muito perniciosos aos pobres [...] Homens que devem permanecer e terminar seus dias numa quadra da vida árdua, fatigante e dolorosa, quanto antes se instalarem nela, tanto mais pacientemente a suportarão.

Essa era a opinião de muitos, não só empregadores e economistas, como vários pobres, na cidade e no campo. Por exemplo, Stephen Duck, o poeta debulhador, foi tirado da escola aos catorze anos de idade pela mãe “a fim de que não se tornasse fino demais para a família que o concebeu”; e muitos outros filhos de camponeses pobres só iam à escola quando seu trabalho não fazia falta na terra (WATT, 2010, p. 41).

Particularmente, é interessante notar que esse contexto histórico do romance foi tão valioso para o crescimento humano, em vários sentidos, que a classe média da época criou uma linguagem alienante, convencendo a classe pobre de que a leitura era prejudicial à saúde, ao desenvolvimento da vida. Eis o motivo de Ian Watt (2010) esclarecer isso em seu livro *A ascensão do Romance*.

Não resta dúvida, pois, de que a classe burguesa inverteu o discurso, afirmando, sorrateiramente, que “a ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias)” (CHAUÍ, 2006, p. 85). Mesmo assim, com toda a difusão histórica que teve, o cenário mais abrangente de complexidade humana é o romance: “assim, o romance é o veículo literário lógico de uma cultura que, nos últimos séculos, conferiu um valor sem precedentes à originalidade, à novidade” (WATT, 2010, p. 13).

Nessa ótica, logo surge o romance moderno, o romance que “não quer ser simplesmente uma ‘história’, mas que aspira a ser ‘observação, confissão, ‘análise’, que se revela como ‘pretensão de pintar o homem ou uma época da história, de descobrir o mecanismo das sociedades, e finalmente de pôr os problemas dos fins últimos’” (SILVA, 1988, p. 677). Partindo desta afirmação do escritor Vitor Manuel (1988), percebemos que o romance naturalista exerce exatamente essa função e seu compromisso com o homem é encontrar as causas de sua patologia no cerne da sociedade do século XIX, bem como ajudar esse sujeito a se encontrar e a se perceber como pessoa.

De fato, foi dessa forma que Emile Zola (1982), no seu livro *O Romance Experimental e o Naturalismo no Teatro*, começou os seus estudos para provar que a ciência pode andar lado a lado com a literatura e defini-la como uma ciência literária que revela os valores humanos imensuravelmente. Até porque o papel do escritor naturalista, segundo Zola (1982), após ter estudado com afinco no século XIX *O Método Experimental*, do médico, fisiologista e historiador da ciência francesa Claude Bernard, é primeiramente observar e depois experimentar, ou seja, “basta trocar as palavras ‘médico experimentador’ por ‘romancista experimentador’” (ZOLA, 1982, p. 51). Indubitavelmente que isso requer uma base teórica para sustentar e validar a ideia, apontando que o argumento científico, em literatura, é literatura, que

o naturalismo é a medicina artística que constata, no homem, os males apreendidos na sociedade.

Vejamos, nesta citação teórica mencionada por Zola, onde podemos identificar a teoria da complexidade de Edgar Morin (2008):

As ciências possuem todas, se não um método próprio, pelo menos procedimentos especiais, e além disso, servem de instrumentos umas às outras. A matemática serve de instrumento à Física, à Química, à Biologia, em proporções diversas; a Física e a Química servem de instrumento possantes à Fisiologia e à Medicina. Neste socorro mútuo que as ciências se prestam, convém distinguir o cientista que faz avançar cada ciência, daquele que se serve dela (BERNARD apud ZOLA, 1982, p. 60).

Consideramos oportuno notar que, no século XIX, essa transdisciplinaridade já era mencionada no método experimental de Claude Bernard (1982), no qual Emile Zola se apoiou com afincos para provar sua teoria do romance experimental. Morin, com seu método expressivo, sua teoria da complexidade, ajuda-nos a esclarecer, com minúcia, esse tecido junto que contribui na formação de um sujeito planetário mais consciente.

Podemos certamente dizer que fazemos parte dessa tessitura social que envolve sentimentos, sensações, paixões, angústias e medo, assim como afirmar que a Fisiologia, tema principal dos argumentos de Zola, é a coluna cervical que sustenta essa teoria prática para o estudo e crescimento do homem. E não resta dúvida de que a teoria literária, refletindo o naturalismo, sem julgamento de valor, estrutura e tece uma reflexão pertinente às funções da obra literária. Corroboramos nossas palavras com Compagnon: “Trata-se de arrombar essas falsas janelas, essas contradições traiçoeiras, esses paradoxos fatais que dilaceram o estudo literário; trata-se de resistir à alternativa autoritária entre a teoria e o senso comum, entre tudo ou nada, porque a verdade está sempre no entrelugar” (COMPAGNON, 2014, p. 27).

Nesse apontamento transgressor, chegamos a perceber que pensar a linguagem científica na construção do romance naturalista é sair das verdades absolutas e entrar no ambiente das operações epistêmicas. É afirmar a teoria da complexidade, é fixar a transdisciplinaridade, é concluir que o argumento científico, em literatura, é literatura. Antes de tudo, devemos notar que é assim que o romance naturalista se constitui como literatura quando entendemos, por meio da teoria literária, que é preciso transpor o dado e estabelecer novos parâmetros para a formação do sujeito. Pois, caso contrário, exara Antonio Candido (2011, p. 103), “tornar os homens conscientes de valores frágeis e desfeitos é semear o desnorteio e precipitar a convulsão”. Em conclusão a esse ponto, para sermos ainda mais elucidativos, afirmamos, com Bezerra, que:

A fórmula ciência+literatura parece ter de alguma maneira conformado a escrita ficcional, sobretudo quando os escritores naturalistas procuravam segui-la à risca. A crença na verdade se apresentou pela representação minuciosa dos fatos. Dizer tudo, mostrar tudo, até mesmo o mais escondido e o proibido foi a ética do naturalismo (BEZERRA, 2009, p. 120).

Nessa concepção, a teoria literária é importante porque fundamenta e esclarece, desvenda e inova um esclarecimento incomensurável no interior da obra literária. “Tal fato não deveria provocar surpresa, pois qualquer teoria relacionada com a significação, valor, linguagem, sentimento e experiência humanos, inevitavelmente envolverá crenças mais amplas e profundas sobre a natureza do ser e da sociedade humanos” (EAGLETON, 2006, p. 294). Obviamente que o romance experimental que Zola defendeu com tanta paixão, os argumentos discorridos nele compactuam com a ramagem das ideias discursivas de Terry Eagleton. Eis mais um alicerce da consolidação do argumento científico no naturalismo como literatura:

A ciência tem justamente o privilégio de nos ensinar aquilo que ignoramos, substituindo o sentimento pela razão e pela experiência, e mostrando-nos claramente o limite de nosso conhecimento atual. Mas, graças a uma maravilhosa compensação, na medida em que rebaixa assim nosso orgulho, a ciência aumenta nosso poder (BERNARD *apud* Zola, 1982, p. 45)

Se o processo de fabulação torna nossa faculdade mais criativa e ilimitada cognitivamente, podemos certamente concluir que o pensamento científico nos ajuda a entender o homem e o meio, sua história e seu tempo. Resultado esse que pode transformar esse meio num meio de profusas transformações políticas, históricas, econômicas e culturais.

Para ratificar ainda mais o pensamento acerca do que foi dito sobre a relação do naturalismo e a linguagem científica, a formação do romance naturalista junto à ciência, Ezra Pound (2013), no seu livro *Abc da literatura*, esclarece que:

As qualidades literárias de Homero são de tal ordem que um médico já escreveu um livro para provar que Homero devia ser um clínico do exército. (Quando ele descreve certos golpes e seu efeito, a descrição dos ferimentos é feita com tanta precisão que parecem próprias para o relatório de um médico legista) (POUND, 2013, p. 49).

Ora, se essa afirmação se faz precisa em seu livro, isso significa que — mais uma vez — o romance naturalista e sua intimidade com a ciência constroem pontes importantes que ajudam o sujeito a se integrar, não só politicamente, mas também socialmente. Em vista disso, admitimos, expressamente, que saber mesclar ciência com literatura é permitir a integração total das habilidades que fomentam as informações em cada indivíduo à sua formação intelectual.

No próximo capítulo, intitulado “O século XIX: a mulher submissa na Literatura”, vamos analisar a condição da mulher no contexto histórico e cultural, sua ascensão como leitora de

romance, como escritora, sua emancipação na sociedade, como isso se desenvolve e também como tal mentalidade acerca dela chegou à sociedade cearense do século XIX, de forma resignada. Vale dizer que o exercício do patriarcalismo concebeu à sua identidade condições inferiores que definiram uma vida servil e cega.

Com base nesse raciocínio, formularemos a seguinte questão: como uma sociedade se constitui de forma agressiva na mentalidade de um povo? Expresso por meio de outras palavras, o domínio masculino e os poderes exercidos carregam uma carga semântica muito representativa que explica, por meio do resíduo patriarcal, o porquê de essa mentalidade continuar assumindo um papel brutal no definir da identidade feminina. Com efeito, é por isso que, no romance aqui analisado, os personagens concomitantemente falam o mesmo discurso, pensam e reproduzem a violência contra as mulheres. Motivo muito pertinente que ajuda a analisar este estudo e pensá-lo, tornando possível no que faz relação com a mentalidade coletiva adquirida pela história.

CAPÍTULO 2 – O SÉCULO XIX: A MULHER SUBMISSA NA LITERATURA

Para o estudo aqui proposto, trataremos sobre a condição da mulher no século XIX, passando, em seguida, para a análise das personagens femininas de nossa delimitação.

O primeiro ponto a considerar é que, como todo processo histórico, o século XIX foi um intenso cenário ambientado por revoluções. As feministas, por seu turno, tiveram uma participação importante nesse contexto, mudanças em relação à mulher na sociedade, seu papel político, social e cultural. Assim, diante dessas considerações, pensar que foi somente um século de muita violência contra a mulher é apagar uma memória importantíssima para a humanidade.

No âmbito histórico, cultural, social, econômico e político, traços pertinentes do século XIX ajudam a mulher nesse processo evolutivo. Para tanto, a voz, que há tempo foi silenciada, ganha espaço para inserir-se socialmente. É um discurso que traz muitas vozes outrora apagadas, mas que, nesse momento, começa a fluir acerca da vida e do espaço que elas vão ganhando no âmbito social. Isso significa que a literatura exerce um papel fundamental nessa jornada intrigante e decisiva na vida de muitas mulheres. Com efeito, elas se inserem no processo histórico e político, dão início a um novo modo de refletir a vida, a cultura e o cenário político nas instituições. Como mostra Perrot, elas têm uma tomada extensiva social e cultural a partir do contato com os livros:

São cada vez mais numerosas aquelas que tentam ganhar a vida pela pena. Escrevem nos jornais, nas revistas femininas. Publicam obras de educação, tratados de boas maneiras, biografias de “mulheres ilustres”, gênero histórico muito em voga, e romances. É através do romance que as mulheres ingressam na literatura (PERROT, 2016, p. 97).

O espaço doméstico é preenchido pela irreverência e muitas mulheres começam a se reconhecer como gente, saindo da sua condição subalterna e adquirindo uma ascensão social e política como escritora ou periodista:

No último quartel do século XIX, as mulheres que escreviam folhetins eram relativamente numerosas (da ordem de 20% na Inglaterra, mas apenas um pouco mais de 10% na França), graças principalmente aos periódicos femininos (como *La Veillée des chaumières*). Elas ganham a vida com seu trabalho e não pretendem ter o título de “escritoras”: fronteira de prestígio difícil de ultrapassar, por causa da resistência em aceitá-las como tais (PERROT, 2016, p. 97-98).

Dessa maneira, um outro contexto social, histórico, político e cultural tomava corpo frente às novas batalhas que milhares de mulheres travavam contra o patriarcado estabelecido. Suas posições políticas como escritoras fizeram do cenário misógino um verdadeiro oceano de mudanças que ajudou a conscientizar muitas mulheres. Semelhantemente:

Nos séculos XIX e XX elas conquistaram a literatura, o romance, em particular, que se tornou o território das grandes romancistas inglesas (Jane Austen, as irmãs Brontë, George Eliot, Virginia Woolf e as demais) e francesas (Colette, Marguerite Yourcenar, Nathalie Sarraute, Marguerite Duras, Françoise Sagan etc) (PERROT, 2016, p. 99).

Como bem vemos, tais conquistas foram extremamente importantes nessa formação que conduziu as mulheres à uma nova vida, à uma nova cena pública, quebrando padrões familiares que as mantinham em cárcere privado. Em vários países como França, Alemanha, Inglaterra, Suíça, Rússia, Itália e Holanda, essa conscientização unissonante aliou-se à ruptura das tradições escravistas acerca da mulher. Corretamente interpretada, a luta estava lançada. O embrião do progresso e o início de novas conquistas começavam e as mulheres conquistavam o espaço público.

Outro aspecto distinto é que a mulher começa a participar das atividades trabalhistas, a manifestar-se intelectualmente, bem como a ter as suas ações reconhecidas. Sua conduta de dona de casa toma outro rumo e tudo isso é provocado pelo feminismo – que insere a mulher numa vida mais justa, na prática do exercício da cidadania, procurando subverter o patriarcalismo. Direitos iguais aos homens são exigidos. Elas se torna protagonista de sua própria cena política. De fato e de direito, “a revolução deu às mulheres a ideia de que não eram

crianças. Reconheceu-lhes uma personalidade civil que o Antigo Regime lhes negava, e elas tornaram-se seres humanos completos, capazes de fruírem e de exercerem os seus direitos. Como? Tornando-se indivíduos” (SLEDZIEWSKI, 1991, p. 44).

Entrementes, como a história é um processo mutável, jorros de resignação continuam na vida das mulheres. A sociedade continua a criar formas de manipular a mulher, inferiorizando-a em excesso, castrando sua dignidade e dando-lhes um servilismo autômato. Insiste-se neste argumento perturbador:

Ela possui apenas a universalidade da sua situação familiar (esposa, mãe), sem possuir a singularidade do seu desejo. Por fim, na dialética entre a família e a cidade, esta última, sob o nome de comunidade, funda-se numa repressão positiva da feminilidade que não poderia no entanto desaparecer; a feminilidade torna-se ‘a eterna ironia da comunidade’ (FRAISSE, 1991, p. 63).

A ironia presente nas entrelinhas, aqui marcadas, permanece viva. O motor da estrutura patrilínea que adormece a moral feminina insiste docilmente e segue aplicando um modelo de vida medíocre às mulheres. Mesmo diante de todo esse contexto efervescente de revoluções, essas desigualdades ocorridas no século XIX, ramificações ideológicas foram sendo construídas para continuar manipulando as mulheres. Claro, muitas teorias se debruçaram para explicar esse domínio universal, pois a demonização acerca da mulher permanece fixa nas mentalidades das culturas do Ocidente. Isso significa, segundo o pensamento de autores como Le Goff, que:

O discurso dos homens, em qualquer tom em que tenha disso pronunciado – o da convicção, o da emoção, o da ênfase – é frequentemente apenas um amontoado de ideias feitas, de lugares – comuns, de velharias intelectuais, o exutório heteróclito de restos de culturas e de mentalidades de diversas origens e de várias épocas (LE GOFF, 1995, p.72).

Porquanto, o modo de pensar exercido na sociedade, onde pessoas estão amontoadas e destinadas a pensar por uma corrente psíquica, tem uma fundamentação lógica que organiza sistematicamente a maneira do homem se constituir mentalmente onde vive. Ele é uma multidão de mentes que nele habitam, porque ele é o resultado da cultura onde vive, que pensa pelo coletivo. “Assim o que parece desprovido de raízes, nascido da improvisação e do reflexo, gestos maquinais, palavras irrefletidas, vem de longe e testemunha em favor da extensa repercussão dos sistemas de pensamento” (LE GOFF, 1995, p. 72).

Diacronicamente nasce em várias culturas do ocidente. Isso nos faz entender que cada época tem seu mecanismo mental e corrobora o modo pelo qual cada indivíduo está submerso, criando, assim, a mentalidade coletiva formada por cada indivíduo. É devido a isso que

chegamos a pensar que muitos indivíduos parecem pensar iguais, mas a explicação é que eles fazem parte da mesma mentalidade cultural. Isso faz parte dele, é movido por ele. Analisemos:

A mentalidade tem a ver não só com aquilo que a pessoa de um determinado momento pensa. Mas um indivíduo e mais outro indivíduo e mais outro indivíduo, a soma de várias individualidades, redonda numa mentalidade coletiva. E essa mentalidade coletiva é transmitida através da História. Por meio da mentalidade dos indivíduos, a mentalidade coletiva se constrói. E esta última é transmitida desde épocas remotas, e mesmo remotíssimas, a épocas recentes (PONTES, 2006a, p. 5).

Por fim, retomamos o que foi afirmado anteriormente com referência às imposições patriarcais sobre a coisificação da mulher, que paulatinamente se estrutura no imaginário coletivo e se eterniza nas comunidades, nos meios familiares, nas instituições educativas, religiosas e, sobretudo, na existência humana, dando origem à eterna sujeição feminina.

A Igreja Católica também, decerto, contribuiu para essa disseminação virulenta e desumana: “A todo-poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina. O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e portanto cabia a ele exercer a autoridade” (ARAÚJO, 2015, p. 45-46). Muitas mulheres continuaram sendo chamadas de bruxa, demônio, o berço de todo o mal. Com a ideia de que Eva foi a verdadeira culpada pela decadência humana, fazendo o homem atormentar-se em consequência da atitude de sua companheira, ajudou a propalar ininterruptamente pensamentos que até hoje persistem, marginalizando a mulher. De qualquer forma, essa misoginia jurídica da igreja segue plantando as sementes falocêntricas do abuso masculino desse período.

Geneviève Fraisse (1991) comenta, a partir de suas observações acerca da história das leis da evolução – o evolucionismo -, que “a mulher, como qualquer fêmea, está ocupada com seu papel na espécie; ela não desenvolverá nem o seu eu nem o seu cérebro. Devotada ao trabalho da espécie, pode, no entanto, aperfeiçoar-se: a educação permitir-lhe-á obter, um dia, o direito de sufrágio” (FRAISSE, 1991, p. 87). Aqui há duas ideias. A primeira, violenta, afirma que a mulher é excessivamente fraca, pois a natureza não lhe permitiu progresso mental nem liberdade política. A segunda, ela pode, sim, por meio de suas habilidades cognitivas, ultrapassar o dado alienante e emancipar-se socialmente.

Essas observações, entretanto, não são exatamente afirmações de um fato imutável, mas esclarece o que ocorreu na história a respeito das mulheres. Consequentemente, no universo da literatura, essas ramificações mentais afirmadas aqui se desenvolvem de forma articulada e o romancista registra isso minuciosamente, retrata as questões humanas mais complexas e universais e denuncia comportamentos que reproduzem a violência. Seu ofício é denunciar

esses comportamentos por meio da arte literária, romper com a violência organizada, humanizar o desumanizado. Assim, ratificando, a mulher, quando não usa seus artifícios para enganar o homem, encontra-se numa posição subordinada, aludindo a um perfil de uma geração calada. É a partir desse hostil pensamento masculino, no que se refere à mulher, que o romancista denuncia e elabora seu tratado cultural sobre as relações homem-mulher, assim como é partindo dos estudos sociais, geográficos, econômicos, sociológicos e culturais que vamos entender que a mulher segue inferiorizada e reprimida.

As mulheres de classe mais privilegiada eram enclausuradas e isso lhes proporcionava um envelhecimento precoce, assim como o sepultamento dos seus sonhos. Elas se tornavam, aos olhos dos homens, um objeto asqueroso. Ficavam trancadas em suas casas, definhando moralmente à sombra do marido: “Muitas mulheres de 30 anos, presas no ambiente doméstico, sem mais poderem passear – porque ‘lugar de mulher honesta é no lar’ –, perderam rapidamente os traços de beleza e deixaram-se ficar obesas e descuidadas, como vários viajantes assinalaram” (FALCI, 2015, p. 269). Mesmo com atuação do feminismo, políticas de igualdade e libertação dos sexos, práticas como essas ainda eram possíveis de se ver. A falta de esclarecimento intelectual lhe deixava como herança uma consciência falecida. Segue neste trecho:

No início do século XIX, em geral, as brasileiras de classe alta eram muito menos cultas, ou mesmo letradas, que suas contemporâneas europeias ou norte-americanas. Muitas sequer sabiam ler ou escrever o próprio nome. Com isso, não mantinham diários e não eram muitas as que cultivavam o hábito de se corresponder por carta, o que limita nossa visão sobre o mundo feminino, suas atividades cotidianas, seus sentimentos, e nos torna tão dependentes dos relatos de viajantes estrangeiros que sobreviveram a nossos dias (HAHNER, 2012, p. 44).

Enfim, isso denota que não importava a classe: a mulher em si mesma fora marginalizada e o exercício do patriarcado era conservado nos ambientes familiares para manter a ordem e garantir a instauração da figura feminina destinada à casa, ao lar, à família, aos filhos e aos caprichos do homem. Vale salientar que nossa observação acerca da mulher da classe alta é para esclarecer, junto às senhoras, escravas e criadas que também, mesmo numa posição social mais elevada, seus direitos propriamente humanos eram confiscados. Claro, não restava dúvida de que as mulheres de classe baixa eram humilhadas, exploradas, condenadas a horas de trabalho braçal. Os serviços eram pesados, duros e consumiam totalmente seu tempo. A instrução, para muitas, continuava a ser apenas uma quimera ofuscada pelas mãos do autoritarismo.

2.1 A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

A idade média restringiu as mulheres de uma tal forma que as condicionava e as mantinha encarceradas dentro de sua própria condição feminina, como se isso fosse um erro na natureza, pois o que emanava de suas práticas era definido como bruxaria, incorporação de satã, a perturbação infinita do homem, principalmente quando se tratava do sexo: “Toda bruxaria tem origem na cobiça carnal, insaciável nas mulheres” (ARAÚJO, 2015, p. 47). Tal argumentação também compõe o cenário bíblico, como expressa Araújo, quando:

São Paulo, na Epístola aos Efésios, não deixa dúvidas quanto a isso: “As mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor, porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja...Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos seus maridos” (ARAÚJO, 2015, p. 46).

Desse modo, podemos nos questionar assim: retornamos ao mito do Éden, onde, mais uma vez, de forma indireta, a ideia a respeito de Eva “colaborou” para que a mulher fosse biblicamente condenada pelo machismo e pelo autoritarismo do homem? Irrefutavelmente que sim. De acordo com o sistema ideológico da própria Igreja, isso era necessário para manter a ordem e para designar à mulher apenas um papel na sociedade: servir eternamente e procriar. A própria Madalena foi vítima disso:

Nem virgem, nem esposa, nem viúva, Madalena permanecia a própria marginalidade, e a mais inquietante, por todos os pecados que seu ser se deixou cativar durante muito tempo [...] Aqui malcasada é Madalena, e seus maridos são os demônios dos sete pecados capitais que sucessivamente a possuíram, cada um pior que o anterior. O último, obviamente, é o da luxúria, e a mulher que ele maneja, que ele explora, uma prostituta. Sedutora. Enfeitada para seduzir (DUBY, 2013, p. 49).

O massacre continuou e as mulheres, no século XII, de acordo com Georges Duby, já pagavam por isso. Muitas lágrimas determinaram a finalização atroz do homem dominante e malfeitor desse momento de trevas patriarcais. Além do mais, outro pensamento que colaborou para esta carnificina foi o livro *O Martelo das Feiticeiras*. Observemos:

Foi pela sexualidade que o primeiro homem pecou e, portanto, a sexualidade é o ponto mais vulnerável de todos os homens. E como as mulheres estão essencialmente ligadas à sexualidade, elas se tornam as agentes por excelência do demônio (as feiticeiras). E as mulheres têm mais convivência com o demônio ‘porque Eva nasceu de uma costela de Adão, portanto nenhuma mulher pode ser reta’ (MURARO, 2009, p. 2015).

Finalmente, ratificamos nossas observações a respeito desse extermínio que salienta essas expressões de forma cautelosa e estrutural, domínio que subverteu muitas épocas e se renovou

na sociedade do século XIX. Como assim se renovou? Como isso pôde chegar até o século XIX sem perder sua essência opressora? Ora, pela abordagem da Teoria da Residualidade podemos entender:

que nada é novo na literatura nem na cultura, pois tudo remanesce de outros tempos e/ ou espaços. Assim, os *resíduos* de outras épocas e culturas são o objeto de estudo do Grupo, perceptíveis que são através do modo de sentir, pensar e viver o mundo pelas culturas de qualquer espaço/tempo em diálogo no texto literário (PONTES, 2015, p. 11).

Portanto, a partir dessa mentalidade da qual fala a teoria da Residualidade é que podemos entender que esse processo se refaz, se mantém vivo, se recicla sem perder sua essência dominadora para manter alienável o sexo feminino. Obviamente que isso foi definitivo para continuar o exercício do domínio, do absurdo, do execrável que o homem construiu para controlar a mulher e mantê-la sob suas ordens.

Para Hanna Arendt, “a luz do público obscurece tudo” (ARENDT, 2008, p. 9). Essa afirmação nos remete ao sarcasmo e à perversidade de tempos sombrios, à sociedade ocidental do século XIX. É preciso destacar que, no Brasil, não foi diferente, principalmente no que diz respeito às mulheres. Assim, como não havia opção, elas viviam o terror, pois quanto mais humilhante os preconceitos, mais bem sucedida é a indução. Isso foi definitivo para guilhotinar, amordaçar e definir o lugar silencioso da mulher. Esse era o lema que enquadrava a mulher na passividade. O tal *sexo frágil* era constituído por uma realidade dominante que definia a sua conduta: “havia a preocupação de que adquirissem um comportamento ‘próprio para mulheres’, marcado pela presença das características já nomeadas de recato, passividade, delicadeza etc” (SOIHET, 2015, p. 366). Convenciam-lhes de que sua função estava ligada literalmente aos afazeres da casa, disciplinadas no espaço e no tempo do trabalho. Esse comportamento é fruto de anos repressivos, determinantes para enclausurar sentimentos e vilipendiar a dignidade feminina. Esse será o ponto de partida para nossa reflexão a respeito desse momento histórico que abarcou literalmente a mulher no século XIX.

O ponto importantíssimo para o entendimento desse momento sombrio é a questão da proliferação das classes populares, quando o processo de urbanização começa a crescer e a ordem da classe burguesa se instaura sobre as mesmas. Irão fazer da pobreza uma única vida e defini-la como esperança. Não que esse meio determinante, sob muitos aspectos, ordene uma vida definitiva, mas, de uma certa forma, muitos pensavam e viviam assim. Muitas mulheres, estando nesse meio, vão presenciar suas identidades subtraídas pela ordem social burguesa, com o propósito de manipulá-las para não ascenderem ao homem intelectualmente.

Podemos afirmar que foi necessário, sob o olhar dos detratores, mantê-la sob uma mentalidade autoritária e machista, ideia assombrosa que desfavorecia as mulheres em todos os sentidos. Sua escravidão era notória ao ponto mesmo de ser reconhecida como o único trabalho a não ser remunerado, isto é, seus aferes domésticos, ligados às mulheres demasiadamente. A ideologia patriarcal dominava o pensamento sobre as mulheres ao ponto de afirmar que elementos presentes na mente humana e na ordem social eram propícios:

A medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade sem freios. As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra. Estavam impedidas do exercício da sexualidade antes de se casarem e, depois, deviam restringi-la ao âmbito desse casamento (SOIHET, 2015, p. 363).

Evidentemente que a massificação ideológica presente aqui restringe as habilidades intelectuais das mulheres, uma vez que elas eram destinadas ao lar e subestimadas pela medicina da época. Esse exercício da sexualidade que era coibido à mulher, mencionado pela pesquisadora e escritora Soihet (2015), fosse ele praticado, sua figura ia a público com palavras que ojerizavam sua reputação, seu nome, sua identidade. Caso a mulher não cumprisse com a lei constitucional em vigor na época, cujo comportamento passivo era o esperado, não praticado, sua vida seria castrada no emblemático poder masculino:

Cesare Lombroso, médico italiano e nome conceituado da criminologia do final do século XIX, com base nesses pressupostos, argumentava que as leis contra o adultério só deveriam atingir a mulher não predisposta pela natureza para esse tipo de comportamento. Aquelas dotadas de erotismo intenso e forte inteligência seriam despidas do sentimento de maternidade, característica inata da mulher normal, e consideradas extremamente perigosas. Constituíam-se criminosas natas, nas prostitutas e nas loucas que deveriam ser afastadas do convívio social (SOIHET, 2015, p. 363).

Parece-nos oportuno declarar que tudo isso destruiu e ainda destrói nossa sociedade, que continua vivendo como modelo dessa repressão que tanto preserva o patriarcalismo. Essas mulheres estiveram sob um domínio masculino atroz. Elas eram consideradas propriedade privada e seus corpos, fonte de prazer. Mais assustador é que tudo isso foi institucionalizado, criaram leis que beneficiassem as atrocidades que o homem praticava às mulheres, como, por exemplo, a mulher que o traísse seria punida com a morte, o que eles justificavam com a frase “em defesa da honra”. Nessa ideologia era necessária uma educação autoritária psiquicamente abusiva. Esses abusos marcaram tempos sombrios que pluralizaram a falta de respeito e a ditadura dos corpos no âmbito familiar e social:

O código Felipino – legislação do período colonial que permaneceu vigente no Brasil até o século XIX – permitia que o marido assassinasse a esposa adúltera. Também era facultado aos homens o enclausuramento forçado da esposa e filhas. Os recolhimentos, instituições criadas para abrigar mulheres com vocação para a vida religiosa sem que fossem obrigadas a fazer votos solenes como as freiras, tornaram-se por conta disto verdadeiras prisões femininas (LAGE; NADER, 2012, p. 287).

É notória a permanência de anos de violência contra a mulher, assim como de homens que assumiam seus crimes e usavam a frase que atravessou eras e vitimou muitas mulheres no decorrer do tempo: “Matei em defesa de minha honra”.

A mulher inteligente, muito bem esclarecida, que não casasse, que saísse sozinha e que mantivesse relação sexual antes do casamento estaria fora dos padrões ordenados pelas leis do patriarcalismo. Noutras palavras, ela era considerada prostituta, imprestável e, dado isso, o homem (que poderia ser o marido) tinha todo o direito de matá-la. Eis aí a origem da frase que tanto foi citada por machistas que achavam normal seus comportamentos.

Essa maneira de justificar tal barbárie exemplificava uma sociedade tolerante, capaz de achar esse cenário sanguinário natural. Em síntese, tornar o mal um bem necessário como forma de arapuca para a convivência social foi o mote essencial em todas as esferas públicas e privadas que a ordem masculina conseguiu criar para manter o controle das mulheres. Em vista disso, Hanna Arendt (2008), com o seu pensamento elucubrativo, no que diz respeito às banalidades do mal, convida-nos a pensar que, aceitando a brutalidade como normalidade, incluindo nossas relações humanas nesse ninho aparentemente dócil, seremos levados à resignação e à amputação da nossa individualidade. É preciso, pois, estar atento porque a violência está no cio e a maternidade que recebe essa futura prole malfeitora são as mulheres.

Ao fim e ao cabo, a distorção da realidade por meio da linguagem ideológica, a ponto de se aceitar a normalização do mal, leva-nos a reconhecer, como mostram as palavras de Arendt (embora ela contextualize o século XX), a permanência dessa mentalidade do século XIX:

No momento mesmo em que a catástrofe surpreendeu a tudo e a todos, foi recoberta, não por realidades, mas pela fala e pela algaravia de duplo sentido, muitíssimo eficiente, de praticamente todos os representantes oficiais que, sem interrupção e em muitas variantes engenhosas, explicavam os fatos desagradáveis e justificavam as preocupações (ARENDR, 2008, p. 8).

A violência é, pois, institucionalizada, pensada, estruturada e legitimada. Nunca é às escuras: surge às claras, sutilmente, pois assim é mais fácil ser aceita e aplicada. Eis aí a implantação do poder sendo praticado no corpo. Outro corpo surge, características lhe são dadas, novas vestimentas são visíveis, mas o cérebro é o mesmo e suas intenções deslizam sorrateiramente em busca de uma conclusão mais assombrosa. Isso acontece quando temos o

terror como forma de governo que nos ensina a entender que estamos bem administrados, bem representados, que não devemos ter medo do estranho. Acabamos nos aceitando nos braços do terror, invalidados, invadidos pela sutileza da violência que se introduz em nossa alma. Olhos ofuscados pelo terror reproduzem o medo que, conseqüentemente, desabilita nossa força. Vida amordaçada emite horror disfarçado de felicidade. Esse é o medo patológico que nos impossibilita de agir e nos bloqueia avidamente.

Destarte, dentro do processo histórico no qual a mulher foi relegada por discursos atrativos para disfarçar o medo, formado para mantê-la longe dos acontecimentos públicos, foi decisivo convencê-la de que sua função é apenas dar rebento e ser dona do lar.

Essa ideia traz embutido um aspecto muito interessante na sociedade brasileira do século XIX: a justificativa da brutalidade exercida pelo homem quando se aproximava do padrão masculino implantado na cultura. Homem honrado, que cumpre com seu papel, não merecia ser traído, dizia o discurso da época: “Tanto nos códigos de 1830 e 1890, quanto na Consolidação das Leis Penais, de 1932, a mulher casada que cometesse adultério seria punida com pena de um a três anos de prisão” (LAGE; NADER, 2012, p. 288). Eles eram apoiados pelo discurso legislativo, o qual condenava as mulheres ao espaço reduzido da casa. Uma coisa era clara: as classes dominantes tinham como instrumento pedagógico métodos coercitivos que limitavam as mulheres. O espaço público era ambiente das prostitutas, das mulheres fáceis, diziam os homens. Eles estavam seguros de que eram amparados pela lei:

O código Penal, o complexo judiciário e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares. Nesse sentido, tal ação procurava se fazer sentir na moderação da linguagem dessas mulheres, estimulando seus “hábitos sadios e as boas maneiras”, reprimindo seus excessos verbais (SOIHET, 2015, p. 363).

Mais que tudo, pensamos que esse respaldo dado a toda essa violência se deu porque, grosso modo, vitupérios enaltecidos por uma suposta ideia de que o mundo foi feito para os homens doutrinou gerações de mulheres, durante anos, controlando o imaginário coletivo em várias culturas. Devemos ter aqui em consideração que exatamente esse convencimento da servidão, de certa maneira, podemos ainda presenciar contra as mulheres no século XXI. Essa luta em combate à repressão feminina não deve estagnar e é preciso continuar dando voz a todas as mulheres.

2.2 A MULHER DOS ROMANCES ROMÂNTICOS AOS ROMANCES NATURALISTAS

O romance romântico, na definição da mulher, no perfil dado a ela, na estrutura imaginária de vida perfeita e farta de felicidade destinada à mulher, constitui drasticamente um terreno de lágrimas que, mascarado socialmente, convence e envolve a moça completamente, definindo a fragilidade feminina pronta para o casamento. A meiguice, a sutil capacidade de estar dócil, angelical e inocentemente comprometida com a vida que lhe foi destinada socialmente, sem perceber, naufraga na felicidade fingida que sua educação familiar lhe ofereceu. Afinal de contas, fora instruída para casar, para manter a virgindade, para doar-se, no momento certo, de corpo e alma ao seu marido, e ela lhe será eternamente grata por tê-la salvado desse mundo medíocre. Ela, não resta dúvida, afirma: o amor salva, liberta e por ele é preciso lutar, morrer, sacrificar tudo pelo homem amado. Ele, sabendo disso, sorri, exala domínio, assim como a mantém fisgada no que ela acredita incomensuravelmente em relação à vida feliz, presa a essa verdade absoluta que atua como transporte “seguro” e único na vida. Notemos que Afrânio Coutinho evoca muito oportunamente essa questão, ao afirmar que:

O romântico é exaltado, entusiasta, colorido, emocional e apaixonado. Ao contrário do clássico, que é absolutista o romântico é relativista, buscando satisfação na natureza, no regional, pitoresco, selvagem, e procurando, pela imaginação, escapar do mundo real para um passado remoto ou para lugares distantes ou fantasiosos. Seu impulso básico é a fé, sua norma a liberdade, suas fontes de inspiração a alma, o inconsciente, a emoção, a paixão. O romântico é temperamental, exaltado, melancólico. Procura idealizar a realidade, e não reproduzi-la (COUTINHO, 2001, p. 143).

Temos, então, uma espécie de mandamento que prescreveu métodos e influenciou uma nova conduta como regra imutável no romance romântico do século XIX. Já que a emoção substituiu a razão, já que é melhor idealizar uma realidade do que enfrentá-la, o sentimentalismo disfarçado de violência elevada toma conta da vida da mulher e a convence de que a felicidade plena é servir ao marido, a solução é o casamento, jamais traí-lo, ter filhos, cuidar da casa e ser eternamente grata a ele por fazê-la feliz.

Pelos motivos acima exposto, não seria inútil assinalar que as características do amor romântico foram tomando vida, tomando corpo, como uma forma de estratégia para controlar muitas meninas-mulher. A fragilidade, sua identidade real que a conduz existencialmente, faz malabarismo com seus sentimentos. Motivo trágico da mulher que paga com a própria vida quando não se submete a aceitar a servidão imposta a ela. Bem entendido, foi o que ocorreu em *Lucíola*, de José de Alencar:

Saí de casa. O único ente que me sorriu e me abraçou por despedida foi o anjinho que Deus me dera por irmã e conforto. Sentei-me na calçada. Era bastante tarde já, quando uma mulher que se recolhia me perguntou o que fazia ali àquelas horas. “Perdi meu

pai e minha mãe, respondi, não tenho onde viver”. Jesuína... Era ela... levou-me consigo. Não me esqueci dos meus. À força de rogos e instâncias Jesuína mandava constantemente à casa saber notícias e levar os socorros necessários: nada faltou, nem médico, nem enfermeiros. A paz voltou enfim; e eu tive o supremo alívio de comprar com a minha desgraça a vida de meus pais e de minha irmã. Jesuína, o senhor adivinha o que foi ela, tinha posto um preço aos seus serviços; não sei se a primeira humilhação custou mais do que a segunda; mas o sacrifício devia se consumir, porque não tive mão que me amparasse. A minha felicidade estava destruída; cuidei que não havia maior infâmia do que a minha

Lúcia, não aceitando seguir a vida que as convenções sociais impõem às mulheres, sofre as ofensas mais tristes que podem provir da boca do pai, que nunca iria imaginar que ela salvara a vida deles com a defloração e com comercialização da sua virgindade. Sem escolha, tornou-se prostituta, transgredindo a legislação patriarcal e sofrendo, por isso, até o último dia de sua vida. Para continuar obedecendo às normas institucionais da família, teria que ter deixado os pais morrerem, assistir à cena silenciosamente, talvez a mais trágica de sua vida.

Admitimos que da mesma forma acontece com *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert (2007). É uma leitora assídua de romances, sendo que “o romance era ainda considerado como um perigoso elemento de perturbação passional e de corrupção dos bons costumes, razões por que os moralistas e os próprios poderes públicos o condenaram asperamente” (SILVA, 1988, p. 679). Por outro lado, apesar de ser um romance realista, ela ainda é a representação da mulher fragilizada e sentimental que o romance romântico criou e que o realismo descasca até o âmago, exibindo sua queda e sua inocência, que evade para não enfrentar a realidade da vida. Ainda acredita no amor, no homem fiel que a salvará desse mundo cruel e insano. Sua vida oscila entre o real e o fantasioso, ou seja, o amor romântico e o amor perverso, o inocente e o hipócrita, o sentimental e o fatal. Bovary é usada várias vezes, pois sua mentalidade, no que toca ao amor, conduziu-a a uma escolha castradora. Rodolphe, um de seus amantes, resolve escrever uma carta cujo conteúdo é determinante e abusivo ao que ele pensa sobre a inocência de Emma. Romantizada, torna-se presa fácil e caminha rumo à sua autodestruição. Eis um trecho da carta de Rodolphe:

“O mundo é cruel, Emma. Onde quer que estivéssemos, ele nos teria perseguido. Você teria de suportar perguntas indiscretas, a calúnia, o desdém, o ultraje talvez. Ultraje a você! Oh... E eu que desejaria fazê-la sentar num trono! Eu que carrego seu pensamento como um talismã! Pois, puno-me com o exílio por todo o mal que lhe fiz. Estou partindo. Para onde? Não sei nada, estou louco! Adeus! Seja sempre boa! Conserve a lembrança do infeliz que a perdeu. Ensine meu nome à sua filha, que ela o repita em suas preces” (FLAUBERT, 2007, p. 181).

O patriarcado está vivo nas palavras de Rodolphe, exala as cinzas de Emma na sua escrita, corroendo a condição feminina. Ele deixa claro que o peso do mundo cairá sobre ela, quando

afirma “ultraje a você” e que ela permaneça “sempre boa”. E, mesmo com toda a morte que causa a ela, ele pede que ela nunca esqueça seu nome e, como prova do seu perpétuo machismo, pede que ela ensine o seu nome a sua filha. Ele, inconformado com as palavras na carta, exala, no pensamento, uma sórdida conclusão dita pelo narrador:

–Pobre mulherzinha! Pensou com enternecimento. Vai julgar-me mais insensível do que uma rocha; teria sido necessário acrescentar algumas lágrimas; mas eu não posso chorar, não é culpa minha. Então, tendo deitado água num copo, molhou nele seu dedo e deixou cair do alto uma grande gota, que fez uma mancha pálida sobre a tinta (FLAUBERT, 2007, p. 181).

Cabe apontar que não resta dúvida de que essas características que o romance romântico imprimiu nas mulheres no século XIX foi devastador. Mais alguns esclarecimentos de Afrânio Coutinho:

A intuição, o empirismo, o senso do concreto, o individualismo, têm como contraparte a necessidade de fugir da realidade, de ver além da razão, de evadir-se do mundo, graças à imaginação, para uma época passada ou um universo sobrenatural. Daí o senso do mistério, a atitude de sonho e melancolia, de angústia e pessimismo, que carregam para o Romantismo os temas da morte, desolação, ruínas, túmulos, o gosto das orgias e o ‘mal do século’ (COUTINHO, 2001, p. 144).

Foi um contexto histórico e político que mostrou, pela dominação da ideologia burguesa, o que levou as mulheres a terem comportamentos submissos. Daí ser importante distinguir, mais uma vez com Afrânio Coutinho, que:

Romantismo é o subjetivismo, é a libertação do mundo interior, do inconsciente; é o primado exuberante da emoção, imaginação, paixão, intuição, liberdade pessoal e interior [...] Não há lógica na atitude romântica, e a regra é a oscilação entre polos opostos de alegria a melancolia, entusiasmo e tristeza (COUTINHO, 2001, p. 145-146).

Tal comportamento Madame Bovary assumiu e, como regalo de um presente irônico e um futuro venenoso, assim como Lúcia, ganhou a morte. Sua filha, sozinha, uma espécie de prenúncio trágico que, talvez, se repetirá, assim como aconteceu à sua mãe, passa a viver com alguns parentes:

Depois que tudo foi vendido, restaram doze francos e setenta e cinco centimos que serviram para pagar a viagem da Srta. Bovary à casa de sua avó. A boa mulher morreu no mesmo ano; como o pai Rouault estava paralisado, foi uma tia que se encarregou dela. É pobre e envia-a, para ganhar a vida, a uma fábrica de fiação (FLAUBERT, 2007, p. 299).

A filha de Lúcia, por sua vez: “Ana casou-se há dois anos. Vive feliz com seu marido, que a ama como ela merece. É um anjo de bondade; e a juventude realçando-lhe as graças infantis, aumentou a sua semelhança com a irmã” (ALENCAR, 2001, p. 126). Podemos argumentar, em vista disso, que chegamos à seguinte conclusão: a suposta felicidade dada dentro do romantismo só se realiza quando há o casamento, quando a mulher se doa ao marido e se torna “boazinha”. No fim das contas, elas foram e continuam sendo preparadas para exercer esse papel menor. Se casam, são a submissão em pessoa; se não casam, são marginalizadas e ultrajadas até a morte.

Convém acrescentar que, no romance naturalista, a marginalização a que as mulheres são submetidas é assombrosa. Afogado na realidade, o movimento literário naturalista desmascarou a mediocridade da sociedade do século XIX, desvendou comportamentos hipócritas engessados pelo romantismo e mostrou o que as sociedades fazem com o homem, como a cultura alimenta sua monstrosidade.

Como já falamos anteriormente sobre o naturalismo, queremos apenas analisar, aqui, uma personagem feminina que é espancada e humilhada no romance *A Besta Humana*, de Émile Zola. Além de mostrar a animalização do homem, ele desvenda o lugar que as mulheres têm na sociedade do século XIX: elas são coisas, objetos, presas fáceis, principalmente se são pobres e abandonadas pela família. Outras vezes, mesmo possuindo família, são oferecidas ou trocadas como fonte de renda para sustentá-la.

Veremos, adiante, algumas cenas do romance, as quais explicam a perda do caráter humano ao qual a mulher está ligada, bem como as teias psicológicas às quais ela está presa. Neste trecho do romance de Zola, o personagem Roubaud, vice chefe da estação em Le Havre, esmurra sua esposa Séverine brutalmente. Ele a acusa de traição por causa de um anel que recebe do Juiz. Zola espicaça sem rodeios:

Ela teve medo, baixou o rosto para se proteger debaixo do braço dele, adivinhando o soco que viria. Um detalhe mínimo, ridículo, insignificante, aquele de ter esquecido a mentira a respeito do anel, acabava de trazer à tona a evidência, em poucas palavras trocadas. E um só minuto fora suficiente. Ele jogou-a na cama com um empurrão e bateu com as duas mãos, sem ver onde. Em três anos, nunca sequer esboçara qualquer gesto agressivo e agora era capaz de massacrá-la cego, demente, num ímpeto bestial de homem de mãos grosseiras, que há até pouco tempo empurrava vagões.
 – Santo Deus, vadia! Esteve na cama com o... dormiu com o... dormiu com o...!
 A raiva ia aumentando com a repetição das palavras e os punhos desciam a cada vez que eram pronunciadas, como se fossem entrar na sua carne.
 – Um velho, vadia... dormiu com ele... dormiu com ele! (ZOLA, 2014, p. 39).

A cena projetada no texto citado provoca uma revolta pela intensa covardia que ele comete contra ela. Ele, em estado colérico, porque descobre que esse Juiz é o senhor

Grandmorin, que a criara desde o instante em que ficou órfã. Mas ele, achando-se dono da menina, a deflorou quando completou dezesseis anos de idade. Tinha fama de aliciar as criadas, de ser o bom senhor, de ser o vovô preocupado e comprometido: O narrador esclarece o pensamento de Roubaud, furioso e autoritário:

E mais tarde, se Séverine se atrevia a falar com ele cara a cara, conseguindo tudo que queria, não era por se sentir dona da situação, ela que, no entanto, se vendia por tão pouco a quem abusava das criadas, tão digno e severo com todo mundo mais? Ah, quanta sordidez! Aquele velho a exigir beijinhos de avô, vendo crescer a menininha, apalpando, tomando-a para si a cada instante, sem ter paciência de esperar que amadurecesse! (ZOLA, 2014, p. 42).

Aqui é aclarado o sucedido à Séverine, quando morava na casa do Juiz Grandmorin, deixando claro que poderia fazer o que quisesse com ela. Ela foi explorada pelo Juiz e, nas mãos de seu marido Roubaud, sofre estupro físico e psicológico. Ele, possessivo, um ciumento compulsivo, indignado com a relação sexual da esposa com o outro, cai em desespero.

O medo da crítica social, que provavelmente sofreria, levou-a a se casar com Roubaud. Outro engodo, pois agora torna-se um fantoche nas mãos do marido: “Ela que, passiva e dócil, bem moça aquiescera aos desejos de um velho, que mais tarde se adaptara ao casamento simplesmente por querer conciliar as coisas, não conseguia compreender tal explosão de ciúme por erros antigos, do quais se arrependia” (ZOLA, 2014, p. 45). Novamente o narrador expõe o pensamento da personagem. Ela se mortifica profundamente, torna-se culpada e condena-se sob o ressentimento. Ele sente desejo de matá-la, de se ver livre dela a qualquer custo. Não admite ser traído por uma mulher, ainda mais uma que resiste ao seu espancamento:

Sem ainda chegar ao ódio, suportava-o cada vez menos, sentindo-o como um peso na sua vida. Tudo seria tão mais leve, mais feliz, sem a presença dele! Aliás, não sentia remorso algum por enganá-lo; que culpa tinha se ele praticamente a compelira ao adultério. [...] Ele tinha o jogo, ela podia perfeitamente ter um amante (ZOLA, 2014, p. 187).

A forma com que Émile Zola reproduz no seu romance os vícios, as taras, a animalização e a anomalia da personalidade foi o que ele identificou na sociedade da época. E esse aspecto explica, em grau considerável, a força ilimitada que o romance naturalista tem de sintetizar a crítica ao romantismo estruturado aos moldes do patriarcado. As mulheres, ao contrário do romantismo, são objetivas, experimentam a realidade de certa forma. As faces que ora apresentam irreverência, ora apresentam submissão e, por vezes, são amantes sem nenhuma culpa, faz delas uma vontade de potência que transcende a ordem dominante, ou seja, elas

destroem o modelo da mulher romântica que pensa a vida no subjetivismo doentio. A idealização, a paixão e morte são características invertidas no naturalismo.

Propomos, no que se segue, um outro ponto de vista importante, uma vez que as mulheres são submetidas ao casamento como “solução” da sua marginalidade, utilizado para usar a mulher como objeto de troca, passando despercebido nas estruturas mentais, visto que o incesto é proibido em nossa cultura. Uma espécie de contrato existe socialmente aceito no sistema de parentesco para não causar escândalo quando as mulheres são divididas entre os homens. Claude Lévi-Strauss (2012) no seu livro *As Estruturas Elementares do Parentesco*, apresenta uma teoria interessante acerca das relações de parentesco em várias culturas. O casamento, como mais uma forma de troca, de negociação das mulheres, perpetuando o jogo patriarcal nas culturas:

Como a exogamia, a proibição do incesto é uma regra de reciprocidade, porque não renuncio à minha filha ou à minha irmã senão com a condição que meu vizinho também renuncie. A violenta reação da comunidade em face do incesto é a reação de uma comunidade lesada. A troca pode não ser – diferentemente da exogamia – nem explícita nem imediata. Mas o fato de que posso obter uma mulher é em última análise consequência do fato de um irmão ou um pai terem renunciado a ela. Apenas, a regra não diz em proveito de quem é feita a renúncia (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 101).

De uma forma ou de outra as personagens aqui analisadas – Lúcia, Madame Bovary e Séverine — fazem parte dessa estrutura dominante. É um contrato que se passa em relação ao domínio das mulheres. Vejamos que Pierre Bourdieu se esclarece em Lévi-Strauss, ao salientar que:

O tabu do incesto, em que Lévi-Strauss vê o ato fundador da sociedade, na medida em que implica o imperativo de troca compreendido como igual comunicação entre os homens, é correlativo da instituição da violência pela qual as mulheres são negadas como sujeitos da troca e da aliança que se instauram através delas (BOURDIEU, 2014, p. 67).

O que pretendemos demonstrar, com essa ideia, é que destino delas é negociado, é dividido. Para namorá-las é preciso pedir permissão, falar com o mantenedor da família (pai), obedecer ao rito que a família impõe ao pretendente, rito ao qual não passa de uma estratégia que a deixa à margem de preconceitos e autoritarismo. São padrões que reluzem verdades absolutas e envenenam mudanças. O casamento como uma arapuca armada pela velha opinião formada em relação à mulher:

A mulher não deve tornar essa prática sua, frequentar e pedir aos pais do rapaz a permissão para namorá-lo, porque isso não faz parte do convencional, do imaginário

coletivo. Sofrerá sanções mortíferas caso elas resolvam transgredir o que foi naturalizado. Um certo cavalheirismo é trabalhado como farsa para afirmar o poder e marcar o terreno. Mais uma vez Strauss alfineta: “A inclusão das mulheres no número das obrigações recíprocas de grupo a grupo e de tribo a tribo é um costume tão geral que não bastaria um volume inteiro para enumerar os exemplos”. Observemos antes de tudo que o casamento por toda parte é considerado como uma ocasião particularmente favorável para a abertura ou o desenvolvimento de um ciclo de trocas (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 102).

Esses fatos nos autorizam a afirmar que é no romance, gênero imprescindível para universalizar as questões intrigantes da condição humana, que o escritor encontra seu laboratório para o estudo das causas da animalização do homem no naturalismo: Nas palavras de Ian Watt:

O Romance é a forma literária que reflete mais plenamente essa reorientação individualista e inovadora. As formas literárias anteriores refletiam a tendência geral de suas culturas a conformarem-se à prática tradicional do principal teste da verdade: os enredos da epopeia clássica e renascentista, por exemplo, baseavam-se na História ou na fábula e avaliavam-se os méritos do tratamento dado pelo autor segundo uma concepção de decoro derivada dos modelos aceitos no gênero. O primeiro grande desafio a esse tradicionalismo partiu do romance, cujo critério fundamental era a fidelidade à experiência individual – a qual é sempre única e, portanto, nova (WATT, 2010, p. 13).

Em resumo, o romance transmite a extensão para a existência do outro. É a ponte das causas universais postas em evidência. Esclarece, desmistifica as minúcias intrigantes da existência que abalam a individualidade, que restringem as ações e o pensamento, fator de grande relevância na avaliação do ser humano e de suas causas.

No romantismo, a mulher ideal foi projetada como símbolo da submissão e, sem dúvida, contribuiu para o crescimento da violência contra as mulheres, dando-lhes um lugar medíocre e limitado no imaginário coletivo. Por esse viés, perverteu-se a ordem natural das coisas, isto é, a vida parecia não passar de estagnação que envelhecia na sua própria engrenagem enferrujada. O romance naturalista, por seu turno, com seu bisturi genético e biológico, analisa o condicionamento da raça, o meio analisado pela condição social e o momento pelo motor histórico, bem como faz dessas personagens uma experiência científica e analisa a desumanização do homem dentro daquilo que ele chama de cultura. Isso porque o homem, diferente dos animais, não tem estado de natureza anterior ao que ele tem dentro da cultura:

É impossível, portanto, esperar no homem a ilustração de tipos de comportamento de caráter pré-cultural. [...] Não há nessas estruturas coletivas nenhum lugar mesmo para um esboço do que se pudesse chamar o modelo cultural universal, isto é, linguagem, instrumentos, instituições sociais e sistema de valores estéticos, morais ou religiosos (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 42).

É na cultura que o homem torna-se uma monstruosidade cultural ou a sua própria elevação. Portanto, “pelo método documental, pelo uso da linguagem simples, direta, natural, coloquial, mesmo vulgar, e dos dialetos das ciências e profissões, o Naturalismo procura representar toda a natureza, a vida que está próxima da natureza, o homem natural” (COUTINHO, 2001, 190). Mas não foi essa afirmação do documental que conferiu aos escritos naturalistas um lugar menor no mundo literário. O Romance naturalista trouxe inquietação necessária à literatura do século XIX: “Além da sua situação inferior num plano puramente literário, o romance era ainda considerado como um perigoso elemento de perturbação passional e de corrupção dos bons costumes, razões por que os moralistas e os próprios poderes públicos o condenaram asperamente” (SILVA, 1988, p. 679).

2.3 RESÍDUOS PATRIARCAIS: O VERSÍCULO MACHADIANO

Nossa afirmação sobre a violência contra as mulheres, no decorrer da nossa escrita, aduz demasiadamente a *resíduos* patriarcais presentes na cultura e são eles que definem e concluem a continuação desses comportamentos que ainda devastam nossos tempos. Machismo, autoritarismo, patriarcalismo, essas palavras tomaram corpo no imaginário coletivo, de modo que a mentalidade da sociedade do século XIX se cristalizou nas esferas institucionais, convencendo os homens de que são “donos” de suas esposas, pois a ideia foi sempre corroborar o medo, o tenebroso e o terror para dominar o feminino durante o processo histórico e cultural que recebemos como herança maldita.

Esse processo violento, bárbaro e medieval até então se passa na vida das mulheres porque o *corpo do poder* ganhou nova expressão, se cristalizou na cultura, ganhou novas formas de expressar o pensamento patriarcal sob a estrutura mental tatuada no corpo social. E toda essa fusão cultural de domínios, de controles do feminino continua sendo implantada para se obter comportamentos passivos, educando a mulher acerca do cárcere privado no próprio corpo fabricado pela sociedade. Por isso, “o poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. Foi a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico” (FOUCAULT, 2015, p. 239). Assim ocorre a centralização da hierarquia organizada no imaginário social.

A mulher, por possuir o poder de produzir a espécie dado pelos deuses, era respeitada acima de tudo. Sua capacidade administrativa no convívio entre os homens era importante, pois detinha o domínio das habilidades medicinais e da cura de muitas doenças: “Elas (as curadoras)

eram as cultivadoras ancestrais das ervas que devolviam a saúde, e eram também as melhores anatomistas do seu tempo. Eram as parteiras que viajavam de casa em casa, de aldeia em aldeia, e as médicas populares para todas as doenças” (MURARO, 2015, p. 18). Entrementes, quando essa concepção termina no período neolítico, quando tudo isso acaba, começa a luta pela sobrevivência e o homem instaura sua força, se faz repressor das mulheres e começa o exercício do patriarcalismo. Mas, vejamos como se dava outrora essa convivência entre homens e mulheres:

Enquanto as sociedades eram de coleta, as mulheres mantinham uma espécie de poder, mas diferente daquele das culturas patriarcais. Essas culturas primitivas deviam ser cooperativas, a fim de sobreviver em condições hostis, e, portanto, não havia coerção ou centralização, mas rodízio de lideranças, e as relações entre os homens e mulheres eram mais fluidas do que viriam a ser nas futuras sociedades patriarcais (MURARO, 2009, p. 10).

Como confronto secular, contrapomos outro excerto, também de Muraro:

É no decorrer do neolítico que, em algum momento, o homem começa a dominar a sua função biológica reprodutora, e, podendo controlá-la, pode também controlar a sexualidade feminina. Então surge o casamento, tal como o conhecemos hoje, no qual a mulher é propriedade do homem e a herança se transmite através da descendência masculina. Já acontecia assim, por exemplo, nas sociedades pastoris descritas na Bíblia (MURARO, 2009, p. 11).

Essas duas citações se opõem, pois são momentos diferentes, diacronicamente progredidos dentro do seu processo histórico. Esses laços sentimentais, afetivos, psíquicos e sexuais vão mudando conforme a cultura muda e as relações entre os homens mudam. Retomando a teoria da residualidade, de acordo com a explicação dos seus conceitos operacionais: *resíduo*, *cristalização*, *hibridação cultural*, *mentalidade*, *imaginário* – trazidos no capítulo 1 – concomitantemente com a construção do meio onde vive o homem, entendemos que nada na cultura é novo. Na verdade, tudo deriva de tempos remotos e que hoje se constrói de forma nova, revigorada, potencializada.

Esse processo híbrido entre as culturas nos permite perceber as relações vivas que confabulam culturalmente (passado e presente) no tempo e no espaço. Quando o homem dialoga com outras culturas, dialoga consigo mesmo, faz-se outros na sua particularidade, pois nenhuma cultura vive isolada, o que faz do homem um ser múltiplo de saberes. Mas vale salientar que, embora seja um homem de outra época, as épocas passadas estão nele com todo vigor, sempre se renovando, como ocorre com o machismo e o autoritarismo presente na sociedade brasileira do século XIX, para reprimir e conceituar a mulher de que ela é inferior e que, por esse motivo, ela deve aceitar sua inferioridade. Dito de outra maneira, ela é sinônimo de desordem, de destruição e é acusada de despertar, no homem, os desejos incontroláveis do sexo:

A mulher é mais carnal do que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnis. E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem (KRAMER; SPRENGER, 2015, p. 124).

Partindo dessa reflexão, o livro *O Martelo das Feiticeiras* enquanto um livro misógino, escrito brutalmente sob a visão do Cristianismo, uma espécie de bíblia teórica do inquisidor, podemos entender como ele foi marcante na história e na cultura de muitos países, bem como entendemos o motivo de tanto massacre às mulheres.

A visão desumana de Kramer e Sprenger, impressas nas páginas da história, cometeu um grande genocídio as mulheres. Os métodos aplicados às torturas em muitas mulheres e a persuasão que fabricou o pensamento determinante da sociedade do século XV ordenou um juízo de valor que naturalizou o pensamento dos homens sobre as mulheres.

Personagens como D. Eusébia e Eugênia são mulheres que servem de modelo da sonegação à vida, segregadas por não atenderem ao padrão social do século XIX, no qual Machado de Assis também trabalha com aspectos *residuais* refletidos em sua escrita. Isso ocorre, por exemplo, quando ele aborda a mulher medíocre, pois esse modelo de mulher que há no livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é a definição da mulher que fora reclusa no centro do patriarcado da época e que, por sua vez, fora resultado de mentalidades passadas que se formaram no discurso da cultura da época. Elas, tanto mãe como filha, são modelos de uma sociedade que macera por meio do poder circulatório entre as classes inferiores e limita comportamentos no corpo, seja físico ou social. Como reverbera Foucault:

Somos obrigados pelo poder a produzir a verdade, somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la. O poder não para de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade, profissionaliza-a e recompensa-a. No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas, por outro lado estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz. Ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 2015, p. 279).

É muito verdadeiro dizer, portanto, que esse poder axiomático do qual fala Foucault é o poder que circula nas subjetividades de cada indivíduo, mantendo-os prisioneiros de si mesmo através da vigilância coletiva. Ou seja, sendo o poder uma rede de relacionamentos que chega a todas as classes, toma forma para continuar manipulando cada indivíduo. Retomamos, assim, as duas personagens de Machado de Assis que estão inseridas nisso. Como? Em poucas

palavras, a D. Eusébia é mãe solteira e mora sozinha com a filha. Todos sabem que ela é amante, tem um caso com o Dr. Vilaça e, sabe-se lá, quem é o pai de Eugênia, a “flor da moita”. Dona Eusébia não casou e, conseqüentemente, não casará a filha. A menina coxa, filha de uma solteirona, será mais uma amante aos olhos da sociedade, pois a condição subalterna da mãe aponta a condição da filha também, como se isso fosse uma regra geral. Georges Duby nos esclarece:

A mulher perfeita – sob esse aspecto a atitude de Madalena era exemplar – é de fato a que espera tudo de seu senhor, que o adora, mas que sobretudo o teme. E o serve. A mulher, enfim, que chora e que não fala, que obedece, prosternada diante de seu homem. Por conseguinte, desde a puberdade a jovem deve tornar-se esposa. Esposa de um mestre que irá refreá-la. Ou então esposa de Cristo, encerrada num convento. Caso contrário ela corre o sério risco de tornar-se meretriz (DUBY, 2013, p. 46).

Os olhos que maculam a mãe de Eugênia, definindo-a como mulher da vida, de todos e do mundo, também irão modelar a filha. D. Eusébia está na margem do romance, isto é, é uma personagem ultrajada que repercute e define a mulher medíocre socialmente pensada. Afinal de contas, de quem será o primeiro beijo das moças? De quem será a virgindade das moças?

Notemos que essas características que norteiam esse campo cultural e histórico e que conceituam a identidade feminina está fadada a traçar rumos iguais para a mãe e a filha. Salientamos, desse modo, porque a mentalidade ocupada de resíduos de culturas passadas, que se cristalizaram no que concerne ao pensamento do povo, é construída no imaginário coletivo, ou seja, todos compartilham do mesmo pensamento adquirido em comunidade. Mediante o exposto, pensamos que, se tomarmos como base esses conceitos entendidos pela teoria da *Residualidade* – que nada é novo, que expressões, pensamentos, sugestões, princípios éticos e morais emergem continuamente, se atualizando para manter-se vivo no imaginário como ponto de partida, e explicar que esse poder imposto pela língua, sua formação se dá nesse conjunto de relações para cercar atitudes que possam mudar o rumo da história das mulheres. Até porque, como afirmamos, isso não é novo, mas transformado e revigorado na cultura. Continuando a acompanhar Duby, lembremos, mais uma vez, que “nem virgem, nem esposa, nem viúva, Madalena permanecia a própria marginalidade, e a mais inquietante, por todos os pecados que seu ser se deixou cativar durante muito tempo” (DUBY, 2013, p. 49).

É dessa maneira que Eugenia será rotulada por todos. Ela, filha de uma solteirona e amante, seu primeiro beijo roubado por Brás irá desenrolar sua origem fundamentada no encontro atrás da moita. Sua vida, assim, é consumida porque se encaixa neste excerto de Machado de Assis: “Não descí, e acrescentei um versículo ao Evangelho: – Bem-aventurados os que não descem, porque deles é o primeiro beijo das moças” (ASSIS, 1990, p. 54).

Continuamos nossa afirmação sobre a conclusão a qual queremos chegar. Machado de Assis, está claro, bebeu em outras fontes literárias, pois sua época, também século XIX, foi marcado por literaturas que ajudaram a construir um pensamento crítico, que o alimentaram sobre as questões sociais, culturais e políticas da época.

A criação da mentalidade no corpo social, como mecanismo de manipulação de massa, ajuda a alienar completamente o feminino e continua a dar direitos ao masculino. Transgredir isso é infringir, é desconstruir o natural que já fora construído definitivamente, funcionando como se fosse regra. Daí vem a ideia de que a mulher que mostrar conduta diferente está à margem, fora dos padrões que lhes deram. E o que isso tem a ver com as personagens aqui expostas? Muito, poderíamos afirmar. Em essência, a conduta destinada a elas é produto dessa definição social que tanto arbitrariamente se impõe para explicar tantas vezes que o estabelecido não se questiona. No que respeita a esse aspecto, a visão medieval esclarece:

De acordo com a visão de mundo cristã-medieval, a mulher é um ser subordinado e inferior. Isso se deve à sua descendência de Eva, segundo os clérigos, a origem do pecado original, aquela responsável pela queda da humanidade e a perda do Paraíso edênico. Resíduo dessa mentalidade e o modo como está representada a personagem [...] (MARTINS, 2015, p. 74).

É preciso destacar que essa prática já se estende desde há muito tempo para banalizar a condição da mulher e sua identidade subtraída na sociedade do século XIX. Claro que passamos por transformações políticas, econômicas, culturais, sociais, históricas; entretanto, esses valores morais masculinos implantados nas mulheres deste século emergem na literatura de Machado de Assis.

Os engodos presentes nas sociedades sempre acompanharão, com correntes e força, o destino feminino. Assim, a propriedade que tem a teoria da Residualidade para analisar esse comportamento advindo de tempos remotos, até formar a cultura na qual Machado de Assis está inserido, é essencial para analisar os modelos da classe burguesa que pratica atos detratadores e atrozidades no que diz respeito à mulher. Portanto, possivelmente Eugênia irá trilhar o caminho determinado pela sociedade na qual existe, ou seja, viver a ordem dos homens. Não é sem razão que o próprio autor destina sua personagem à vileza, de acordo com as rédeas machistas que circulam o coletivo.

No Romantismo, especificamente no livro de José de Alencar, *Lucíola*, temos também outra personagem que tem o mesmo destino trágico. Ela, vendo a família definhar doente, aceita moedas repletas de desejos sexuais das mãos do senhor Couto, vizinho da família. Esse homem, como traz pensamentos machistas adquiridos no meio onde vive, onde foi educado, repete

práticas que se renovam constantemente na cultura e na literatura. É o que a teoria chama de *resíduos* infiltrados em nossa cultura. Esses *resíduos* tornam-se claros quando o senhor Couto pratica o estupro, quando abusa, aos 14 anos, da personagem: “não sabia o que queria esse homem; ignorava então o que é a honra e a virtude da mulher; [...] Desde que os meus véus despedaçaram, cuidei que morria; [...] O dinheiro ganho com minha vergonha salvou a vida de meu pai e trouxe-nos um raio de esperança” (ALENCAR, 2000, p. 109).

Isso marca sua vida para sempre, pois pensa que sua condição econômica e social colaborou para seu destino. De fato sim! Ela nunca mais esquece que aceitou a defloração de sua honra em troca de dinheiro. E D. Eusébia também não é diferente. Aceita as condições de sua vida e torna-se alvo de muitas críticas por relacionar-se com um homem casado. Ela recebe críticas por criar a filha sozinha, por ser flagrada em adultério com o Dr. Vilaça. Esse comportamento a deixa isolada na serra de Petrópolis, pois sua conduta é desprezada por todos. Pior: além de toda essa humilhação, ainda é considerada culpada por sua condição social e econômica. Consequentemente, sua filha, que fora beijada e abandonada, também não casará e será uma espécie de repetição trágica do que fora a mãe.

Por outro lado, é preciso dedicar especial atenção a um fato: como outros homens, o Dr. Vilaça fora criança, teve sua infância, sua juventude, conviveu no seio da família, da sociedade de seu tempo, fora produto da submissão social e da introdução atroz do processo de industrial da época, a saber, de “leis físico-químicas determinado pela influência do meio” (COUTINHO, 2004, p. 11), tal como ordenara o determinismo. Noutros termos, ele foi refém direto de suas condições psicológicas porque, de qualquer forma:

O Realismo logrou impor a pintura verdadeira da vida dos humildes e obscuros, os homens e mulheres comuns que estão habituados em torno de nós, vivendo uma vida compósita, feita de muitos opostos, bem e mal, beleza e feiura, rudeza e requinte, sem receio do trivial e do monótono (COUTINHO, 2004, p. 9).

Ou seja, ele não nasceu machista, detrator e autoritário; não obstante, ele nasceu no berço de uma sociedade que perpetua suas ideologias formadas pelos *resíduos* dos quais fala a teoria da Residualidade. Entendemos que isso acontece para manter a ordem e espicaçar as mulheres ininterruptamente. Afinal de contas, essa forma de educar, adestrando, é oriundo do imaginário coletivo e, por conseguinte, induz à mentalidade que cada sociedade constrói e estrutura como base para sua edificação cultural e, consequentemente, literária. Como assim? Observemos:

Mentalidade, grosso modo, seria o modo de agir, de pensar e de sentir que teria se originado ainda na Pré-História e se mantido, ao longo da cadeia evolutiva do Homem, praticamente o mesmo, até os dias de hoje: algo atemporal, portanto. O imaginário

como a mentalidade apresentar-se-ia em cada momento histórico (TORRES, 2015, p. 182).

Esse pensamento, sem dúvida, influenciou séculos e é precisamente essa mentalidade que fere, corrói e destina constantemente muitos homens a pensarem que são donos, patrões e déspotas de muitas mulheres que, humanamente, socialmente e economicamente falando, encontram-se no ínfimo de sua condição humana.

Entendemos, segundo o pensamento de autores como Coutinho, que “o Romantismo não terminou e já se fazem notar os traços do Realismo; e mesmo certas de suas vivências, reforçadas, constituíram características realistas e naturalistas” (COUTINHO, 2004, p. 5). Sendo assim, essa é a importância de concatenar esses movimentos literários para tornar notórias suas relações estéticas, imbricadas e norteadoras da vida dessas personagens aqui presentes. Corroboramos, ainda, com este fragmento, nossa afirmação no que tange aos envolvimento literários acima, principalmente no que toca a Machado de Assis:

Pode-se mesmo afirmar que raros foram os escritores do final do século XIX e começos do século XX que não se deixaram contaminar das ideias diretoras do Naturalismo. Mesmo a obra de Machado de Assis dele está impregnada, pois, cioso de sua independência e reagindo contra os seus exageros, não ficou imune à sua influência e soube tirar dele o que podia servir ao seu molho, para empregar sua própria expressão (COUTINHO, 2004, p. 19).

Logo, essas correntes literárias fazem parte na construção do cenário artístico que o escritor define sua percepção sobre o espaço e seu tempo exarados no romance. Machado de Assis recebeu essa herança estética e isso o ajudou a constituir sua escrita magistral. Enfim, é pertinente enfatizar que há, nessas imbricações sugadas no contexto de cada época, reflexões propostas pelo romancista. Ele capta o que o rodeia a respeito da existência humana e é aí que a mulher é encontrada, sob a vida frígida que lhe fora incutida pelo meio social e pela mentalidade condensada de *resíduos*. Em outras palavras, “a *residualidade* procura estudar, como se viu, modos de agir, de pensar e de sentir de um período histórico em outro; noutras palavras, como os *imaginários* de determinados agrupamentos de certa época foram parar, tempos depois, noutra(s) civilização(ões)” (TORRES, 2015, p. 184).

Em suma, as mulheres, na literatura do século XIX, especificamente Lúcia (Lucíola), D. Eusébia e Eugênia, sob a ótica que transita desde os textos bíblicos, passando pela Idade Média, são identificadas como bruxas e diabólicas, como são definidas culturalmente. O peso das verdades absolutas afirma tal manipulação sobre o homem. Evocam o diabo, porque sozinhas não são astutas o suficiente para desenvolver suas artimanhas:

Uma vez obtida a intimidade com o Demônio, as feiticeiras são capazes de desencadear todos os males, especialmente a impotência masculina, a impossibilidade de livrar-se de paixões desordenadas, abortos, oferendas de crianças a Satanás, estrago das colheitas, doenças nos animais etc (MURARO, 2015, p. 20).

Tudo isso é produto de um imaginário patriarcal, dominante do feminino, que o mantém como prática de procriação e exacerbação dos afazeres domésticos. Assim, as mulheres são doutrinadas e surgem, no romance, como submissas e diabólicas:

A dama, que os romances querem apresentar tão delicada, mas que comandava os homens na ausência do marido, julgava, castigava, ordenava suplícios, dominava o próprio marido pelos feudos – essa dama nada tinha de terna, muito menos para uma serva que talvez fosse bonita. Mantendo de modo bastante ostensivo, segundo o uso de então, seu cavaleiro e seu pajem, não lhe aborrecia autorizar as próprias liberdades por meio das liberdades do marido (MICHELET, 1992, p. 70).

Outra consideração que merece ser feita é que essa atuação provinda da mulher, vista como um ser manipulador e capaz de ignorar sua condição para mostrar ressentimento porque é mulher, afetava as condutas morais dos homens e isso lhes incutia o direito de castigá-la e nomeá-la perante a sociedade como a perfeita causadora do mal e destruidora das relações conjugais. Se tais comportamentos faziam parte de cenários longínquos, como isso chegou até nossa literatura? Por que o homem é como é e pensa como pensa acerca da mulher? Por que se acham superiores em relação à mulher? Nícia Zucolo, no artigo publicado no jornal *Amazonas em Tempo*, no dia 05/07/16, propõe reflexão a respeito deste assunto:

Há uma estrutura cultural que leva mulheres a pensar como homens...ou a repetir e perpetuar os pensamento de séculos de opressão e violência como se fossem o seu pensamento (e passa a ser) ... Pensar que cada agressor homem nasceu (mesmo que às vezes não pareça) de uma mulher, poderia chocar, porém, são muitas dessas mães que simplesmente não conseguem romper com o ciclo cultural – jamais natural – que pressupõe que a mulher não tenha a mesma capacidade mental que o homem, não é capaz de exercer determinadas tarefas intelectuais ou ocupar cargos de comando como o homem, e perpetuam o ciclo.

Desnaturalizar e questionar preconceitos, problematizar as diversas possibilidades de violência – manifestações de uma cultura patriarcal longa – constituem o primeiro passo para equidade. Numa suposta democracia, não é o que se almeja? (ZUCOLO, 2016).

A estrutura está tão cristalizada que parece impossível pensar na defesa e argumentar a favor da mulher. Entender esse processo desumano é praticar e combater as aberrações feitas por homens que, até hoje, acham que podem justificar perfeitas barbaridades contra a mulher. Como corrobora Zucolo, isso está enraizado na cultura e, nela estando, também se concentra na literatura com raízes que fundamentam de forma arbitrária uma suposta “verdade”. Essa

construção atravessa séculos, corre feito rio e deságua nos lugares mais obscuros possíveis, legisla a banalização do mal como princípio da ética patriarcal.

Enfim, é hora de fechar esse capítulo, e fazemos isso destacando que o meio que submete a mulher a definições patéticas, animais, todos se tornam perfeitas bestas humanas, como afirma Émile Zola (2014), no seu livro *A Besta Humana*. Para tanto, a conclusão a respeito do homem, diante desse pensamento, é que “o meio (geográfico, climático), a raça (o estágio do corpo humano na evolução biológica) e o momento (o estado de avanço intelectual do homem)” (BASTOS, 2014, p. 12) medicam dosagens absurdas de sanções ilimitadas que naturalizam a cegueira e instauram as aberrações contra a mulher como lei universal.

CAPÍTULO 3 – A MENINA-MULHER NO ROMANCE *A NORMALISTA*, DE ADOLFO CAMINHA

“A moça pode conseguir assumir seus desejos, mas eles guardam, na maioria das vezes, um caráter vergonhoso. Seu corpo inteiro é aceito com embaraço. A desconfiança que, desde menina, ela sentia em relação a seus ‘interiores’ contribui para dar à crise menstrual o caráter suspeito que a torna odiosa” (BEAUVOIR, 2016, p. 79). A partir dessa citação começamos a realizar a análise acerca de Maria do Carmo, no romance *A Normalista*, de Adolfo Caminha, partindo de estudo comparativo a outras personagens que também reconhecemos como meninas-mulher, para nos deter, então, em Maria do Carmo. Buscamos, assim, antes de tudo, explorar o campo das posições nas quais se encontram muitas mulheres que trilham rumo a um futuro inóspito e assombroso.

3.1 MENINAS-MULHER EM ESTUDO COMPARADO

A abordagem que se encontra no livro *A Normalista*, de Adolfo Caminha, reflete a sociedade do século XIX, em Fortaleza, tecendo considerações acerca do modo de pensar e de agir daquela sociedade. Temos por útil afirmar que ele se refere, em particular, aos vícios que prevaleceram naquela época na sociedade cearense, incluindo o baixo nível da educação, a influência da religião como uma forma de rastrear negativamente os destinos dos povos, particularmente das mulheres, lideradas principalmente aos cuidados do lar e da procriação. Inclui, ainda, a pobreza e os problemas que prevalecem nas diferentes classes, tais como a política, a corrupção, o desperdício de bens públicos, os preconceitos sociais, questões como o adultério e o incesto, assim como a extrema ganância de escândalos, fofocas e calúnias difundidas pela imprensa, ou a falta de prosperidade econômica, a ociosidade de muitos dos seus habitantes, agravada pelas condições físicas da região, estando a seca em primeiro lugar.

Dessa forma, para este estudo comparado, questionamo-nos: por que Maria do Carmo é tão submissa e acessível às exigências sexuais de seu padrinho sem se rebelar? Por que João da Mata, exercendo poder sobre ela, acredita ser o seu dono? Esse comportamento dócil da personagem Maria e outras personagens femininas foram e ainda são abordadas na Literatura Brasileira com muita frequência. De nossa parte, queremos fazer o seguinte esclarecimento: é nesse ambiente social cearense, do final do século XIX, que Maria do Carmo aparece como uma pessoa incapaz de agir por si mesma.

Essa posição da mulher, na sociedade cearense, responde a uma história de séculos de dominação mundial dos homens sobre as mulheres, que ainda é, porém, diminuída da hierarquia das relações de poder que se refletem no trabalho, no campo educacional, político e familiar. Claro, a vida do personagem João da Mata foi marcada por esse modelo de dominação. Um funcionário público simples e pobre, subordinado a seus chefes e, conseqüentemente, sujeito a ordens de seus superiores. É um indivíduo listado como inculto, impulsivo, bêbado, desrespeitoso, que reuniu muitos vícios sociais. É um rei em sua própria casa. Ele assumiu o papel de chefe de família, mas sem autoridade moral. Impôs de modo irracional sua vontade contra a sua esposa, Dona Terezinha, especialmente sobre Maria do Carmo.

Com base no que expusemos acima, torna-se evidente que o fraco torna-se forte e não apenas guiado pela inteligência e razão. Pois João da Mata não é possuidor de força física ou de poder econômico (ganha pouco e algumas vezes até faz empréstimo) para exercício do seu machismo, apoiado nos valores sociais predominantes. Mas a violência ou a pressão psicológica, em vez de física, foi, então, o seu principal instrumento de controle e de subordinação. Suas expressões, aparentemente de proteção, tornam-se discriminação porque subestima as capacidades de Maria do Carmo, reivindicando mais fraqueza dela. Para João da Mata, a mulher é vista como mercadoria ou como obra pública. Para ele, “o útero revigorava, funcionando com a regularidade precisa d’uma excelente máquina moderna” (CAMINHA, 2010, p. 207). Sendo assim, relacionando alguns personagens aqui, vamos entender como isso acontece e como nos ajuda a perceber, por meio das influências, toda edificação literária e identidade cultural.

Outro personagem masculino que orbita a condição submissa de Maria do Carmo é Zuza, filho do coronel Nunes. Este ordenara que o filho viajasse para concluir o curso de Direito. Zuza lamenta porque não pôde tirar proveito da inocência da moça: embora pobre, dava para aproveitar bastante. Maria, no seu delírio de mulher apaixonada, desejava casar-se com ele, tomar outro rumo na vida, ser feliz. Ele, por seu turno, queria aproveitar-se dela, usá-la e depois largá-la na vida. Afinal de contas, ela era afilhada de um homem torpe, de físico horrendo, de caráter peçonhento.

A educação de Zuza fora pautada nas lições da sociedade cearense, na qual o homem trabalhava e tinha direito às questões públicas e à vida acadêmica. Seu desejo era divertir-se com Maria, pois, para ele, ela não passava de uma coitadinha, abandonada pela sorte, à procura de se salvar economicamente, como diziam todos próximos de Zuza. Ele debochava de suas cartas de amor: “- Magnífico rol de asneiras para fazer rir a rapaziada de Pernambuco” (CAMINHA, 2010, p. 178). Sua posição social era outra, nada a ver com a vida de Maria do

Carmo. Achava o pai um homem de juízo e pensou: “já se foi um tempo de um homem sacrificar posição e futuro por uma mulher pobre. Concluo o meu curso e sigo para a Europa, é o verdadeiro, ora adeus!” (CAMINHA, 2010, p. 174).

Sobre o pai de Maria do Carmo, também é importante analisar a condição de objeto que ela a este representava. Pela situação econômica, o pai resolve entregá-la a João da Mata. De qualquer forma, essa passagem é o crivo psicológico que inquieta e arranca do leitor algumas indagações a respeito dessa atitude, porque, caso a mãe fosse a protagonista desse ato doloroso, esta teria de cuidar da filha, solucionar sua situação e seguir sem norte. Mas, no conflito psicológico imbuído nessa passagem, pai não cuida de filha, porque deve trabalhar. Esse papel é da mulher: zelar pela honra da filha, presente entre as suas pernas.

Claro que não é apenas Maria do Carmo que sofre essa retaliação. Lúcia, a protagonista de *Lucíola*, de José de Alencar, vive também retaliações quando criança. Sua vida não foi diferente. Família pobre, condições de vida precárias e pouca educação. Sua adolescência fora marcada pela brutal objetificação do seu corpo, quando o Sr. Couto, já de olho na criança, percebendo sua condição paupérrima, resolve lhe dar dinheiro em troca de sexo. Ela, com medo, assustada com a enfermidade dos pais, aceita sua definitiva tragédia humana:

Ele tirou do bolso algumas moedas de ouro, sobre as quais me precipitei, pedindo-lhe de joelhos que mas desse para salvar minha mãe; mas senti os seus lábios que me tocavam, e fugi. Oh! Não posso contar-lhe que lata foi a minha: três vezes corri espavorida até à casa, e diante daquela agonia sentia renascer a coragem, e voltava (ALENCAR, 1988, p. 97).

Nesse fragmento, como podemos notar, está a defloração de Lúcia pela consciente e monstruosa ação do Sr. Couto. Lúcia estava inserida numa sociedade cujo convencionalismo brutal do machismo age constantemente, similar à de Maria do Carmo, na sociedade cearense do final do século XIX.

Outra personagem intrigante na literatura é Pombinha, do livro *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, também final do século XIX, no Rio de Janeiro. A garota frágil, chamada “flor do cortiço”, meiga e dócil, era querida por todos. A mãe, Dona Isabel, queria que ela se casasse com João da Costa, ansiava sua união com esse homem. A situação da família era economicamente sofrida e a filha, casando, talvez melhorasse tudo. O desejo de todos pela sua menstruação representava a salvação, pois Pombinha, uma vez se casando, a situação econômica da família melhoraria, porque pensavam que o marido poderia ajudar nas despesas. A menina, até o momento, não era mulher, como queriam todos. Seu corpo ainda estava sob os cuidados da infância. Mas logo veio a menstruação.

A pressão que o meio determinava exigia rapidamente seus serviços femininos. E assim é *O Cortiço*, determinante, apinhado de miséria, pobreza, coisificação do indivíduo, era o meio que devorava as esperanças de muitas mulheres cercadas de hostilidade. Não importava. O ofício de Pombinha era escrever cartas para todos que moravam naquele reduto de coisas ambulantes. Fazendo isso, descobria os segredos e as aflições de todos. Tantas vidas ali perdidas, esquecidas e, mesmo assim, procuravam encontrar a si mesmos relatando seus pedaços de vida para ela. Com tanta vida despedaçada, nessa escrita que fazia, ela começava a ser preenchida também com aflições da história alheia, com devaneios que avultavam ainda mais a sua angústia por ser do sexo feminino.

É possível ousar dizer que é esclarecedor quando postamos assim dessa forma, uma vez que esse poder, penetrado pelo meio no qual ela está imersa, fabrica “um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá a vigilância sobre e contra si mesmo” (FOUCAULT, 2015, p. 330). Essa rede de relacionamentos na qual é exercido esse controle de todos e em todos cresce nas nossas próprias ações. Por isso que a mãe de Pombinha queria que a menstruação da filha logo chegasse. E chegou:

Abraçou-se às pernas da filha e, no arrebatamento de sua comoção, beijou-lhe repetidas vezes a barriga e parecia querer beijar também aquele sangue abençoado, que lhe abria os horizontes da vida, que lhes garantia o futuro; aquele sangue bom, que descia do céu, como a chuva benfazeja sobre uma pobre terra esterilizada pela seca (AZEVEDO, 1998, p. 125).

Nessa passagem, como é possível notar, a objetividade da ideia de poder, de controle e de alienação é clara. A mãe beija a barriga da filha ininterruptamente e essa simbologia representa um rebento, ou vários rebentos, que nascerão para que ela realmente cumpra com o seu destino traçado: bela, esposa, mãe, recatada e do lar. A metáfora da procriação exala precisão nesse momento. Que ela fosse entregue a João da Costa para casar-se com ele, se desvencilhar da família e fosse construir a sua, praticando as habilidades domésticas e utilizando seu útero para fabricação de crianças. Pronto! É isso que uma sociedade patriarcal deseja.

Pombinha, vejamos, nem nome próprio possui. Sua identidade é uma alcunha, uma ave e, como toda ave, é frágil, procria, cuida dos filhos, mantém-se no lar. Esse conceito imerso na mulher é perfeito para que a ideologia masculina se sobressaia sem ser percebida. Ela começa a entender a fragilidade dos homens, sua fraqueza somada à mediocridade para com as mulheres, pois tudo isso a deixava pensativa e, paulatinamente, suas sensações vão aflorando.

Com dois anos de casada já não suportava o marido, pois, para ela, o homem é fraco, debilitado, afoga-se na sua própria fraqueza. Finalmente, ela trai o marido. Foi morar com Leónie e tornou-se prostituta, as duas mais famosas do Rio de Janeiro. Enfim, a clareza da transgressão social cometida por Pombinha aqui é simbólica. Ela não aceitou submeter-se à fraqueza e às ordens do marido, e decide como achou melhor. Tornando-se prostituta, passa a viver a vida que quer, escolhe os homens que quer. Sua mãe, que vive com ela desde o casamento da filha, acostuma-se à vida que a filha escolhera. Pombinha passa a ser uma prostituta famosa e popular. Em outras palavras, Pombinha transgrediu as convenções sociais, desequilibrando a ditadura dos homens.

Chamamos a atenção, em particular, para o fato de que Lúcia também se tornou uma prostituta famosíssima, desejada por todos os homens. No entanto, sua condição de mulher romântica toma outro rumo, diferente de Pombinha, tornando-se capacho da mediocridade masculina, formando uma mentalidade violenta que se cristaliza na cultura cearense do século XIX. Nem a paixão por Paulo a salva da condição vil que a vida lhe condenou, a salvação de Lúcia não seria aceita pela sociedade carioca. Por isso, sua gravidez foi apenas para sentir a sensação do filho morto: “-Iremos juntos’... murmurou descaído inerte sobre as almofadas do leito. Sua mãe lhe servirá de túmulo” (ALENCAR, 1998, p. 112). A vida lhe preparara uma tragédia só, onde a graça de ser mãe lhe custou a vida em dobro, a morte em dobro: “A voz desfaleceu completamente, de extenuada que ela ficara por esse enérgico esforço. Eu chorava de braços sobre o travesseiro, e as suas palavras suspiravam docemente em minha alma, como as dulcíssimas dos anjos devem ressoar aos espíritos celestes” (ALENCAR, 1998, p. 113).

Já Maria do Carmo, convém ressaltar, não se tornou prostituta. Após o nascimento do seu filho e a decisão de João da Mata, fora destinada à vida de casada, dona do lar. As carícias e o incesto, a paixão repentina por Zuza, nada disso, no fim do romance, ela lamenta. Por outro lado, sua vida fora por demais amarga, tendo que se sujeitar a receber o afago morno e tético de João, na madrugada, antes do seu desfloramento. O sofrimento de Maria parecia não ter fim: “E enquanto, lá fora, a cidade acordava e a vida recomeçava seu eterno poema de alegrias e dores, Maria procurava no coração de Jesus um conforto para seu doloroso arrependimento” (CAMINHA, 2010, p. 156).

Após ser desonrada, seu estado emocional era péssimo, pois tanto a dor física quanto a dor psicológica envolviam sua alma. Ela passou mais de uma semana sem comparecer à escola, um medo absoluto do olhar dos outros, da sociedade, de si mesma. Não era Jesus Cristo, mas fora crucificada por sua própria consciência por ter permitido tal ato vil. João da Mata, por seu turno, friamente, percebendo tanto sofrimento em Maria, resolve consolá-la com seu imundo

jeito de ser: “- Tolice... Morrendo sem quê nem pra quê! Se continuas, é pior... Podem até saber... Isto a gente faz cara alegre e vai para adiante, com as outras, minha tola... Olha a tua amiga Lídia... Casou e casou bem... E assim a maior parte... Deixa de tolices” (CAMINHA, 2010, p. 160).

Podemos certamente dizer que tudo isso, entretanto, não tinha como parar: a barriga cresce, as dores viriam logo e o parto seria feito. Porém, ninguém precisava saber da gravidez. “Foi uma fatalidade, foi uma fatalidade. Há de se arranjar a cousa do melhor modo possível. Vais aí para qualquer sítio, fora da cidade, e ninguém saberá de coisa alguma. Dá-se tanto d’isto...” (CAMINHA, 2010, p. 186). Mas o pior estava prestes a acontecer. Maria sente dor intensa e João é chamado para o parto. Tarde demais. Como tudo foi trágico na vida de Maria, não podia ser diferente: “Ouviram-se uma pancada surda no chão, como a queda de um balão de barro úmido, e, imediatamente, rios de sangue jorraram aos pés da parteira, e no linho branco da camisa de Maria do Carmo desenhava-se larga faixa rubra, d’alto a baixo, como uma bandeira de guerra desdobrada” (CAMINHA, 2010, p. 223). Dessa forma, parece que tudo conspirou contra Maria do Carmo: a pobreza, a morte de sua mãe, o abandono do pai, a decepção com Zuza, o incesto do padrinho e a morte do filho.

“Maria do Carmo, agora noiva do alferes Coutinho, da polícia, via diante de si um futuro largo, imensamente luminoso, como um grande mar tranquilo e dormente” (CAMINHA, 2010, p. 228). Precisamos esse esclarecimento acerca da vida de Maria. O mar que a espera é a imensidão problemática que viverá como dona do lar e mãe de muitos filhos? Mais preocupante é que será uma vida entorpecida, adormecida, presente na palavra *dormente* que encerra o romance. Afinal de contas, o alferes Coutinho é cúmplice do manuseio que os colegas armavam para driblar e satisfazer-se sexualmente com as mulheres. Portanto, o fato de Maria ter casado, isso, para João da Mata, de certa forma, simbolizou o seu *habeas corpus*, livrou-se do medo que o afugentava com a prática do incesto.

Destarte, disso é possível deduzir que a vida de Maria do Carmo, Lúcia e Pombinha tomaram o mesmo rumo no que diz respeito à coisificação da mulher na sociedade governada pelo patriarcalismo do século XIX.

A condição de mulher que lhes deram, por meio do falso amor que se constrói na institucionalização do casamento, no caso de Maria do Carmo e de Pombinha foi definitiva para causar transtorno psicológico em muitas mulheres. Neste trecho, abaixo, exemplificamos esse ponto:

Se não vejo nenhuma razão que resista à verdadeira paixão, parece-me que a razão também não é suficiente para legitimar o casamento; e que os mais diversos

argumentos contra essa união, apresentados pelos mais abalizados críticos, permanecem *absolutamente* válidos. [...] A famosa ‘paz no lar’ não existe senão ao nível de uma certa eloquência medíocre, politiqueria, burguesa ou edificante. Tolstói a descreve como um ‘inferno’, com o que concordo! Uma vez que os homens e as mulheres, considerados isoladamente, são em geral uns patifes – ou uns neuróticos – por que se transformariam em anjos, quando unidos? (ROUGEMONT, 2003, p. 402).

Para tanto, mesmo mergulhado na sua lucidez, o homem continuará querendo exibir comportamentos cordiais, mostrando-se dominador na conclusão de sua própria condição patética, violento na maneira de ser, de agir, ou seja, “tudo o que é considerado evidente esconde algo que está longe de sê-lo. [...] Nada de humano parece aproximar nossos amantes. Muito pelo contrário. Em seu primeiro encontro, travam apenas relações de polidez convencional” (ROUGEMONT, 2003, p. 53). É evidente, pois, que certo convencionalismo banaliza nossos comportamentos e esses personagens hipocritamente vivem isso. Esses personagens foram condenados a viver eternamente subordinados, vítimas de suas próprias escolhas.

3.2 MARIA DO CARMO EM ROMANCE DE DOMINAÇÃO MASCULINA

“Maria do Carmo, afilhada de João, uma rapariga muito nova, com um belo arzinho de noviça, moreno-clara, olhos cor de azeitona, carnes rijas [...]” (CAMINHA, 2010, p. 11). Essas características da menina Maria do Carmo, descritas pelo narrador onisciente, são estereótipos que a sociedade cearense do século XIX exigia como modelo de mulher. Uma espécie de atrativo sexual ideal para despertar qualquer desejo carnal no homem. O nome Maria, como representante de muitas mulheres que sofrem no mundo, sinaliza que são designadas a assumirem um papel menor, enrijecem-se femininamente a partir de uma postura adestrada que lhes incutem. Por isso, pequenos gestos, o modo de andar, de sentir, de ver, de tocar, de falar são direcionados às mulheres. As brincadeiras, as roupas e até mesmo o modo de escrever também se diferenciam do modo como os meninos atuam, como se existisse um modo de escrever, de brincar, de pensar únicos à mulher.

Muito cedo eles começam a identificar e separar o que as meninas podem e o que não podem. A voz masculina fala no discurso feminino. As meninas são instruídas a se retirarem quando ocupam esses lugares de brincadeiras. Cada espaço começa a sancionar tipos de comportamentos organizados e estruturados pelos ditames da moralidade varonil. Assim, Maria, criada num ambiente tosco e ofensivo, torna-se passiva e inclinada a aceitar as imposições do padrinho. Sente-se diminuída, pois depende economicamente de um sujeito tuberculoso, vesgo, hepático e torpe. De uma conduta excessivamente hipócrita, João torna-se um legislador da moralidade machista e determina as regras que Maria deve seguir. Por meio

disso, o comportamento de Maria passa a ser controlado e vigiado pelos olhos dessa moralidade vigente que assola a Fortaleza do século XIX. É inevitável que ela se sujeite às taras de João, aos seus desejos carnavais para usufruir de uma certa “liberdade”:

Às vezes, quando Maria voltava da Escola Normal, ele mandava-a sentar na rede, ao seu lado. A pequena guardava os livros, e lá ia, sem fazer beijo, deitar-se com o padrinho, amarfanhando o rico vestidinho cretone passado a ferro pela manhã. Obedecia-lhe cegamente, nunca lhe dissera uma palavra áspera: ao contrário – eram carinhos, cafunés no alto da cabeça, cócegas, histórias d’almas d’outro mundo e gracinhas p’ra ele rir... Tinha sempre um sorriso fresco e luminoso para “seu padrinho”. E João da Mata sentia um bem estar incomparável, uma delícia, um gozo inefável ante aquele esplendido tipo de cearense morena, olhos cor de azeitona onde boiava uma névoa de ingenuidade, cabelos compridos descendo até a altura dos quadris, desmanchando-se em ondas de seda finíssima (CAMINHA, 2010, p. 14).

E a menina Maria do Carmo, moldada aos prazeres desse homem, trilha paulatinamente os ditames do pensamento nebuloso com o qual convive. Essas características marcantes em Maria, como, por exemplo, o vestido cretone que contribui a idealizar um corpo feminino, modelo típico da ditadura modista da época para fomentar um ideal feminino. Seus cabelos negros e longos lhe davam um ar de pureza e de sensualidade. Isso era uma preocupação por parte de muitas mulheres e ainda é. Maria, assim como suas colegas colegiais, mantém-se fiel a essa estrutura convencional.

O paternalismo santo na figura de Jesus Cristo imprime, na mente de Maria, o modelo masculino desejado. Eis um dos motivos ao quais é dado a importância da virgindade das meninas, porque são elas que fazem o elo entre o ser divino e o ser humano. A “pureza” é a entrada para a glorificação.

Nessa ótica, Maria faz de sua submissão um instrumento que torna João um homem hipocritamente compreensivo. Esse comportamento cria uma espécie de autonomia e, com isso, ela acaba sentindo alguns desejos incitados pelo namorico entre ela e Zuza. É uma perfeita menina carinhosa, dedicada ao homem que lhe mantém, submetida a instigar a libido que ferve em João. Como forma de controlar Maria, desabafa: “- Mas eu sei quem é culpada, acrescentou furioso; a culpada é a Sra. D. Maria do Carmo, porque se atreve a olhar para ele!” (CAMINHA, 2010, p. 16). O poder é tão claro na fala do personagem que a expressão “se atreve” faz de Maria seu brinquedo. Sem dúvida que essas palavras ditas a Maria moldam seu comportamento, aprisionam seus instintos naturais de mulher e a impossibilita de reagir contra essa prisão domiciliar. Noutras palavras, ela vive presa como se fosse um mal ser mulher e satisfaz quem lhe proporciona abrigo: “o melhor meio é retardar o despertar do desejo, ocultando-lhe todas as

realidades carnavais do sexo. A rapariga ‘pura’ nada sabe e de nada suspeita” (KNIBIEHLER, 1991, p. 368).

Ao mesmo tempo em que João critica a educação religiosa, ele a usa de má-fé para justificar seus atos sujos. Na observação do narrador, sobre a imaginação do personagem, justificamos nossa afirmação: “O próprio Cristo dissera numa parábola cheia de senso e experiência: ‘Crescei e multiplicai-vos’” (CAMINHA, 2010, p. 19). A ideia aqui aduzida é a prática da sexualidade dos homens sobre as mulheres, especificamente ligada aos desejos pueris. Por conseguinte, Maria, subordinada à educação autoritária e austera que, de alguma forma, seus pais lhe deram, torna-se presa fácil para João.

Maria do Carmo passa a ser uma leitora de romances. Estudando na Escola Normal Superior, ela tem como melhor amiga Lúcia, que lhe proporciona essa descoberta como fomentação sentimental e o despertar para outros mundos. E eis um ponto para o qual se deve prestar bastante atenção: o romance *Primo Basílio*, de Eça de Queiroz, desperta em Maria muitos desejos pela vida amorosa, tentações quase inexprimíveis que as mulheres românticas viveram e que, por via disso, foram condenadas à infâmia. Ela passa a se preocupar com os passeios, bailes e modas. Suas roupas começam a modelar o padrão de mulher que a sociedade vigente exige. Tudo parece indicar que sua vestimenta está conforme seu gosto, mas isso faz parte do modelo determinante da época. Senão, vejamos: “a moral feminina se impõe, sobretudo, através de uma disciplina incessante, relativa a todas as partes do corpo, e que se faz lembrar e se exerce continuamente através da coação quanto aos trajes ou aos penteados” (BOURDIEU, 2014, p. 46). E o narrador esclarece: “Agora, sim, pensava o amanuense, Maria estava uma mocetona digna de figurar em qualquer salão aristocrático” (CAMINHA, 2010, p. 20).

É particularmente interessante que a formalização e o padrão de comportamento vão se construindo naturalmente ao ponto de se firmar o comportamento perfeito do poder estabelecido. Similar ao efeito dominó, as atenções masculinas voltadas a Maria fazem emergir o pensamento das meninas da escola Normal Superior a quererem formalizar seus corpos como o de Maria. Toda a “atenção” que ela recebe dos homens cria uma inveja insubestimável: “não se compreendia como uma simples *retirante* saída há pouco das Irmãs de Caridade fosse tão bem feita de corpo, tão desenvolvida e insinuante. As outras normalistas tinham-lhe inveja e faziam pirraças. Nas reuniões do *Club Iracema* era ela a preferida dos rapazes, todos a procuravam” (CAMINHA, 2010, p. 20). Ora, notemos que, aqui, o narrador expressa o pensamento coletivo que assegura a influência da realidade sobre os corpos. É visível como isso constrói e determina uma mesma sintonia mental que conduz a maneira de agir e de pensar

dos homens e mulheres da época. Também é notória a exposição do corpo de Maria. O narrador frisa e foca para os detalhes físicos, importantes e cultivados numa sociedade patriarcal.

A experiência que Maria vai adquirindo com a amizade de Lúdia a deixa esclarecida e, ao mesmo tempo, amedrontada porque percebe que todos vivem sob jogos de interesse, que toda a estrutura familiar está podre. Começa a entender que o povo cearense é dissimulado, que tudo se baseia numa moral mascarada e que o casamento não passa de uma mentira estabelecida para manter as aparências. Sua consciência se conturba, sua maneira de pensar a vida começa a se fundamentar através da violência simbólica exercida no seio das relações familiares. Aos poucos vai perdendo a educação religiosa que ajudou a reprimir sua conduta, seus desejos e emoções: “a convivência com as amigas normalistas transformara-lhe os hábitos e as ideias” (CAMINHA, 2010, p. 35). Também o molde comportamental presente na vida das mulheres é o mote para entendermos o motivo de tais comportamentos.

É notório o ódio que João sente quando Maria está em companhia de Lúdia. A ditadura de João da Mata toma corpo em Maria. Este excerto esclarece: “ao apanhar o envelope, com um movimento disfarçado, Maria sentiu o sangue afluir todo para o rosto, como se todo o mundo a tivesse surpreendido em flagrante às barbas do padrinho” (CAMINHA, 2010, p. 37). Literalmente resignada e controlada, sem precisar de alguém para ditar as regras, porque suas ações e sensações a condenam, Maria cede e se submete a seguir a prática da violência. Esse caráter virulento e algoz convence, porquanto organizado e estruturado, a mulher a se perceber adúltera nas suas ações, ultrajada e humilhada, como sendo o indivíduo mais sujo e torpe do mundo. Para fundamentar mais uma vez a injunção de João sobre Maria, citamos: “Não pôde reprimir um susto, ficou fria, com os olhos baixos, sem prestar atenção ao jogo. Pareceu-lhe ver através dos óculos do padrinho um lampejo de cólera concentrada” (CAMINHA, 2010, p. 37). Maria se asfixia de sentimentos, internaliza-os para não contrariar o padrinho e, conseqüentemente, isso a torna vulnerável aos ditames do autoritarismo que ele naturalmente expõe.

Amar, gostar, sentir-se mulher, querer a vontade de viver, ter desejos, sonhar e ousar-se no mundo são coisas das quais Maria não pode desfrutar. A perda da felicidade inconscientemente a corrói rumo à destruição. A culpa penetra-lhe a alma: “quando o amanuense entrou a esbravejar contra Zuza, esmurrando a mesa, batendo portas, colérico, medonho, Maria ficou lívida! Tá, tá, tá, tá, tudo por águas abaixo, o seu crime ia ser descoberto, não havia como fugir. Estava irremediavelmente perdida!” (CAMINHA, 2010, p. 37). Podemos nos questionar: externalizar seus sentimentos a torna uma criminosa e uma grande desrespeitosa da moral social? Digamos logo que, a nosso ver, a inversão de valores aqui é nítida,

esclarecedora e capaz de ceifar quem quer que seja para a perpetuação das aspirações masculinas.

Ela, Maria, está sob o jugo da decisão definitiva de seu padrinho. Por isso, para ele, se faz necessário o uso da violência que exerce em casa, gritando, esmurrando a mesa, transpirando cólera. No fundo o ódio maior de João é saber que uma menina como Maria tem um poder muito grande sobre ele e qualquer gesto que mostre reação, por parte dela, o submete a isso e o deixa fora de si. Assim se naturaliza o caos, assim se naturaliza o tempo sombrio, assim se naturaliza a frigidez e o grito se normaliza como lei eterna na vida da menina Maria, para que ninguém a ouça. É uma forma de inibir a afilhada, de reprimi-la e de silenciá-la, tirá-la da convivência social para que ela aceite sua sujeição multiplicada e comprometida com os quereres dele.

Tanto mais que a sua reduzida formação e informação intelectual a conduziram nocivamente a ser explorada sexualmente. Observemos o que afirma Yvonne Knibiehler: “a educação das meninas depende, sobretudo, de sua mãe, que lhe deve lhes mostrar como servir ao chefe da família, cuidar da casa, educar os filhos. Entretanto, o pai conserva uma responsabilidade maior e uma autoridade absoluta” (2016, p. 63). Esta educação passiva contribui de forma ácida para condenar o futuro de uma menina. Irrefutavelmente que as condições de vida da capital cearense, no século XIX, e suas consciências bestiais e animalizadas fabricavam, diariamente, indivíduos naufragados em si, fracassos humanos que se mesclavam e reproduziam suas doentias consciências.

Maria sonha por meio da carta que Zuza lhe entrega. Sozinha, atenta, se pega imaginando durante horas, entorpecida nas palavras do bacharel em Direito, indagando-se se poderia ser feliz com ele. As palavras do rapaz, escritas com o poder de persuadir Maria, na inquietude amorosa da menina, causam-lhe desequilíbrio constante, mas, ao mesmo tempo, ela o vê como um idiota, considerando a escrita do rapaz tosca demais. E ela, depois de receber a carta, não imagina outra coisa a não ser sua felicidade ou sua tristeza com Zuza: “Ela, por outro lado, a cuidar dos filhos, muito besuntada, da sala para cozinha numa azáfama de burguesinha reles” (CAMINHA, 2010, p. 40). Ela começa, pois, a perceber o estado das mulheres após o casamento, o destino que lhes é dado.

O nível de formação do povo cearense é tão ínfimo que o jornal *Matraca*, com seus textos de péssima qualidade, uma linguagem chula, de discurso verborrágico, influencia a todos com facilidade, gerando comentários insignificantes a respeito de Maria do Carmo. O suposto namoro começa a circular nas bocas do povo de Fortaleza. O assunto do momento causa furor,

fazendo com que todos afiem suas atenções e agucem seus ouvidos. É dada a largada para mais uma competição e Maria é a atração principal do jogo manipulador.

Ela continua pensando se responde a carta ou não. Obviamente que há nisso uma conclusão reflexiva, pois, de acordo com as regras e as estruturas do patriarcado injetadas no inconsciente coletivo, mulher responder ao homem é sinônimo de indecência e obscenidade, principalmente no Ceará do século XIX: “- Eu, escrever para um homem?” (CAMINHA, 2010, p. 43). Nessa fala de Maria é perceptível a mentalidade da época. Ela reage como se fosse um crime, absolutamente desonroso, para uma mulher se posicionar dessa forma. O estratagema armado na cultura restringe o comportamento, reprime a ação e desfaz o desejo de viver. Somos o que pensamos e agimos como compreendemos. Ratificamos nosso pensamento através das palavras retiradas do livro *A Dominação Masculina*, de Pierre Bourdieu:

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. Se ela pode agir como um *macaco mecânico*, com um gasto extremamente pequeno de energia, ela só o consegue porque desencadeia disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles ou naquelas que, em virtude desse trabalho, se veem por elas capturados (BOURDIEU, 2014, p. 60, grifos do autor).

É percebido que essa força simbólica se faz esclarecida nos corpos antes mesmo de alguém forçar algum ato violento. Como um vírus isso se espalha, contaminando toda a massa de indivíduos. É uma pequena cirurgia docilmente realizada que adormece e desativa toda e qualquer ação. Cada cidadão é determinado a agir como se estivesse programado a obedecer à imposição de um pensamento instituído. É assim que Maria age no momento em que se encontra desafiada a responder a carta de Zuza. Entretanto, Lúcia, sua amiga, num *insight* audacioso, conclui: “Tola! Que crime há nisso? Eles não escrevem para nós? Olha, tolinha, não seja criança. O homem foi feito para a mulher e a mulher para o homem” (CAMINHA, 2014, p. 43).

De qualquer maneira, nas palavras de Lúcia, não há como não dizer que ela tem uma certa consciência no que toca ao convencionalismo social e acaba por sugerir a Maria que se comunique com Zuza e atenda às suas emoções amorosas sem restringir-se aos valores morais impostos pela cultura patriarcal que costuma legislar a vida coletiva. Com isso identificamos que formas de pensar que ousam subverter a ordem estabelecida criam força para ser, estar e agir no mundo. Elucidamos, mais uma vez, na fala de Lúcia sua ojeriza à vida que davam às meninas: “O que é que esperas de teu padrinho, um sujeito estúpido e usurário como um urso? Já não tens pai nem mãe, e ele já fala em tirar-te da Escola. É muito homem para botar-te a cozinhar. Não seja tola!...” (CAMINHA, 2010, p. 43). Não obstante, a resignação de Maria

não a permite usufruir da liberdade. De certa forma, sua pobreza a envergonha, sua posição social faz dela uma presa fácil. Diremos até mais que isso: não estamos afirmando que ser pobre é condição para uma vida menor e alienada; porém, a vida de Maria recebe o fluxo viril causador das intempéries. Estar pobre e viver num ambiente hostil e dissimulado não são parâmetros para afirmar e perpetuar uma vida ao caos.

A menina Maria do Carmo faz parte da maneira de pensar do povo do Ceará. O fantasma do machismo assombra ininterruptamente sua consciência e apodera-se de sua vida. As vozes da cultura patriarcal que ecoam em sua fala normatizam seu comportamento e afirmam sua posição. Os fatos revelam que tais condutas são de uma negação da própria subjetividade, adotando opiniões alheias como suas. Observemos neste trecho:

- Não, Lídia, as coisas não são como tu pensas. No Ceará basta um rapaz ir duas vezes à casa de uma moça para que se diga logo que o namoro está feio, que é um escândalo, e nós é que somos prejudicadas. ‘Ah! Porque já não é mais moça, porque é uma sem vergonha’, é o que dizem... (CAMINHA, 2010, p. 55).

Importa-nos sublinhar que isso significa dizer que a hierarquia patriarcal impingida às mulheres é revelada na fala de cada uma, na maneira de ser de cada mulher. Certamente que:

O primeiro meio empregado para intimidar as moças é amedrontá-las, contando-lhes histórias que acabam mal. Ceder às investidas de um homem é assumir o risco de uma gravidez com a qual o sedutor não terá a menor preocupação. O amor é, de fato, uma arapuca, e a promessa de casamento frequentemente não passa de um engodo” (KNIBIEHLER, 2016, p. 135).

Esse pensamento passa a se normalizar como regra, psiquicamente atuante no cotidiano. Assim age Maria do Carmo, com um medo abominador de estar sendo desacreditada socialmente por gostar de alguém e manifestar esse afeto. Temerosa ao seu padrinho, ela deixa de ser gente e passa a ser objeto. Frígida nos afetos, por ser reprimida, condena-se internamente porque se sente suja, subtraída, menosprezada e relegada à infâmia. Sua sensibilidade se esconde atrás da moral violenta que controla os atos femininos, incutindo, assim, a permanência de ser um fragilizado. É visível o comportamento de Maria quando João a ameaça verbalmente.

É preciso destacar bem que quando Adolfo Caminha nos presenteia com esse dantesco Romance Naturalista, ele rasga a pele morta da máscara social e desentorpece nossa consciência. Sua percepção cáustica reluz uma engenhosa literatura que enriquece a nossa maneira de pensar e agir ao término do romance. Essa fantástica denúncia sobre, principalmente, a condição humana é que nos leva a entender a inquietação de que o texto literário traz consigo. As personagens reprimidas no romance, especialmente a menina Maria

do Carmo, embarcam numa viagem sem volta e isso nos ajuda a compreender a violência simbólica da qual retrata Bourdieu (2014).

A moça virgem costuma ser pensada como uma premiação e um privilégio do poder masculino, fazendo-o pensar que, após o defloramento, ela será eternamente sua. O frágil, o dócil, o meigo, o sensível causa no homem um desejo insaciável e o faz imaginar superior. A pobreza que muitas moças vivem, a ausência de uma educação séria compromete-lhes o futuro. Uma cena muito comum é ver homens se aproveitando da fragmentação da família, da pobreza que ela vive, da falta de estrutura econômica. Agem como se fossem o salvador, a solução para a felicidade e, assim, conquistam a mãe da moça. Ela, carente por não ter um pai, por nunca ter recebido carinho, passa a assisti-lo como tal, aceitando tudo o que não teve desde criança.

O perigo se anuncia sorrateiramente. Maria do Carmo, de uma personalidade fragilizada, age como uma verdadeira moça comportada. De alguma forma ela guarda os ensinamentos domésticos da mãe. Parecem inofensivos esses valores do lar, mas vejamos neste fragmento: “mamãe se apossa de sua filha para fazer dela um anjo do lar, uma fada da casa; ela estimula sua devoção, protege sua inocência, acompanha seus primeiros aprendizados” (KNIBIEHLER, 2016, p. 166). A mãe segue um ritual, herança familiar que perdura há muito tempo, instruindo milhares de moças. Afinal de contas, o que a mãe deixou para Maria foi a perfeita prática para que ela se espelhasse e exercesse o servilismo doméstico, uma vez que “a menina sobrecarregada de tarefas pode ser prematuramente escrava, condenada a uma existência sem alegria” (BEAUVOIR, 2016, p. 31). Não que a mãe quisesse fazer isso com a filha, mas o comportamento subserviente da mãe serve como herança a Maria do Carmo. Em todo caso, sua memória insistia em recordar de tudo o que viveu ao lado de seus pais:

Havia oito anos que isto fora, mas nos seus momentos de desânimo, Maria do Carmo punha-se a relembrar toda essa tragédia de sua infância. Olhava para o passado com a alma cheia de saudade, recordando tim-tim por tim-tim, como se estivesse lendo num livro, ninharias, minudências de sua vida naqueles tempos em que ela, pobre e matutinha, via tudo cor de rosa através do prisma límpido e imaculado de sua meninice. Transportava-se, num voo da imaginação, a Campo Alegre, e via-se, como por um óculo de ver ao longe, ao lado da mamãe, costurando quieta ou soletrando a *Cartinha*, ou na novena do senhor do Bonfim, muito limpa, com o seu vestidinho de chita que lhe dera o Sr. Vigário. Lembrava-se do papai, quando voltava do roçado, de camisa e ceroula, chapéu de palha de carnaúba, tostado, trigueiro do sol, contando histórias de onças e maracajás... (CAMINHA, 2010, p. 27)

Maria parece uma santidade em pessoa. Sua fidelidade a Jesus Cristo indica esmero à dedicação religiosa e execra os prazeres do mundo. A pedido do pai de Maria, para receber os dogmas da educação religiosa, João a interna no convento cujo nome tem uma simbologia imensurável: *Imaculada Conceição*. Segundo o dicionário Houaiss (2011), Imaculado significa:

“adj 1 que não tem pecado 2. Puro, inocente, 3. Sem mancha; limpo” (p. 514). Isso tem um resultado muito grande acerca da representatividade em relação ao sexo das mulheres. Até porque “O sexo das mulheres deve ser protegido, fechado e possuído. Daí a importância atribuída ao hímen e à virgindade. Principalmente pelo cristianismo, que faz da castidade e do celibato um estado superior” (PERROT, 2016, p. 64).

Para bem nos orientarmos, a alusão ao nome do convento reflete a virgindade da mulher sob a dominação masculina. Rompido o hímen da moça, ela passa a ser vista como usada e sem valor para a sociedade patriarcal. Tomar tudo como normalidade é aceitar a destruição da vida e compactuar com a ideologia aplicada aos corpos. Maria do Carmo passa por igual estágio de controle porque as palavras de castidade e do celibato ajudam-na a manter a vulnerabilidades das moças. A afirmação de Yvonne Knibiehler evoca oportunamente a ideia, ao esclarecer que “que as donzelas sejam afastadas das atividades acadêmicas, se tornem dóceis e laboriosas e, sobretudo, que lhes seja inculcado, simultaneamente à religião, princípios morais capazes de reprimir suas más inclinações” (2016, p. 155). Com efeito, a resignação empregada para controlar as ações das moças é mantida.

Seu padrinho João da Mata, inquieto ao ver o comportamento de Maria quando vinha visitá-los, não disfarça perturbação e ódio, pois a educação religiosa, para ele, é um perfeito mar puritano, uma moralidade sem fim, desnecessária. Diante de uma sociedade torpe, mesquinha e pobre, a educação religiosa reprime a libido da moça e, conseqüentemente, os desejos sexuais tornam-se frígidos. João queria que ela fosse como as outras, muito articulada, cheia de artimanha, liberal, quente. Assim, a afirmação de João da Mata acerca do que pensa sobre a educação das moças é conhecida por todos. “queria a educação como nos colégios da Europa, segundo vira em certo pedagogo, onde as meninas desenvolvem-se física e moralmente como a rapaziada de calças, com uma rapidez admirável, tornando-se por fim excelentes mães de família, perfeitas donas de casa” (CAMINHA, 2010, p. 18). O que identificamos, no pensamento de João, é o funcionamento da educação patrilinear, na qual as meninas são doutrinadas a conceder aos homens. De fato, é notório que as emoções de Maria do Carmo foram manobradas. Os métodos religiosos tendem a direcionar a consciência a um sentimento de culpa, como um eterno retorno que estimula um comportamento pusilânime.

Após a saída do colégio das Irmãs de Caridade, Maria do Carmo passa a estudar na escola Normal. Já não é mais aquela moça pálida, magra e mórbida. Aos quinze anos, seu corpo começa a tomar forma nas mãos da natureza. Os instintos de pedofilia em João da Mata anunciam-se fervorosamente.

A perda da identidade, nesse espaço banalizado, desvenda a vileza das pessoas que acabam por abominar a caminhada e o pensamento da moça Maria do Carmo, pois tudo o que ela faz preocupa sua consciência, perturba seu caráter fragilizado. Ainda muito moça, ela passa a ser o centro das atenções no teatro trágico do patriarcalismo. As moças acabam sendo vítimas de uma cultura atrasada, fruto da permanência de péssimos hábitos entre os homens. É por esse viés que Adolfo Caminha analisa e critica a sociedade fortalezense do século XIX. Leiamos esse trecho basilar:

O diabo é que no Ceará não havia colégios sérios. A Instrução pública estava reduzida a meia dúzia de conventinhos: uma calamidade pior que a seca. O menino ou a menina saía da escola sabendo menos que dantes e mais instruído em hábitos vergonhosos. As melhores famílias sacudiam as filhas *Imaculada Conceição* como único recurso para não vê-las completamente ignorantes e pervertidas (2010, p. 18-19).

Isso representa o atraso cultural da época, economicamente miserável e politicamente cega. Um ambiente desprovido desses recursos e meios sustentáveis contribui para gerar alienação e sujeição feminina. Logo, a moça Maria, adorada dos pais, tão vislumbrada por sua beleza, imergida no meio da escória social cearense, vai sendo moldada pelo meio, pelos vícios da corja. Essa hierarquia vigente em cada casa, em cada escola, em cada via pública corrói demasiadamente a esperança de um futuro melhor.

Agudizando a questão, aqui o narrador nos mostra o amontoado de moças pobres na avenida Caio Prado, que se insinuam a troco de sexo comercializado, sendo o lugar onde Lúcia levou Maria do Carmo a se encontrar com Zuza:

E continuava a chegar gente e a encher o Passeio por todas as avenidas do primeiro plano, cruzando-se em todos os sentidos, acotovelando-se, confundindo-se. Na Mororó, mais larga que as outras, havia uma promiscuidade franca de raparigas de todas as classes: criadinhas morenas e rechonchudas, com os seus vestidos brancos de ver a Deus, de avental, conduzindo crianças; filhas de famílias pobres em trajes domingueiros, muito alegres na sua encantadora obscuridade; mulheres de vida livre sacudindo os quadris descarnados, com ademanes característicos, perseguidas por uma troça de sujeitos pulhas que se punham a lhes dizer gracinhas insulsas. Toda uma geração nascente, ávida de emoções, cansada d'uma vida sedentária e monótona, ia espalhar-se no Passeio Público aos domingos e quintas feiras, gratuitamente, sem ter que pagar dez tostões por uma entrada, como no teatro e no circo (CAMINHA, 2010, p. 105).

Nesse cenário nocivo, vidas se arrastam com uma felicidade ilusória. Vidas que vivem inutilmente e que dependem da caridade da pobreza para se sentirem humanas são as moças faladas no fragmento. A falta de oportunidade, o abandono escolar e a situação econômica da família submetem as moças a procurarem consolo temporário e a imaginarem que algum homem irá tirá-las da mísera vida que vivem.

Submetida ao novo processo educativo da escola Normal, Maria do Carmo passa a ter modos semelhantes aos das moças da escola. A escola molda sua maneira de pensar e de agir. Com o corpo carnudo, cabelos longos, cintura modelada, perfil cobiçado e adequado ao conceito masculino, Maria sofre por ser mulher. Sua condição feminina a impede de estar em muitos ambientes e desfrutar dos mesmos direitos que os homens têm. O estado de menina moça lhe cobra com juro a estadia no mundo. Como afirma Simone de Beauvoir (2016, p. 79), “a moça pode conseguir assumir seus desejos, mas eles guardam, na maioria das vezes, um caráter vergonhoso. Seu corpo inteiro é aceito como embaraço”. Com efeito, parece ser razoável supor que, de alguma forma, Maria do Carmo deve asfixiar suas paixões. Esse domínio tão avassalador se faz influenciar em muitas moças que seguem pensando como homens para simbolizar certa autonomia. Por isso “D. Terezinha participava das mesmas ideias de Janjão. Uma menina inteligente como Maria devia educar-se no Rio de Janeiro ou num colégio particular, mas um colégio onde ela pudesse aprender o “traquejo social” (CAMINHA, 2010, p. 19). Interessante que esse mesmo “traquejo social” simboliza as moças desinibidas em função do exercício dos prazeres

Adolfo Caminha mostra, com isso, que normalmente moças nessas condições em que Maria se encontra são injuriadas. Como objeto de troca, a sociedade dos homens inventa uma maneira de comercializar as moças para ter acesso à sua sexualidade. Elas são passadas de mão em mão, tomam-lhe sua liberdade e, assim, usurpam seus direitos para poder controlá-las.

Todos desejam Maria e, por isso, João se desespera. Ele quer ser o primeiro. Já se houve algumas vozes na bodega do Zé Gato. Reuniões, fofocas e utensílios do pensamento repulsivo comentam sobre as moças e as mulheres do bairro. As moças estão na boca de todos. Fomentam as ninharias de cada família, todos os pormenores da intimidade dos casais circulam nas línguas do populacho. Lídia Campelo, amiga de Maria do Carmo é atração principal de todos no quesito mexerico. Moça de vinte anos, corpo bem feito, desejada por todos, sabem o motivo pelo qual ainda não ter casado com alguém. Dizem que herdou as impurezas da mãe, D. Amanda (mulher de todos). Dizem que também é “casa aberta” para todos os homens. Por isso comentam que, da mesma forma, todos têm passado a mão na filha: desde o homem simples ao mais pária. Daí João da Mata proibir Maria de ficar em companhia da amiga, pois ele tem medo de que os comentários comecem a surgir, que o nome da afilhada se alastre feito fome no estômago da pútrida capital. Ele, sorrateiramente, inicia seus passos cautelosos para não despertar suspeitas.

A Rua do Trilho parece um fim de mundo. Lugar inóspito, descreve com detalhes os espectros que vivem nele. Para uma moça como Maria, que vive o eterno adeus dos pais, que

conhece os desastres que a vida de retirante lhe presenteou, parece pressentir a chegada de uma angústia sem fim.

As conversas de Maria com Lídia, a respeito das atividades da escola, dos flertes da amiga, das fofocas que percorrem os bairros de Fortaleza sobre as traições entre os casais, são condutas de uma sociedade subdesenvolvida, de uma cultura da violência contra o progresso social. Maria é humanidade ofendida, é ofensa praticada, é grito que bajula socorro, é voz dissipada, é desorganização estruturada, é vontade de viver a mulher que lhe foi dada ser. Apenas pensar o prazer de viver a vida com felicidade parte-lhe o coração. O prazer desolado da paixão que sente por Zuza, os pensamentos que lhe flecham a cabeça fazem de Maria uma moça infeliz. Bem por isso que ela pensa como ela gostaria de ser como as outras moças: ter família, não dar ouvidos às fofocas, sair com as amigas e estar em qualquer lugar sem ser importunada. Deseja ser feliz com o filho do Coronel, casar-se com ele.

Os vícios de João e os péssimos hábitos trazidos da bodega do Zé Gato impingiam todos em casa. Os vizinhos ouviam o seu relinchar na rua do Trilho. Maria está sob péssimos cuidados:

Queria uma rapariga nova e fresca, cheirando a leite, sem pecados torpes, a quem lhe pudesse ensinar certos segredos do amor, ocultamente, sem que ninguém soubesse...Estava farto do “amor conjugal”. Nunca experimentara o contato aveludado do corpo de uma mulher educada, virgem das impurezas do século. E quem melhor do que Maria do Carmo, uma normalista exemplar e recatada, poderia satisfazer os caprichos de seu temperamento impetuoso? Era sua afilhada, mas, - adeus! – não havia entre ele e a menina o menor grau de consanguinidade, portanto, não podia haver crime nas suas intenções...” (CAMINHA, 2010, p. 47).

Maria do Carmo simboliza propriamente a moça vítima da dominação masculina e, simultaneamente, é o modelo manobrado pelo convencionalismo cultural. Isso explica o porquê da sua aceitação quando João da Mata abusa de seu corpo. Essa naturalização do comportamento subordinado imprime, no coletivo social, a impressão de que nascemos assim. Essa violência simbólica, da qual fala Pierre Bourdieu (2014), penetra e envenena todos os ambientes sociais. A maneira como a sociedade observa os fatos é que constrói o pensamento dominador acerca das mulheres. Esse é o alicerce, o ponto de partida a pensar a condição feminina. Em outras palavras, esse é o princípio da estruturação da consciência dominadora viril circundante. Por conseguinte, o pensamento estruturado a pensar a mulher aponta e determina isto: “a mulher se confunde com seu sexo e se reduz a ele, que marca sua função na família e seu lugar na sociedade” (PERROT, 2016, p. 64)

Os homens presentes no romance de Adolfo Caminha seguem um modelo estrutural que determina as suas condutas. As regras de dominação lhes são atribuídas e o disseminar dessas ações violentas são suavizadas e mascaradas nas relações familiares. A sociedade passa a ser um fio condutor dessas silenciosas dominações. Na fala de Pierre Bourdieu, isso se elucida:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõem-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça (BOURDIEU, 2014, p. 22-24).

Na fala de Zuza, isso é notório: “queria para esposa uma mulher nas condições de Maria do Carmo, órfã, de origem obscura e pobre. [...] Todo homem deve ter a liberdade de escolher a mulher que melhor lhe quadrar” (CAMINHA, 2010, p. 129). O discurso de Zuza demonstra a simbologia perfeita da virilidade. É dessa maneira que muitas moças, tais como Maria do Carmo, sujeitam-se a viver à servidão, à submissão, à repressão que os homens oferecem como opção de vida.

Maria do Carmo vive resignada e reduzida ao meio onde vive. Vem-lhe à cabeça pensamentos confusos: a maneira como todos resolvem viver, as relações matrimoniais mascaradas com o pano da falsidade e da mediocridade, as amizades alicerçadas pelo interesse imediato, as intrigas como forma de preenchimento da existência e a pobreza como normalidade. Ela vive o choro da histeria coletiva!

O que a sociedade tenta passar como natural é, na verdade, social, tal como nas palavras de Bourdieu: “o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas” (BOURDIEU, 2014, p. 29). Isso chega a demonstrar que as moças são convencidas de que são extensões contínuas dos prazeres do homem e devem obedecer a uma estrutura que foi naturalizada na sociedade e na cultura. Em outras palavras, somos moldados na forma social e normatizados às ideias de controle pré-estabelecidas.

Outra consideração que merece ser feita é que Maria do Carmo vive sob as ameaça de João, não compartilha dos ambientes festivos e das companhias das colegas de escola. Lídia, D. Terezinha, D. Amanda, D. Amélia são mulheres alienadas ao mesmo pensamento “correto” da estrutura dominante. Destarte, Maria começa a perceber que Lídia e a mãe são infamadas por todos, que as meninas da escola Normal viviam sob o olhar dos professores, do diretor da escola, da sociedade cearense. Descobre que D. Terezinha, mulher de João da Mata, o trai e que a mulher do Dr. Mendes, Juiz municipal, D. Amélia, tinha sua relação extraconjugal. São condutas simbólicas ligadas ao cordão umbilical da virilidade. Essas ações são vozes

masculinas funcionando na subjetividade de cada mulher no romance de Adolfo Caminha. Elas são a expressividade masculina. A vida de Maria é um comboio conduzido pela mentalidade androcêntrica.

Desse modo, e em conclusão a esse tópico, muitas moças são sutilmente instruídas a pensar como os homens, aceitando, assim, sua condição submissa. Em síntese, o pensamento masculino das mulheres no romance de Adolfo Caminha é reflexivo acerca do momento histórico e cultural que assola a Fortaleza no século XIX. Os homens presentes no romance *A Normalista* são formados no centro do falocentrismo e instauram a cultura da violência disfarçada, definindo, assim, a autoridade sobre o corpo das moças.

3.3 DE QUEM É O PRIMEIRO BEIJO DAS MOÇAS?

Os afagos e os beijos da afilhada Maria do Carmo em seu padrinho lhe regalou uma vida tempestuosa e uma vida de segundos a seu filho. Os afagos, as carícias, as beijocas dadas a João da Mata, para somente se sentir permitida a estar enamorada e poder corresponder ao pretendido Zuza, fizeram de Maria do Carmo uma moça infeliz. A sensação de estar sentindo João da Mata dentro de seu corpo, após o coito, os ganidos de cão a fungar em seu ouvido, reduziu Maria a uma condição humilhante. Envergonha-se desesperadamente, tocando-se, desabando, sentindo-se sozinha no mundo. As noites de sono mal dormido, a angústia a lhe correr a alma e a vergonha moral que a invadiu fazia de Maria uma eterna culpada. Ela se sente um erro da natureza: a imunda mulher, indigna de respeito. Nunca pensou que, no dia em que seu pai a doou a este homem – cujo parentesco é quase nulo –, fosse servir de consolo sexual para ele. Ele, acostumado a deflorar moças, pensa num plano para que não seja notado a mudança brusca no físico de Maria, após saber que ela está grávida. O pensamento ignóbil de João da Mata é relatado pelo narrador:

O caso ia se tornando grave,urgia fazer qualquer arranjo logo e logo, antes que a Teté rebentasse por aí em quatro pedras a acusá-lo violentamente, atirando-lhe em rosto a sua infidelidade, o seu crime, a sua pouca vergonha. A rapariga engordava a olhos vistos: só um cego não veria dentro d'aquela redondeza uma criatura humana em formação (CAMINHA, 2010, p. 195).

Os dias parecem chumbo na vida de dela. Sua voz mais alta é o silencio, sua coragem é o medo, sua sensação de estar viva é sentir o pequeno ser chutando a mísera vida que a própria mãe não consegue chutar. Mexe, começa a tomar corpo num corpo que não sente mais do que a humilhação.

O burburinho e a vozeria começam nas ruas de Fortaleza. No bar do Zé do Gato, os pulhas, ansiosos por alguma notícia, curiosos pelos detalhes mais vis, deduzem os atos mais cruéis que Maria pode cometer. A ideia de que os homens são inocentes, as mulheres são culpadas, cínicas, obscenas, soam como mandamento da verdade absoluta. Todos começam a notar a ausência de Maria. Os comentários perversos da sociedade patriarcal seguem como diversão a entreter e alimentar-lhes as chagas da alma. Neste exemplo, segue a hipocrisia viva e ativa do falso moralismo de um povo pálido, com sua mentalidade machista já definida na voz de uma mulher: “quem, a Maria do Carmo? Aquela mesma não era mais *moça*, não, meu bem. Ela sempre fora muito metida à aristocrata, por isso mesmo caíra nas mãos de um Zuza. Era bem feito! Uma grandíssima orgulhosa com carinha de santa. Aí estava a santidade...” (CAMINHA, 2010, p. 208). É visível que na voz da personagem feminina o discurso do patriarcado se faz presente.

Cabe apontar aqui que a expressão “carinha de santa”, muitas vezes pronunciada, contribuiu para matar centenas de mulheres acusadas de fazer pacto com o demônio. Investigar a razão pela qual os personagens em Adolfo Caminha pensam acerca da mulher, temos como prova o estudo das mentalidades que:

Ao longo dos séculos, este: elas compactuam com o demônio; são todas rabugentas, impossíveis; seu corpo, como o da quimera, é um braseiro inextinguível. A maldição vem de longe, da criação do mundo. Quem, de fato, entre os cavaleiros, não reconheceria uma vez ou outra, na esposa deitada ao seu lado, os traços dessa mulher cuja imagem era mostrada por toda parte, associada à morte, à perdição, a esse pecado, para ele o pior, talvez o único, o único em todo caso de que as reações de seu corpo o persuadiam, o pecado da carne? Qual deles não tinha, um dia, reconhecido Eva? (DUBY, 2013, p. 282).

Eis a explicação para o pensamento do povo cearense. Os traços de uma mulher perturbadora da humanidade navegaram séculos, causando a opinião distorcida a respeito de Eva a milhões de mulheres no mundo inteiro. A inocência das moças converteu-se em perigo.

O sumiço de Maria desencadeia diversas opiniões: “vinham à baila casos análogos de filhas-famílias que tinham ido para fora da cidade *tomar ares* e, no fim das contas, iam mas era “desembuchar” onde ninguém pudesse ver...” (CAMINHA, 2010, p. 208). É caso comum os planos de homens sedutores que afastam meninas das cidades para que tenham seus filhos longe. Tais fatos ocorrem feito chuva no inverno. Assim, predomina a inversão dos valores éticos e morais e, cada vez mais, mulheres são estatísticas do populacho.

Maria vê passar sob seus olhos a vida que seus pais lhe deixaram. Sente medo porque o poder e a culpa nela introjetada a torna vigilante de si mesma. É reprimida e, conseqüentemente, dócil e frágil, convencida de que é uma ameaça à vida pública, que qualquer comportamento

fora dos padrões é considerado um erro fatal. Atentemo-nos um pouco para essa reflexão através do exemplo abaixo:

Já não chegava à janela com vergonha de ser vista pela vizinhança e pelos conhecidos – refugiara-se, como uma culpada, no ádito misterioso do seu quarto, egoisticamente, sem ao menos lembrar-se da Lídia que não a esquecia e que lhe mandava de onde em onde presentinhos, recados e abraços” (CAMINHA, 2010, p. 196).

A manipulação psicológica toma conta de Maria do Carmo, seus sentimentos são explorados, sua consciência é desequilibrada e cada passo pode ser a sua queda.

Maria, sob as ordens de João, para parir a criança, sai da cidade e vai passar sua gestação toda no sítio Cocó, no casebre de Mestre Cosme e tia Joaquina, conhecida no mercado como *velhinha dos caju*s. Neste trecho a juventude aprisionada da moça é refletida:

Na idade em que a mulher, como a flor, em plena exuberância dos tecidos, desabotoa numa singular alacridade de cores, toda frescura e beleza, ela, que não transpusera ainda os dezoito anos, olhava a vida com uma indiferença, única, estiolando ali assim entre paredes d’aquela casa sem ar e sem luz, esperando resignadamente o seu fim” (CAMINHA, 2010, p. 195-196).

A personagem aqui analisada sente-se desvalorizada por todos, onde, após o abuso sexual que João da Mata lhe cometera, um sentimento agonizante a desperta. A rejeição que habita em sua alma degenera sua capacidade de superação e isso caminha para um retalhamento emocional. Através dessa perspectiva, podemos argumentar, ao evocar Bourdieu, que:

A visão androcêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino, instituído na ordem das coisas, as mulheres não podem senão confirmar seguidamente tal preconceito (BOURDIEU, 2014, p. 53).

Esse trecho merece um comentário porque aqui está um dos motivos pelos quais Maria do Carmo é autoconvencida a se comportar submissamente. O discurso pautado de que o mundo se reduz à palavra homem, universalmente, exige ordem imediata e a conduta que a mulher tem é a de obediência à legitimação do poder.

Na cidade não se fala de outra coisa. As pessoas esquecem de suas vidas secas e Maria é o filme em cartaz mais desejado do momento, cujo tema é a burocracia dos sentimentos hipócritas:

O Guedes ardia em desejos de saber a verdade nua e crua. Diabo de tantas histórias e ninguém descobria a incógnita do problema. Aproveitou uma ocasião em que João da mata jogava a bisca no Zé Gato. O amanuense estava já um pouco atordoado pela cachaça.

É agora! Pensou da *Matraca*, e formalizou-se, carregando o chapéu para a nuca.

–Então é verdade o que se diz por aí, ó João?

–Sobre os amores secretos do falecido presidente?

–Não, homem, não é essa a ordem do dia. Isso passou. A questão é outra.

–Desembucha!

–Pergunto se é verdade o que corre sobre...

–...Sobre a Maria do Carmo? Uma calúnia, seu Guedes, uma calúnia. Você bem conhece este povo.

–Eu já tinha dito isso mesmo a alguns amigos: que a D. Mariquinha era incapaz de semelhante procedimento.

–Idem, idem, atalhou o Pernetá embaralhando as cartas. Essa é a minha opinião.

–E que fosse verdade, continuou João da Mata partindo o baralho, e que fosse verdade, não era da conta de ninguém (CAMINHA, 2010, p. 209).

As observações feitas pelas personagens, no excerto, são frutos de uma mentalidade que acompanha o processo da evolução cultural a respeito do pensamento coletivo da cultura cearense. As camadas economicamente mais baixas agem como um rebanho, falam na mesma expressão, compartilham do mesmo preconceito, das mesmas hostilidades e das mesmas ações moralistas. Isso nos conduz à seguinte afirmação: há uma razão para isso. Conforme Le Goff, “eminentemente coletiva, a mentalidade parece deduzida das vicissitudes das lutas sociais. Seria, contudo, um erro grosseiro desligá-la das estruturas e da dinâmica social. É, ao contrário, um elemento capital das tensões e das lutas sociais” (LE GOFF, 1995, p. 78). Assim, portanto, explica-se como e por que as vozes pululam e se embaraçam e se conectam a uma só rede de pensamento.

A gravidez de Maria do Carmo exige uma transformação radical do seu corpo. A gordura visível parece denunciar o excesso de sofrimento que ela carrega, e o filho, a prova mais concreta da sua desgraça. O tempo corre, tudo se esclarece, e João, preocupado com o jornal *Matraca*, a voz do populacho, mais se embate com a chegada da criança, prova viva da sua truculenta atitude. Maria, poeira do destino coletivo, ansiosa com as batidas do rebento, pensa nos comentários da cidade, em Lúcia, nos pais, em Zuza, com feroz inquietação, indignada com a atitude covarde do rapaz. Dolorosa ironia. Pensam nela com triste mania de povo alienado. O modo, tal como é observado, ajuda-nos a ratificar as práticas corriqueiras aplicadas às moças do povo de Fortaleza: “– Um fato muito natural, disse José Pereira, nada mais que a reprodução de fatos velhos... Não valia a pena tocar na ferida...” (CAMINHA, 2010, p. 212). Tornou-se comum entre os homens tirarem proveito das mulheres, exercerem a libertinagem e se sentirem donos do tribunal inquisidor.

As dores de Maria parecem somar-se às dores das mulheres do Ceará. A vergonha toma conta do seu mundo. A criança nasce, o sangue escorre nas mãos de uma parteira que não tem nenhum vínculo familiar com ela, igualmente as pessoas que tanto pensam em Maria porque a veem como um escândalo social, simbolizando um eterno retorno aos sintomas coercitivos aplicados à personagem. Como se não bastasse a dor de Maria do Carmo, o destino ironiza com a morte do filho: “sobre uma grande caixa de pinha, a um canto do quarto, envolvido, em panos, o recém-nascido – uma criança nutrida e robusta – dormia o sono eterno, roxo, d’olhos fechados, as gordas mãozinhas cruzadas sobre o peito, com um fio de sangue a escorrer-lhe do nariz” (CAMINHA, 2010, p. 223).

Outra consideração que merece ser feita trata-se de um fato intrigante que explica como eram tratadas e levadas a se conhecerem como verdadeiras procriadoras de filhos bastardos. Neste trecho mostramos a frieza de João com Maria:

Maria ressonava docemente, com o rosto voltado para a parede, o tronco repousando sobre chumaços de pano onde brilhavam manchas de sangue. Cerca de onze horas moveu-se devagar, abrindo os olhos e soerguendo-se, como quem acorda de um pesadelo; mas faltaram-lhe as forças e repouso novamente.

– Queria alguma coisa? Perguntou João.

– Onde está meu filho?

– Não te lembres d’isto agora, vê se descansas...

– Mas puseram ele? Está vivo?

– Qual vivo, filha! Pois queria tu que escapasse?

E em tom lamentoso:

– Coitado, ao menos está no céu, livre das misérias d’este mundo...

Maria não se conteve: repuxou o lençol, e, com os olhos cheios d’água, murmurou numa voz entrecortada de soluços:

– Pobrezinho!... Por que não me disseram logo?

– Já te pões a chorar! (CAMINHA, 2010, p. 224-225).

A opinião e os comentários monstruosos de João da Mata demonstram, ainda mais, que Maria está exposta à violência representativa que circula nas instituições privadas e públicas. Torna-se manifesto que as dores de Maria se condensam às dores do mundo:

Maria do Carmo soluçava com desespero, sentindo crescer dentro de si, no íntimo de seu coração, avassalando-a, abalando todo o seu ser, toda sua delicada alma de mulher, como um sopro violento e devastador, esse inestimável desgosto que as mães sentem ao ver o filho morto. Ela que desejava tanto cria-lo, amamentá-lo com seu leite, que era o seu próprio sangue, a sua própria vida, amá-lo, adorá-lo, com toda a força do seu coração! Era um filho natural, mas era seu filho, nascido em suas entranhas, carne de sua carne, sangue do seu sangue, havia de amá-lo muito (CAMINHA, 2010, p. 225).

O terror que Maria do Carmo sente após o parto analisa questões universais que seguem, há anos, admoestando mulheres a serem capachos das vontades dos homens. Muitas, sem estudo

e sem trabalho, se reduzem a viver subalternas, aceitam até mesmo ser consolo sexual da tirania masculina, a viver a vida como mulher pública e, em última instância, cometem suicídio. Muitas crianças abandonadas, criadas com outras famílias, maltratadas, adestradas como coisas, estão sob o olhar do “provedor da casa”, do “homem da casa”, do “chefe da casa”, se insulam, não participam das causas sociais, das questões públicas porque estão ofendidas, angustiadas, humilhadas. Assim, João rouba a vida de Maria, dando-lhe como presente um filho morto e uma vida sem rumo:

– Quero vê-lo, deixe-me vê-lo, pediu aflita.
 – Que tolíce! fez João agasalhando-a melhor. Não pense nisto agora, criatura, os médicos recomendam toda a calma. A criança está morta, que se há de fazer?
 Continuavam os soluços, um choro estugado, interrompido por uma tossezinha convulsa.
 – Mau! mau! tornou João.
 E, imediatamente foi buscar o cadáver do filho, depondo-o carinhosamente sobre os joelhos.
 Tia Joaquina apareceu, envolvida numa larga coberta de chita feita de retalhos. “O que era?...”
 – Nada, tia Joaquina. Ela que desejou ver o filho, explicou João. Uma imprudência. Até pode lhe fazer mal...
 – Vejam a vela, por favor, pediu Maria. Quero ver meu filho...
 E ao mirar o rosto lívido da criança, os bracinhos rechonchudos, o filete de sangue escorrendo do nariz como um veio de rubim, a rapariga sentiu um calafrio e um grande vácuo no peito, como se lhe tivessem arrancando um pedaço do corpo. E entrou a soluçar outra vez de um modo tão penoso e comovente que João da Mata não pode recalcar duas lágrimas, as primeiras da sua vida, que rolaram vagamente nas suas faces magras, como duas linhas cristalinas na aspereza tosca d’uma rocha (CAMINHA, 2010, p. 225-226).

O que percebemos aqui, além da desgraça na vida de Maria, é o casal que aceitou a proposta de João, que pediu permissão para que ela fosse parir a criança onde eles moram. Tia Joaquina e Mestre Cosme aceitam com a maior naturalidade a aberração solicitada por João. A frieza a qual eles aceitam a colaborar com o ato infame é horrenda. A cena de Maria, suplicando para ver o filho, engasgada com tamanho sofrimento. Como consolo, as lágrimas, como cenário, a dor e o cadáver. O sangue escorrendo pelo corpo é a prova viva da desgraça que João cometeu, além de tudo, à humanidade das mulheres.

Devemos esclarecer que a expressão que há no fragmento acima, “na aspereza tosca d’uma rocha”, ao referir-se às lágrimas de João, aduz um ser doentio, pérfido, insano e cruel, aludindo, provavelmente, à próxima vítima que cruzar o caminho de João da Mata. Analisando os pormenores, não resta dúvida de que a violência simbólica, os mecanismos de poder injetados na cultura, processos manipuladores são trabalhados para ministrar aos indivíduos comportamentos passivos e agressivos, criando dominantes e dominados. Mulheres como Maria do Carmo, que, desabilitadas de suas vidas, sofrem com o peso da ditadura masculina.

Maria do Carmo, rejeitada, sabe que, em poucos segundos, foi mãe de um bastardo, um inocente que, da mesma forma que a mãe, fora vitimado e tratado feito resto humano:

No dia seguinte, antes do sol nascer, mestre Cosme foi ao fundo do sítio cavar uma sepultura para o pequenino cadáver. João acompanhou-o taciturno. Pararam ao pé de um grande cajueiro, que ficava defronte da casa, e, com pouco, o amanuense viu sumir-se debaixo da terra o corpo do seu primeiro filho (CAMINHA, 2010, p. 226).

Outro ponto curioso, no mesmo fragmento, é quando ele afirma que “os médicos recomendam toda a calma”. Mas, longe dali, seria perigoso demais para João levá-la ao médico, ser assistida numa maternidade e descobrirem quem é o pai da criança. Encaremos isto: imaginar que milhares de fetos foram enterrados de forma indigente, assim como o filho de Maria, sem nenhum funeral!

Visivelmente horrenda a ação do mestre Cosme, na realização do enterro do filho de Maria e João. Na afirmação do narrador, “o corpo do seu primeiro filho”, trecho acima descrito, ironicamente afirma a negligência, o abandono, a frieza, a pedra tosca em carne e osso que é João. Enterraram não só o filho natimorto de Maria, simbolicamente, mas a prova concreta do crime contra a humanidade, do crime contra inúmeras Marias, filhas do mundo pervertido. Portanto, Maria do Carmo, um cemitério humano, sepulta todas as dores da sua vida no peito e crava, com suas lágrimas cristalizadas, em seu coração, o sofrimento silencioso e obscuro, brotado da perda do filho e da miserável vida que viveu em casa de João e de D. Terezinha. Um cemitério que carrega consigo eternamente e que, algumas vezes, fagulhas de tristeza irão perturbá-la em sua caminhada.

Nada de novo. João da Mata continua sendo filho fiel do patriarcado, desrespeitoso, com nome simples e perigoso. Seu enganoso moralismo, como de costume, eufórico, dá opiniões que se decompõem diante das verdades:

Um homem revolta-se, indignado com o novo estado de coisas – era João da Mata. – É boa! Bradava ele na Bodega do Zé do Gato, esmurrando a mesa. Isto é um país sem dignidade, uma nação de selvagens! Expulsar do trono um Monarca da força de D. Pedro II, mandá-lo para o estrangeiro doente e quase louco, é o cúmulo da ignorância e da selvageria! (CAMINHA, 2010, p. 227).

É a Proclamação da República brasileira.

Maria do Carmo se restabelece, voltando à escola Normal para concluir o curso que sua desonra interrompeu. Como afirmamos anteriormente, muitas moças que viveram o drama enfrentado por Maria, para não serem chamadas de “machonas”, “solteironas” ou ‘prostitutas’, casavam. Como se prova neste trecho: “A mulher ficava com o encargo dos filhos sem pais,

como Machona, outra das personagens do romance, que ninguém sabia ao certo se era ‘viúva ou desquitada’ e cujos ‘filhos não se pareciam uns com os outros’” (SOIHET, 2015, p. 368).

Com Maria do Carmo não foi diferente. Muito bonita, aparentemente feliz, corpo de mulher, moldado aos olhos da sociedade hierarquicamente dissimulada. O constrangimento surgido pela exigência do falso moralismo da sua vizinhança faz com que ela se decida casar com alferes Coutinho: “E Maria do Carmo, agora noiva do alferes Coutinho, da polícia, via diante de si um futuro largo, imensamente luminoso, como um grande mar tranquilo e dormente” (CAMINHA, 2010, p. 227). Uma espécie de redenção social, fruto dos gestos de uma vida arruinada, o casamento oferece à Maria uma nova e irônica possibilidade. O teatro da dissimulação está armado, a plateia do populacho assiste tudo. As convenções sociais, asfalto que cobre a vida barrenta de Maria, determina sua submissão cotidianamente. As atividades menores certamente serão designadas para ela, os afares domésticos serão seu divertimento. Na máxima de Bourdieu, comprovamos nossas palavras:

Elas estão condenadas a dar, a todo instante, aparência de fundamento natural à identidade minoritária que lhes é socialmente designada: é a elas que cabe a tarefa longa, ingrata e minuciosa de catar, no chão mesmo, as azeitonas ou achas de madeira, que os homens, armados com vara ou com o machado, deitaram por terra, são elas que, encarregadas das preocupações vulgares da gestão quotidiana da economia doméstica, parecem comprazer-se com as mesquinhas do cálculo, das contas e dos ganhos que o homem de honra deve ignorar (BOURDIEU, 2014, p.50).

O que podemos entender é que o casamento de Maria do Carmo, apenas presumivelmente deu a ela, no centro da sociedade cearense, um lugar silenciado, onde ela possa estar, mas não participa. A sua submissão foi formalizada, institucionalizada e naturalizada com o casamento. Ela sai de um estado de torpor e entra num estado de alegria disfarçada e combinada para sustentar as aparências. Não é à toa que a observação do narrador onisciente, no momento em que declara o que pode acontecer no futuro de Maria, usa a palavra *mar*, que é o “símbolo da dinâmica da vida. Tudo sai do mar e tudo retorna a ele: lugar dos nascimentos, das transformações e dos renascimentos. [...] Vem daí que o mar é ao mesmo tempo a imagem da vida e a imagem da morte [...]” (JEAN, 2016, p. 592). Noutros termos, acompanhada da palavra “dormente”, citada pelo narrador, o casamento de Maria do Carmo é o abismo das falsas relações matrimoniais, o espaço da inércia, da depressão e da prostração à vontade e ao querer de Coutinho, seu marido. Sua redenção, de certa maneira, é a esperança de encontrar-se ligada à família e à sociedade ou, até quem sabe, a si mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada neste trabalho investigou personagens moças na Literatura Brasileira, especificamente acerca de Maria do Carmo, personagem inserida no romance naturalista *A Normalista*, como representação da servidão feminina, na perspectiva de compreender por que personagens como ela representam muitas meninas que são submetidas a viver uma vida medíocre e limitada. Essa perspectiva mostrou que regras de conduta criadas pelo moralismo masculino sentenciam a mulher a viver, desde criança, dentro desse círculo vicioso, capaz de destruir sonhos, bem como a sua própria vida. Todos esses apontamentos feitos responderam às perguntas propostas neste trabalho, por meio da Teoria da Residualidade Literária e Cultural, que contribui para desvendar os destroços da História e encontrar os estratagemas responsáveis pelo feminicídio.

A escolha das ideias dos autores relacionados no quadro teórico e de outros para melhor embasar a proposta dos argumentos pautados no decorrer da dissertação que temos como resultado ajudaram a responder: *De quem é o primeiro beijo das moças?*

A Normalista é um romance do escritor Adolfo Caminha, publicado em 1893. Adversamente apreciado em sua época, Caminha acabou apontado como um dos principais representantes do Realismo-Naturalismo no Brasil, como pudemos comprovar no estudo de *Fortuna Crítica*, realizado por Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra: “Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897)”, de 2009. A crítica literária

acostumou-se a se referir ao escritor cearense devido aos seus romances de desforra, *A Normalista* e o *Bom-Crioulo*.

Ao escolher a análise teórica residual acerca da moça do realismo-naturalismo brasileiro, reconhecemos, nos romances urbanos de Machado de Assis, a certeza de que ele bebeu em fontes do Realismo europeu e que reconheceu e representou, na narrativa, mazelas da presença do patriarcalismo exacerbado, que também está explícito no livro de Adolfo Caminha. Eis o excerto no qual ratificamos nossa afirmação: “– Qual Zuza, mulher, elas é que são as culpadas, porque não se dão ao respeito, não têm vergonha” (CAMINHA, 2010, p. 217).

A personagem Maria do Carmo simboliza, na literatura, um estereótipo significativo que surge a partir dos abusos praticados pelo poder viril. É a representação estrutural do feminicídio na cultura literária brasileira, a qual se decuplica na cultura ocidental, instigando a marginalização da condição humana da mulher. Entregue ao padrinho, ela vive o seu maior pesadelo:

[...] chimpou-lhe outro beijo, agora na boca, um beijo úmido, selvagem, babando-a como um alucinado... Maria quis gritar sufocada, mas o amanuense, tapando-lhe a boca, ameaçou...
 – Nada de gritos, hein! nada de gritos... Eu sou se padrinho, posso lhe beijar onde e quando eu quiser, está ouvindo? Nada de gritos!
 E Maria, com os lábios muito vermelhos, como a polpa d’uma fruta, debruçada sobre o piano, desandou a chorar nervosamente (CAMINHA, 2010, p. 62).

Consequentemente, a afilhada passa a ser um estímulo delirante da sexualidade doentia de João da Mata, cujas taras começam a borbulhar com o crescimento da menina. Ele pensa ter razão de que Maria é sua e, assim, ninguém poderá impedi-lo. Afinal de contas, as práticas corriqueiras que passam na cidade o convencem disso, afirmando que a mulher é a culpada pelo desejo masculino, culpada por ter despertado o desejo no homem, que a condição da mulher é a condição da confusão por natureza e dons demoníacos são seus estratagemas utilizados para confundir o homem.

Essas são algumas observações feitas das acusações remotas que penetram a cultura brasileira (cearense) no século XIX. Foi assim que Adolfo Caminha, também personagem de seu tempo, identificou essa herança patriarcal e, em sua literatura naturalista, resolveu refletir a posição da mulher na sociedade brasileira. Vejamos como essas práticas machistas continuam funcionando como gotímetro através da cultura, induzindo milhares de pessoas a creditarem que a mulher é um abismo de perdição diabólica:

Mais amarga que a morte, mais uma vez, porque a morte é natural e destrói somente o corpo; mas o pecado que veio da mulher destrói a alma, por privá-la da graça, e entrega o corpo à punição pelo pecado.

Mais amarga que a morte, sim, porque, embora a morte corpórea seja inimigo terrível e visível, a mulher é inimigo secreto e enganador.

E ao falar-se que é mais perigosa que uma armadilha, não se está pensando na armadilha dos caçadores, mas na armadilha dos demônios. Pois que os homens não são apanhados apenas pelo desejo carnal quando veem e ouvem as mulheres. Diz-nos São Bernardo: “o seu rosto é como vento cáustico e a sua voz como o silvo das serpentes: lançam conjuros perversos sobre um número incontável de homens e de animais”. E ao falar-se que o seu coração é uma rede, se está referindo à malícia inescrutável que reina em seus corações (KRAMER; SPRENGER, 2015, p. 128).

Maria do Carmo é oprimida por João da Mata. O lugar que ela ocupa reflete o contexto da sociedade da época, que moldava as mulheres conforme as práticas exigentes do autoritarismo. A ideia de restringir a mulher ao espaço doméstico foi um resultado de muita repressão na sociedade do século XIX. Tal proporção alcançou resultados monstruosos.

É oportuno lembrar que outra personagem que marca esses traços que expusemos aqui é Lúcia, protagonista no romance de José de Alencar. Aos 14 anos ela recebera dinheiro do senhor Couto. Sua família passava momentos difíceis devido à febre amarela de 1850. Ela, desesperada para salvar sua família, sem muita escolha, resolve oferecer sua virgindade em troca de dinheiro ao senhor Couto e isso marca sua vida até a morte: “passou um vizinho. Falei-lhe; ele me consolou e disse-me que o acompanhasse à sua casa. A inocência e a dor me cegavam: acompanhei-o” (ALENCAR, 1988, p. 97).

Justamente por isso, poderíamos nos perguntar: que relação essas duas personagens têm em comum? Maria do Carmo foi entregue ao padrinho porque seu pai alegou não poder cuidar dela sozinho, pois a mãe morreu e ele estava na miséria, indo tentar a vida na região do Pará, mas acabou morrendo no alto Purus. Quantas mulheres, nessas condições, encontram-se encurraladas e abusadas pela ideia de que a pobreza é a permissão para possuí-las? Dessa maneira, eis um ponto para o qual devemos prestar apropriada atenção: a literatura é o campo mais fértil para nossas inquietações acerca dos conflitos da condição humana.

Maria, quando é deflorada por João da Mata, se sente “uma grandíssima tola, uma menina d’escola, deixando-se levar pelo coração até o ponto de compadecer-se do padrinho! Que infelicidade!...” (CAMINHA, 2010, p. 157). Está claro que essas duas moças foram lançadas ao submundo da violência sexual e nelas foi exercido o poder que circula como redes de relacionamentos. Desse modo, Michel Foucault nos adverte a entendermos o funcionamento dessa rede de relacionamento, pois “somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2015, p. 279).

Foucault esclarece, nesse fragmento, a banalização dessas atrocidades cometidas contra muitas pessoas, e isso se adequa às mulheres também, exemplificando os discursos verdadeiros que ultrapassam o abuso moral, limitando-as a viver em função do outro. É exatamente a partir disso que a teoria da Residualidade Literária e Cultural ajudou a investigar, junto com a literatura comparada, os envolvimento que ocorrem na cultura para podermos entender suas práticas fundamentais. Assim:

Tanto quanto a Literatura Comparada, em geral, a Teoria da *Residualidade*, em particular, aborda aspectos culturais em meio aos estudos literários. Afinal, para compreender a *mentalidade* ou os *imaginários* de uma época, de modo a encontrar os *resíduos* existentes de um tempo em outro, faz-se necessária a pesquisa de toda a cultura das sociedades envolvidas na análise (SOARES, 2015, p. 57).

A pesquisadora Soares destaca adequadamente a importância dessa análise, desse relacionamento que propõe entendimento sobre as culturas e abrange uma compreensão maior do terreno literário.

Por conseguinte, retomamos a personagem Maria do Carmo com outro trecho, que também esclarece sua situação abjeta frente à violência cometida por João da Mata:

E chorava que nem uma criança, com a cabeça no travesseiro, metida no quarto, dizendo-se a mais infeliz de todas as mulheres, supersticiosa ao peso de sua culpa irremediável, com grandes manchas lívidas ao redor dos olhos, inconsolável na sua dor.
Às vezes supunha estar sonhando, como que procurava iludir-se a si própria, enxugava os olhos na ponta do lençol, via-se ao espelho e experimentava um bem-estar passageiro, um conforto muito íntimo; mas punha-se logo a pensar, a fazer consigo mesma mil conjecturas, e desandava outra vez num choro silencioso, que lhe sacudia o corpo todo em estremecimentos nervosos. Não sabia bem porque chorava; uma coisa, porém, dizia-lhe que nunca mais seria feliz em sua vida, desde o momento que, por sua condescendência imperdoável, entregara seu corpo àquele homem (CAMINHA, 2010, p. 157-158).

A situação política, econômica, educacional e religiosa ajudou a reprimir a vida de Maria, pois se formaram, a partir daí, fatores que havia na província cearense do século XIX. Fatores psíquico-sociais diagnosticados pela ciência da época contribuíam no processo de animalização do homem e as condições que determinaram sua conduta foram: “o meio (geográfico, climático), a raça (o estágio do corpo humano na evolução biológica) e o momento (o estado de avanço intelectual do homem)” (BASTOS, 2014, p. 12). Várias ciências foram aplicadas aos romances naturalistas no século XIX e, desse estudo, Zola (2014) teve sede na elaboração dos seus romances naturalistas. Podemos observar que traços abomináveis, no que diz respeito ao ser humano, especificamente à mulher, foram únicos para definhá-la.

Em síntese, essa mentalidade patriarcal que veste a literatura realista-naturalista está introjetada no centro da cultura, indicando uma forma de pensar que fora cristalizada para extirpar o comportamento feminino, reduzido à casa, aos filhos, ao marido e ao sexo. Dessa forma, reafirmamos de modo claro que na cultura cearense da época existiam muitas culturas remanescentes que semeavam esses conceitos morais com o objetivo de inibir a mulher de viver sua vida. Explicamos isso, com considerável clareza, neste fragmento, cujo discurso machista está no conselho da personagem D. Terezinha, esposa de Joao da Mata, aconselhando Lídia, após casar-se com Loureiro: “olhe, seja sempre boa para seu maridinho, faça o que ele quiser, o que ele mandar. O homem é que faz a mulher e a mulher é que faz o homem” (CAMINHA, 2010, p. 145).

Pela visão do estudo residual, esses paradigmas machistas trazidos pelo tempo, através da história, da antropologia, da psicologia e da cultura constroem comportamentos definitivamente opressores.

O motivo pelo qual a literatura está grávida disso é a travessia do hibridismo cultural, do processo de cristalização dos resíduos patriarcais na mentalidade de um povo. Isso não se perde: é mantido, se renova como o rio, atravessa, trazendo consigo valores morais que acabam dilacerando a identidade feminina.

Logo, nessa exposição ideológica ordenada na sociedade brasileira, mostrando que a mulher, na posição de subalterna, encontra-se eternamente sozinha e, mesmo que quisesse se libertar, seria escrava de si mesma, destino que fora criado para ela pelos homens que querem, a qualquer custo, realizar sua masculinidade. Isso se chama violência institucionalizada, pensada, estruturada e legitimada. Nunca é às escuras, surge às claras, sutilmente, pois assim é mais fácil ser aceita, aplicada e natural. É a prática do poder.

Importante destacar que, ao mesmo tempo em que buscamos fundamentos sobre esse assunto, aliados a outras áreas do conhecimento, relatar a situação da construção da moça, menina-mulher, na sociedade brasileira e estrangeira, num estudo diacrônico no Novo Testamento, na Idade Média, no Romantismo e no Realismo, fizemos um estudo acerca dessa condição na Literatura, numa análise para além da periodização literária. Reconhecemos, em Lúcia (de *Lucíola*), em Eugênia (de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*), em Maria do Carmo (de *A Normalista*), em Séverine (de *A Besta Humana*) e em Emma (de *Madame Bovary*) – mulheres longe de representarem o ideal judaico-cristão, medieval e romântico de santa ou heroína.

Reconhecemos, igualmente, que esse comportamento passivo da mulher, na Literatura, é uma perpetuação do pensamento ocidental, pautado no pensamento bíblico, o qual, por sua vez, deságua nos romances românticos:

Deus interroga. Primeiro Adão, que responde: “Foi a mulher que associaste a mim. Ela me deu a árvore e comi dela”. Depois a mulher: “a serpente me seduziu e comi”. Deus julga e condena, a serpente em primeiro lugar, depois, a mulher: “multiplicarei o sofrimento de tuas gestações; darás à luz teus filhos no dor; tu te voltarás para teu marido, estarás sob seu poder e ele terá domínio sobre ti”. Em seguida, Adão é condenado. É então que ele nomeia sua mulher – como nomeou antes os animais. Dá-lhe seu nome, Eva, “porque ela foi a mãe de todos os vivos”. Deus, apercebendo-se de que “o homem havia se tornado como um de nós”, temendo que comesse também do fruto da árvore da vida “e vivesse para sempre”, expulsou-o do jardim do Éden. Foi então, apenas então, que “Adão conheceu sua esposa, concebeu e gerou Caim” (DUBY, 2013, p. 284).

Nessa perspectiva, em minha pesquisa, agora falando pessoalmente, analisei a quem pertence a virgindade da menina-mulher nos romances realistas-naturalista, com especial atenção no estudo acerca da personagem Maria do Carmo do romance *A Normalista*.

Em suma, faço uso da Teoria da Residualidade Literária e Cultural, sistematizada pelo professor Roberto Pontes em 1999, a qual aciona vários campos do conhecimento (*cristalização, mentalidade, hibridismo cultural, residualidade, imaginário, etc.*) e isso foi essencial para a minha pesquisa. Durante este estudo transdisciplinar, pude entender que as ciências devem estar de mãos dadas para que promovam um conhecimento mais inteiro, pois, para explicar o homem, devemos explicá-lo através de sua criação intelectual, de sua maneira de pensar, de agir, bem como de sentir e ser no mundo. Isso porque “assim, desde o princípio, ciências e disciplinas estariam reunidas, ramificadas umas às outras, e o ensino poderia ser o veículo entre os conhecimentos parciais e um conhecimento do global” (MORIN, 2015, p. 75). É dessa forma que entendemos a importância desta teoria, como ferramenta essencial que nos deu suporte para analisar o romance *A Normalista*, de Adolfo Caminha. Deste modo, compreendemos, tal como expressa Morin, que “é interrogando o ser humano que se descobrirá sua dupla natureza: biológica e cultural” (MORIN, 2015, p. 75).

O romance *A Normalista* não se esgota aqui. Adolfo Caminha, sem dúvida, contribuiu em demasia para o estudo das questões culturais, sociais, políticas, econômicas, históricas e, além de tudo, humanas. Gostaria de ter acrescentado mais teóricos, estudos sociológicos, antropológicos e psicológicos que pudessem aguçar e analisar mais ainda o cerne do homem e sua cultura. Ler outros romances da literatura estrangeira para que eu pudesse universalizar as questões intrigantes que abordo aqui neste trabalho, como, por exemplo, outros romances do século XIX.

Cabe salientar que minha análise não exauriu as profundas inquietações que o romance propõe, mas, podemos certamente dizer, deu à luz a possíveis pesquisas a serem feitas, como, por exemplo, as questões socioeconômicas presente no livro, o porquê das críticas às tradicionais instituições educacionais de Fortaleza do século XIX que surgem no romance, bem como de que forma a educação religiosa ajudava ou não na vida intelectual de cada indivíduo. Enfim, são pontos necessários para mostrar, sem dúvida, que o romance *A Normalista*, de Adolfo Caminha, além de tudo, é um tratado da alma humana.

Tentar explicar *De quem é o primeiro beijo das moças?* foi um desafio para mim. Dentro dessa indagação há uma espécie de objeto que está designado a alguém, a contemplar desejos e sedução enfreáveis que tomam rumo à exploração da vida. O beijo que simbolizou uma traição, o beijo que derrubou gerações, culturas, civilizações e desembocou no mar da morte. O beijo que proporcionou o nascimento trágico de muitos bastardos, de muitos fetos enterrados, doados ao desamparo, jogados no lixo, abandonados pela família e desprezados pela sociedade. O beijo que traçou, sem compaixão, os sonhos de milhares de moças que abortaram a própria vida e a vida de seu filho, deixando, assim, uma enorme missão para pensarmos e refletirmos a luta contra o machismo, para que as denúncias vivas nos romances nos humanizem e nos conscientize a combater a exploração feminina que sucede no mundo inteiro.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *Lucíola*. 27 ed. São Paulo: Ática, 2000.

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Denise Bottmann. (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. 15. ed. São Paulo: Ática, 1990.

AZEVEDO, Aluizio. *O Cortiço*. 33. ed. Rio de Janeiro: Ática, 1998.

AZEVEDO, Sânzio de. *Literatura Cearense*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. v. 2. *A experiência vivida*. Sérgio Milliet. (trad.). 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEZERRA, Carlos Eduardo de Oliveira. *Um Polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BEZERRA, Paulo. “Prefácio”. In BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Paulo Bezerra. (trad.). 4. ed.—Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

BLOCH, R. Howard. *Misoginia Medieval: E a invenção do amor romântico ocidental*. Cláudia Moraes. (trad.). Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

BLOOM, Harold. *O Cânone ocidental*. Marcos Santarrita. (trad.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOURDETTE, Eleine. “Sobre o belo, o sublime e o gênio”. In: *17 encontro nacional da associação nacional de pesquisadores em artes plásticas panorama da pesquisa em artes visuais*. Florianópolis: 19 a 23 de agosto de 2008.

BURKE, Edmund. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo*. Enid Abreu Dobranszky. (trad.). Campinas: Papirus, 1993.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. Leila Souza Mendes (trad.). São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

CAMINHA, Adolfo. *A normalista*. Manaus: Editora Valer, 2010.

CANDIDO, Antonio. *Brigada ligeira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

_____. *Literatura e sociedade*. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014.

_____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: ed. Ouro Sobre Azul, 2011.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura comparada*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Laura Taddei Brandini. (trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. *O Demônio da teoria*. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. (trad.). Belo Horizonte: UFMG, 2014.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo de Faria. *A Literatura no Brasil: Era Realista e Era de Transição*. 7 ed. São Paulo: Global, 2004

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Chevalier, JEAN. *Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)*. Vera da Costa e Silva. (trad.). 29. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

DUBY, Georges. PERROT, Michelle. *História das mulheres no ocidente. O século XIX*. v.4. In: In: In: SLEDZIEWSKI, Elisabeth G. FRAISSE, Geneviève. KNIBIEHLER, Yvonne. Porto: Afrontamento, 1991.

_____. *As Damas do século XII*. Paulo Neves e Maria Lúcia Machado (trad.). 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

EAGLETON, Terry. *A Ideia de Cultura*. Sofia Rodrigues (trad.). 1 ed. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Waltensir Dutra. (trad.). 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?* São Paulo: Loyola, 1979.

FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Fúlvia M. L. Moretto. (trad.). São Paulo: Nova Alexandria, 2007.

FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. Orlando Neves. (trad.). Lisboa-2: Editora Ulisseia, 1963.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. v. 1. *A vontade de saber*. Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3.ed. Rio de Janeiro / São Paulo: 2015.

_____. *Microfísica do poder*. 3. ed. Roberto Machado. (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GREUEL, Marcelo da Veiga. Da "teoria do belo" a "estética dos sentidos". *Reflexões sobre Platão e Friedrich Schiller*. Anudrio de Literatura 2: UFSC, 1994, p. 147-155.

HEGEL, G. W. *Cursos de estética I*. Marco Aurélio Werle. (trad.). São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

HOUAISS. *Dicionário Houaiss conciso*. 1. ed. Mauro de Salles Villar (org.). São Paulo: Moderna, 2011.

KANT, Immanuel. *Textos selecionados*. In: *Analítica do Belo*. 2. ed. Tania Maria Benkopf. Paulo Quintela. Rubens Rodrigues Torres Filho (trad.). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O Martelo das feiticeiras: Malleus Maleficarum*. In: MURARO, Marie Rose. Paulo Fróes. (trad.). 1ª. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Teresinha Marinho. (trad.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MICHELET, Jules. *A feiticeira*. Maria Luiza X. de A. Borges. (trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOISÉS, Leyla Perrone. *Flores escrivantina: Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita (repensar a reforma. reformar o pensamento)*. Eloá Jacobina. (trad.). 22. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

_____. *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana*. Sandra Trabucco Valenzuela. (trad.). São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. Dulce Matos. (trad.). Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawya. (trad.). 10. ed. UNESCO. São Paulo, 2000.

NASCIMENTO, Maria Cássia Bezerra do. “A poesia insubmissa de Thiago de Mello sob orientações da teoria estética de Theodor Adorno. In PINTO, Renan Freitas; David Spencer R. de Souza; Tenório Telles. Manaus: Valer, 2015.

NITRINE, Sandra. *Literatura comparada: história, teoria e crítica*. São Paulo: Edusp, 2010.

NETA, Benigna Soares Lessa. *A menina e a província: a espera do progresso no romance A Normalista, de Adolfo Caminha*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Ceará, 2011.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Ângela M. S. Corrêa (trad.). São Paulo: Contexto, 2016.

PEREIRA, Marcos Paulo Torres. *Resíduos literários e culturais do medievo europeu cristalizados na identidade do herói sertanejo*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. In: In: JUNE, E. Hahner. LAGE, Lana. NADER, Maria Beatriz. São Paulo: Contexto, 2012.

PONTES, Roberto e MARTINS, Elizabeth. *Residualidade ao alcance de todos*. In: TORRES, José William Craveiro. Fortaleza: Expressão, 2015.

_____. *Entrevista sobre a teoria da residualidade, com Roberto Pontes, concedida a Rubenita Moreira, em 05/06/06*. Fortaleza: (mimeografado), 2006.

_____; MARTINS, Elizabeth Dias. *ANAIIS VII EITEM – Encontro internacional de estudos medievais – Idade Média: permanência, atualização, residualidade*. Fortaleza: Rio de Janeiro, 2009.

_____. *Literatura insubmissa afrobrasilusa*, (Rio de Janeiro/Fortaleza: Oficina do Autor/EDUFC, 1999).

POUND, Ezra. *Abc da literatura*. Augusto de Campos e José Paulo Paes. (trad.). São Paulo: Cultrix, 2013.

PRIORE, Mary Del (Org.) PINSKY, Carla Bassanezi (Coordenação de textos). *História das mulheres no Brasil*. In: In: In: In: ARAÚJO, Emanuel. FALCI, Miridan Knox. SOIHET, Rachel. VENÂNCIO, Renato Pinto. São Paulo: Contexto, 2015.

ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no Ocidente*: Paulo Brandi e Ethel Brandi Cachapuz. (trad.). São Paulo: Ediouro, 2003.

SANTOS, HAMILTON F. DOS. *Gosto e filosofia em David Hume*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Werle. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.

SCHILLER. *Cultura estética e liberdade*. Ricardo Barbosa. (trad.). São Paulo: Hedra, 2009.

SOARES, Jéssica Thais Loiola. *Resíduos do amor medieval em Marília de Dirceu, de Tomás Antônio Gonzaga*. Dissertação (Mestrado em Letras). Orientadora: Dra. Elizabeth Dias Martins. Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2015.

SPENCER, Davyd; TELLES, Tenório (Org.). *Teoria crítica e Adorno: ideias em constelação*. Manaus: Editora Valer, 2015.

STRAUSS, Claude Lévi-. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Mariano Ferreira (trad.). 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

TSVETÁIEVA, Marina. *Indícios Flutuantes (poemas)*. Aurora F. Bernardini. (trad.). São Paulo: Martins, 2006.

WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. Hildegard Feist. (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ZOLA, Émile. *A Besta Humana*. Jorge Bastos. (trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *O Romance experimental e o naturalismo no teatro*. Italo Caroni e Célia Berrettini. (trad.). São Paulo: Perspectiva, 1982.

ZUCOLO, Nícia. *Histórico 'acidente'*. Amazonas em Tempo. Manaus, 05/ 07/ 2016.